



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA-MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TERISMO - NETTUR

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: competência territorial em Nhambita-Moçambique

ANDRÉ CAMANGUIRA NGUIRAZE

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima – UECE (Orientador)

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho – UFC- (Co-Orientador)

Fortaleza-CE
Dezembro/2000



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA-MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO - NETTUR**

ANDRÉ CAMANGUIRA NGUIRAZE

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: competência territorial em Nhambita-Moçambique**

Dissertação como requisito parcial do título de Mestre pelo Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará.

Área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território na Região Semi-árida e Litorânea. Linha de Pesquisa: Sociedade, Espaço e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

Co-Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

**Fortaleza – CE
2008**

N 576g	Nguiraze, André Camanguira. Participação comunitária no desenvolvimento local: competência territorial em Nhambita- Moçambique/André Camanguira Ngiraze. ____Fortaleza, 2008. 145p. il.; Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima Co-Orientador: Prof. Dr: Jair do Amaral Filho Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - UECE 1. Participação. 2. Desenvolvimento local e 3. território CDD: 911.8
--------	---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – (CCT)
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA-MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO - NETTUR

ANDRÉ CAMANGUIRA NGUIRAZE

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: competência territorial em Nhambita-Moçambique

Defesa em 17. 12. 2008

BANCA

Profº. Drº. Luiz Cruz Lima – Universidade Estadual do Ceará – (UECE)
(Orientador)

Profº. Drº. Jair do Amaral Filho – Universidade Federal do Ceará-(UFC)
(Co – orientador)

Profª. Drª. Ana Maria Matos Araújo – Universidade Regional de Cariri - (URCA)

A população é considerada o ator do seu futuro,
e não objeto a ser transformado ou
adaptado para fins definidos fora dela.

[Rémy Riand]

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Cruz Lima, agradeço pelo incansável incentivo na construção intelectual desta dissertação, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. Agradeço, principalmente, pela confiança depositada desde minhas expectativas de trabalho até a conclusão deste relatório da pesquisa.

À primeira pessoa a tomar conhecimento do meu projeto, a Dr^a. Célia Diniz, representante da parceira de Fundação FORD, África - América Instituto em Moçambique. Agradeço a sua motivação, segundo a qual um profissional pode ir além do que propõe a profissão, para promover a justiça social e a equidade na sociedade.

Agradeço também a todo o corpo docente, que contribuiu para a minha formação, não só acadêmica, mas também a integração pessoal na cultura brasileira. Professores doutores: Zenilde, Elmo, Daniel, Luzia Neide, Lidriana, Lucia Mendes, Perdigão, Cavalcante e a Adelita. Foram muito importantes para mim.

Não poderia esquecer dos meus colegas do Laboratório de Núcleo de Estudos de Território e Turismo – NETTUR - Tereza, Bernadete, Camila, Rerisson, Eluziane, Arina, Débora, Elizete, Eudes, Eugênia, Francisco, Gerardo, Luciana e Tatiana.

À África – América Instituto, parceira da Fundação FORD, pela concessão da bolsa na República da África do Sul e no curso de Mestrado no Brasil.

Ao Prof. Dr. Jair do Amaral Filho, na qualidade de co-orientador, que também soube apontar minhas deficiências e limitações, encorajando-me a trilhar os caminhos de pesquisa.

À Prof^a.Dr^a. Ana Maria Matos Araújo, pelas sugestões feitas na banca de qualificação, que me permitiram ver além do fenômeno apresentado.

Nem só da e/ou universidade vive um mestrando. Na maior parte do meu tempo, estiveram presentes meus amigos: Rony, Natália, Júlio, Francisca, Moacir, Eunice, a minha família pela compreensão dos dias ausentes: Júnior, Renato, Agostina, Luisa, Charletes, por terem compartilhado comigo minhas angústias e momentos felizes.

Agradeço especialmente à Márcia Helena Silva de Souza, Júlia e Lúcia, por diversas palavras e atitudes de carinho, paciência e incentivo que me têm dado no meu dia-a-dia.

Enfim, deixo sinceros agradecimentos a todas estas pessoas e outras que de forma indireta também me apoiaram durante este período.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

AGP	Acordo Geral de Paz
CAPE	Programa de Compra Antecipada de Produção
CSD	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
DINAGECA	Direção Nacional de Geografia e Cadastro - Moçambique
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
ECCM	Endimburg Centre for Carbon Management
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
FAO	Food and Agriculture Organization
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GERFFA	Gestão dos Recursos Florestais e Faunísticos
GTZ	Deutsch Gesellschaft fur Technisch Zusammenarbeit
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUCN	International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MICOA	Ministério de Coordenação do Meio Ambiente em Moçambique
MMA	Ministério de Meio Ambiente – Alemão
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNG	Parque Nacional Gorongosa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SDLR	Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Ceará
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
tC	Tonelada de carbono
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNEP	Programas Ambientais das Nações Unidas
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
WCED	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº. 1 – Poços Tabular Raso que transformou a vida dos associados-----	89
Nº. 2 – As mudas de fruteiras-----	100
Nº. 3 – Viveiro de mudas de plantas nativas-----	110
Nº. 4 – Membros da associação-----	113
Nº. 5 – Membros da associação plantando mudas-----	119
Nº. 6 – Comercialização do mel sem agregar valor-----	120
Nº. 7 – Escola da comunidade recentemente construída-----	127

ÍNDICE DE QUADROS

Nº. 1 - Descentralização e desconcentração do território-----	34
Nº. 2 - Tipologia de Participação social -----	55
Nº. 3 - Tipologia de capital intangível que estimula a organização social-----	74
Nº. 4 - Trabalho desenvolvido em rede no Projeto de Pingo D' Água-----	96
Nº. 5 - Resultados sociais do Projeto Florestal de Nhambita-----	118

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

Nº. 1 – Município de Quixeramobim e localização do Projeto-----	86
Nº. 2 – Localização do Projeto Florestal de Nhambita-----	105

ÍNDICE DE TABELA

Nº. 1 - Área plantada em Nhambita, 2004-200-----	113
--	-----

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – Questionário semi-estruturada de pesquisa do campo-----	143
---	-----

RESUMO

NGUIRAZE, André Camanguira Nguiraze. **Participação comunitária no desenvolvimento local:** competência territorial em Nhambita – Moçambique, 2008. 145p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará.

Assiste-se, nas últimas décadas, a uma maior preocupação do homem com as questões ambientais, com a preservação do Planeta e a garantia de continuidade da biodiversidade. Este estudo pretende analisar os processos de participação comunitária na gestão social dos recursos, na busca da satisfação de suas demandas, tendo por base a evidência do estudo de caso da comunidade de Nhambita-Moçambique, e a experiência bem-sucedida de Pingo D' Água - Brasil, ambas com postura de tomar iniciativas e apostar nas competências territoriais da comunidade para o *empowerment*, promovendo o desenvolvimento local almejado. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, utilizando-se do estudo de caso, realizando a coleta de dados por meios de questionário semi-estruturado, análise documental, pesquisa virtual e observação não-participativa. Constatou-se em Nhambita que os parceiros se preocupam com a participação dos agricultores em suas atividades e valorizam seu conhecimento e cultura, estimulando o *empowerment* e o aumento de capital social. Isso ocorre por meio de indução da realização de parcerias com entidades públicas em rede com as ONGs, entre outros fatores. Mediante esse, contribuem para a representação dos interesses dos agricultores e para a incorporação de suas demandas a políticas públicas. Tais desafios podem ser encaminhados mediante a negociação dos conflitos, com regras claras e comuns, e tomada de decisões coletivas. Este processo constrói um patrimônio sociocultural respaldado na tradição (história local) e possibilita apontar opções inovadoras. Aos poucos, o processo sedimenta uma memória coletiva, rearticulando os saberes e as relações com o meio natural e com o patrimônio material e simbólico.

Palavras-chave: Participação; Desenvolvimento local e território.

ABSTRACT

NGUIRAZE, André Camanguira Nguiraze. **Community participation in local development:** territory jurisdiction in Nhambita – Mozambique, 2008. 145p. Dissertation (Master Scholar in Geography) - State University of Ceara, Fortaleza, Ceará

In the last decades, there has been a huge concern on the part of mankind regarding environmental issues, preservation of the planet as well as the guarantee of continuity of biodiversity. Having that in mind, the purpose of this study is to analyze the processes of community involvement in the management of resources seeking satisfaction of its demands based on evidence from the case study of the Nhambita Community in Mozambique and the successful experience of the Pingo D'Água Community in Brazil, which are in a position to take initiatives and bet on the territorial abilities of the community for empowerment, which promotes the desired local development. The methodology used was of qualitative matrix. Using the case study, data was collected through semi-structured questionnaires, documentary analysis, virtual research, and non-participative observation. Thus, it was evident in Nhambita that partners are worried about the participation of farmers in their activities and value their knowledge and culture, which stimulates empowerment and increases the social capital. This is possible through the accomplishment of partnerships with public entities in connection with NGOs among others factors. Actions like these contribute for the representation of the farmers' interests and the incorporation of their demands on the public politics level. Such challenges can be tackled through negotiation of conflicts, establishment of clear and common rules including collective decision-making. This process constructs a sociocultural patrimony endorsed by the tradition (local history) and makes it possible to bring about innovative alternatives. Gradually, the process builds up a collective memory that rearticulates knowledge with the natural environment relationships and the material and symbolic patrimony.

Keywords: Participation; Local development and territory.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO-----	11
2- DESENVOLVIMENTO LOCAL-----	23
2.1 Desenvolvimento sustentável local e <i>Agenda 21</i> Local-----	32
2.2 Capital social dos territórios-----	37
2.3 A participação cidadã no desenvolvimento local-----	46
2.4 A gestão social do território-----	57
2.5 Território socialmente construído para <i>empowerment</i> -----	62
2.6 Saberes tradicionais como indutores do desenvolvimento local-----	69
2.7 Arranjo institucional da gestão territorial-----	72
3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS-----	76
3.1 As técnicas de pesquisa utilizadas-----	79
3.2 Experiências bem-sucedidas de participação dos produtores rurais do Projeto Pingo D' Água-----	85
3.3. Gestão social e políticas públicas-----	91
4 - COMPETÊNCIAS TERRITORIAS-----	103
4.1 Projeto de carbono florestal de Nhambita-----	103
4.2 Metodologia de atuação e a participação social-----	108
4.3 Participação e empowerment dos atores-----	116
4.4 Capital intangível institucional-----	124
4.5 Capacitação para a inclusão social-----	126
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	131

1 – INTRODUÇÃO

Quando se examina o histórico das políticas de desenvolvimento em Moçambique, percebe-se que elas foram pensadas a partir de 1975, de maneira autoritária, em planos e projetos que, se por um lado proporcionam o desenvolvimento de determinadas regiões, pois tiveram diversas formas de insucessos, seja pela não - aceitação e participação da população, ou por sua inadequação ao contexto local, seja por suas conseqüência nocivas ao meio da cultura africana.

O processo de desenvolvimento global é definido, às vezes, sob a óptica exclusivamente da produção macroeconômica. Outros o tomam sob a perspectiva social ou política. Alguns a interpretam por meio da transformação de seus aspectos institucionais em processos de desenvolvimento tecnológico ou na transformação de recursos naturais em bens de consumo. Qualquer que seja a discussão, os aspectos essenciais estão centrados na perspectiva de que métodos devem ser usados para incluir os seres humanos e o seu ambiente natural neste processo.

O crescente enredamento dos processos locais de tomada de decisão torna cada vez mais relevantes temas como o *distrito como pólo de desenvolvimento*, a geração de emprego, a produção de alimentos e a degradação de ambiental – revelando-se a incapacidade de as instituições políticas e administrativas locais lidarem com esses novos desafios para definir as políticas públicas.

Por isso, ao avaliar o projeto de carbono florestal de Nhambita, um aspecto de grande importância é saber se, e em que medida, essa experiência contribuí para a expressão dos interesses dos atores chave ao qual representam, ou se consiste apenas em experiências produtivas e conservacionistas.

A gestão social moçambicana ainda tem um grande desafio, por ser um dos países mais pobre, num território de 801.590 km², no sudoeste africano, onde vivem 21.396.916 pessoas, 70% das quais nas zonas rurais. A última guerra civil durou 16 anos, associada à seca e às cheias cíclicas, e causou deslocamento de cerca de 6 milhões de pessoas de suas terras de origem, afetando as atividades agrícolas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em seu censo de 2007, cerca de 2/3 da população vivem na pobreza absoluta (menos de US \$1,00 /dia). A província de Sofala, onde o presente estudo foi efetuado, apresenta uma das mais elevadas taxas de pobreza (88%) e baixo Índice de Desenvolvimento Humano, igual a 0,464. Recentemente, em 1989, o País tomou uma série de medidas para a redução da pobreza, adotando políticas de crescimento econômico (BANCO MUNDIAL, 2005).

Durante a década de 1960, quando as antigas colônias africanas alcançaram, paulatinamente, suas independências políticas, Moçambique e as demais colônias portuguesas sofreram exceção, pois Portugal de Salazar recusou a ceder às pressões internacionais e insistiu na transformação das colônias em províncias ultramarinas, embora com pequena autonomia política e econômica. A resistência a este estado de falsa autonomia não tardou a se manifestar. De 1964 em diante, um conjunto de partidos nacionalistas, entre os quais a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), primeiro sob a liderança de Eduardo Mondlane¹ e depois com Samora Machel², lutou contra o colonialismo, tornando essa guerra prolongada e sangrenta, que coincidiu com o período da Guerra Fria, decorrente do conflito entre portugueses e a FRELIMO, no período em que os países liderados pelos EUA apoiaram o governo português e o bloco soviético respaldou a luta pela libertação de Moçambique. E, com a *Revolução dos Cravos*, em abril de 1974, provocada em parte pela tragédia das guerras de independência das colônias africanas, Portugal mudou radicalmente de política e negociou a independência de Moçambique.

Moçambique, apoiado pelos soviéticos, adotou mudanças políticas e econômicas bastante radicais, constituindo-se uma singularidade em relação ao colonialismo e ao *apartheid* de seu vizinho, a África do Sul, declarando-se *marxista-leninista* e anunciando uma série de medidas para garantir a soberania nacional e a saída do subdesenvolvimento em apenas dez anos. O objetivo dessas medidas era devolver a dignidade aos moçambicanos, particularmente, aos menos desfavorecidos, não para utopicamente suprimir as diferenças sociais, mas para permitir uma distribuição justa da riqueza, sem a tolerância da diferença abismal entre ricos e pobres. Foi nessa perspectiva que ocorreram as nacionalizações, para que a habitação, saúde e ensino não fossem privilégios apenas de um punhado de indivíduos. Foi com esse fim que, logo após seguir a independência, Moçambique aderiu às diversas organizações internacionais defensoras dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adotava o sistema de economia centralizada, aliando-se ao bloco socialista dos países do leste Europeu, com a União Soviética no comando.

Assim, em 1975, Moçambique viu-se politicamente livre, contudo, dependente de apoio financeiro e de mão-de-obra especializada estrangeira, sobretudo oriunda dos

¹ Construtor da Unidade Nacional durante a luta armada de libertação em Moçambique, no período de 1964-1969.

² Primeiro presidente depois da independência de Moçambique.

países do bloco soviético, então socialistas. Quase todos os portugueses fugiram de Moçambique, levando os bens de capital que tinham. Moçambique sofreu perdas e reduziu o quadro de trabalhadores experientes e qualificados, elevando a taxa de analfabetismo a 90% da população. O sistema de distribuição comercial desmonorou, a produção agrícola, também, foi reduzida em razão de os países ocidentais ter deixado de canalizar os recursos ao País.

O que a população esperava da libertação foi o contrário do que aconteceu. Os dirigentes nunca reconheceram a realidade complexa e a diversidade sociocultural moçambicana. Tal falta de perspectiva deu lugar às estratégias políticas que destruíram o *tecido social*, alteraram as estruturas da sociedade e puseram em questão os valores tradicionais.

As mudanças começaram desde a colonização, passando pelo capitalismo e continuaram com o modelo de socialismo, todos eles constituindo-se fenômenos estranhos à mentalidade africana. Em decorrência das mudanças políticas, o agregado familiar foi aos poucos reduzido, passando por uma nuclearização das famílias. O *mudzi* (aldeia), unidade básica de produção, e os chefes tribais tradicionais (*fumo*), unidade máxima política, econômica e religiosa, foram transformados em aldeias comunais e cooperativas de produção estatais. O poder tradicional foi obrigado a ceder lugar para o poder formal no período compreendido entre 1975 e 1989. E, diversas formas religiosas foram drasticamente negadas e rejeitadas, como sendo *obscurantismo* ou coisas do passado sem uso no contexto atual.

Se, por um lado, a luta de libertação foi vista pelos moçambicanos como legítima, enquanto os libertava do poder dos colonizadores, por outro lado, as ações do partido FRELIMO, no poder, não foram reconhecidas legítimas, fazendo ruir a base política, econômica e religiosa que dava suporte às atividades locais. Uma vez retirado todo mecanismo de controle social tradicional, apareceram a apatia e a indiferença.

A população que vivia nos *mudzi* (aldeias) e nos *fumos* (tribos) perdeu sua liderança tradicional e o domínio de suas terras. Foram impostos “chefes governamentais”, totalmente desconhecidos e pertencentes a outros grupos étnicos. Além disso, as populações foram arrancadas de suas terras e colocadas em outros lugares. As tribos e clãs tiveram que abandonar suas terras e prerrogativas familiares e individuais para se dedicarem ao trabalho *coletivo* nos campos de cooperativas de

produção. Tais terras³, tomadas dos clãs, começaram a pertencer ao Estado, sem que a população soubesse como e nem por quê. A essa circunstância, a população respondeu com indiferenças as políticas públicas. Mais uma vez, o governo não respeitou os diversos sistemas sociais, sua história local e suas diferenças (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Começou deste modo, a de alteração das estruturas social e psicológica das tribos e das pessoas forçadas a abandonar *suas terras*, seus antepassados, seus lugares sagrados. Até os nomes das aldeias foram substituídos, seguindo uma política de apagar os vestígios do que fora considerado *velho*, *obscurantista* e ultrapassado, adotando-se nomes *novos*, símbolos da *nova revolução social*, do *homem novo* do *desenvolvimento* e do *progresso*.

Conforme Lundin (1992), a supressão do chefe local e da própria instituição da chefia, sancionada por uma visão cosmológica que era apreendida no processo de socialização do indivíduo e do grupo, levou a uma estagnação da instituição, do papel dos anciãos dentro do espaço social do grupo. Fry (2001) assinalou que o sistema de governo das populações rurais, por meio dos líderes escolhidos por seus parentes e antepassados e confirmados pela administração colonial como régulos (autoridades tradicionais), foi substituído pelas estruturas do partido no poder: *secretários* e *grupos dinamizadores*. Tal política de eliminação brusca do tradicional da forma de convivência dos povos rurais veio quebrar as *relações sociais* que foram substituídas por modelo burocrático de origem de outros países, fundado em realidades diferentes.

Além disso, com toda esta mudança sociocultural, a sociedade ficou *doente*, dando lugar à desordem social e ao caos. E, com agravante, a guerra civil dos 16 anos, entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a FRELIMO, veio piorar a situação, constituindo-se o *bode expiatório* dos erros do modelo do socialismo (OLIVEIRA, 2002, p.42).

³ Conforme a interpretação de Oliveira (2002, p. 41) é de se destacar aqui o significado da “terra” para os povos moçambicanos para poder compreender o que significa para os clãs ter que abandonar suas terras e viver noutras. A terra tem uma conotação muito dinâmica e profunda para os povos africanos. A terra não só simboliza a fertilidade e a vida, mas também o local sagrado que pertenceu e onde viveram e morreram seus antepassados. Por isso, cada membro da aldeia tem uma ligação muito forte com a terra, não com qualquer terra, mas a dos seus antepassados. Portanto, sair da terra natal significa romper não apenas com a comunidade dos antepassados, mas também com a possibilidade de continuar a “viver”, pois a fertilidade da terra é garantida apenas pelos antepassados. Sair da terra da sua aldeia ou tribo significa romper com as raízes culturais, perder sua identidade e romper com a sua comunidade. Como consequências disto, aqueles que, durante o socialismo, foram obrigados a sair de suas terras se sentiram perdidos e arrancados pelas raízes daquele espaço que lhes permitia viver. Por outro lado, os chefes das tribos que eram obrigados a colher pessoas vindas de outras tribos não a aceitavam e nem viam com bons olhos estes “intrusos”. Isto veio a criar conflitos socioculturais e políticos profundos entre as várias tribos e etnias.

Portanto, os resultados não foram os esperados e o processo de transformação e desenvolvimento econômico e social revelou-se um fracasso, pelo menos aos olhos da maioria da população, que em silêncio somente repudiava as mudanças por não compartilhar as políticas públicas traçadas pelo governo. Com a supressão das *formas de organização social* das sociedades tradicionais, por meio de perseguição e banimentos, houve uma dissociação sócio-cultural violenta. Retiram-se do espectro sócio-ideológico os elementos de suporte das bases locais, considerados justos e também legítimos pela *população local*.

A população, sentindo-se rejeitada, começou a questionar o novo universo sociocultural assentado na hierarquia, em crenças, valores e modelos externos para garantir sistema político. A reação, muitas vezes camuflada, emergia no maior apego às formas tradicionais e na resistência às mudanças, levando a estagnação da dinâmica da sociedade.

Os promotores destas idéias governamentais consideravam as populações como uma série de indivíduos, homens, velhos, mulheres e crianças, sem qualquer vínculo social, que subsistiam independentemente uns dos outros, como se não estivessem historicamente constituídos e de longa data organizados. Adotava-se a ideologia da página em branco “[...] o modelo de marxismo implementado foi à referência universalista a partir da qual se operou a negação das realidades do país, uma cegueira paradoxal” (GEFFRAY, 1991, p. 16).

A repressão, aparentemente sem nexos, foi recurso amplamente recorrido desde a independência em 1975, reprimindo rituais, crenças, curandeiros, parteiras tradicionais, instituições tradicionais etc. A maioria das sociedades ficou descontrolada e desguarnecida de um conjunto de normas e regras que, apesar das limitações, eram fundamentais para a salvaguarda da coesão social, sendo substituídas por outras, igualmente, problemáticas. Conforme Oliveira (2002),

[...] ao negar a cultura tradicional, ao impedir os pais de transmitirem seus ensinamentos, crenças e valores culturais, ao impedir as instituições religiosas e outras de colaborarem no processo de formação do homem moçambicano, impediu o desenvolvimento social e endógeno, ao mesmo tempo contribuiu para que uma inteira geração perdesse o contato com aquilo que de mais rico e autêntico possui um povo: cultura que gera os laços sociais (p. 42).

O governo no poder, também, não conseguiu oferecer alternativas viáveis para a sustentabilidade cultural comunitária. Os valores, como a solidariedade, a justiça, o

trabalho, a honestidade, deixaram de ser praticados pela maior parte da população, sobretudo pelos mais jovens, seguindo a ideologia colonizadora de obter lucros fáceis, que se denominou de “*candogueiro*”.

Muito tempo depois, o governo começou a se dar conta da importância da participação ativa do cidadão, da descentralização do poder local, porém, os mecanismos de participação tornaram-se obstáculos diante do relativo fracasso das experiências de cooperativas, organizadas pelos países socialistas, em geral, autoritárias, centralizadoras e com decisões verticalizadas.

Assim, em face das crescentes crises sociais, os modelos predominantes de desenvolvimento voltados para solução de mercado, ou para ações estatais centralizadoras, deixaram de ser uma solução para os problemas sociais. Daí este trabalho se propor fazer uma investigação sobre as possibilidades de fomento a um tipo de desenvolvimento local sustentável⁴, coerente com a realidade nacional e local, que sinalize para a necessidade de fortalecimento de redes sociais e a inserção progressiva da população nos processos político-administrativos locais.

É muito comum entre técnicos, políticos e lideranças rurais acreditar no suposto de perfeição metodológica para alocação de grandes montantes financeiros e de que estes, efetivamente, promovam mudanças e desenvolvimento. Não há metodologia, contudo, muito menos participativa, ou recursos financeiros, que por si só, garantam o desenvolvimento, seja o desenvolvimento adjetivado como integrado, holístico, participativo, sustentável, globalizado, ou qualquer outro tipo. Todos dependem da mobilização social.

A mobilização social, ou da maioria da população, visa a constituir uma opção de desenvolvimento local sustentável, contribuindo, ela própria, como primeiro passo para o planejamento participativo, a identidade organizacional, e para definir a missão de uma gestão compartilhada que possibilite o desenvolvimento local e fortalecimento da cidadania. Tal missão concretiza-se de acordo com o “empoderamento” dos desfavorecidos, ou seja, criar um ambiente de cooperação, de compartilhamento das informações, discussão e de estabelecimento conjunto dos próprios objetivos, o que passa necessariamente a encorajar as pessoas a assumir iniciativas, tomando decisões, e

⁴ Desenvolvimento local sustentável – segundo Capra (1996) é o modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, ou seja, capazes de: suprimir suas necessidades imediatas, descobrindo ou despertando suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (p. 344).

colocando em uso os conhecimentos e habilidades comunitárias e individuais. A mesma idéia é remetida por Chiavenato (2004) ao mostrar a importância do papel de *empowerment* das pessoas num território:

é para distribuir níveis adequados de autoridade e responsabilidade por toda a associação ou organização comunitária, torna-se necessário fortalecer todos os seus membros. [...] seu objetivo é simples: transmitir responsabilidade e recursos para todas as pessoas, a fim de obter a sua energia criativa e intelectual, de modo que possa mostrar a verdadeira liderança dentro de próprias esferas individuais de competência e também ao mesmo tempo, ajudar a enfrentar os desafios (p.183).

A questão com a qual iremos cada vez mais nos defrontar não é se o desenvolvimento é possível, mas: que tipo desenvolvimento se pretende atingir? Para responder a esta pergunta, o social deverá ser parte desse objetivo de desenvolvimento, tanto quanto o econômico, o político e o ambiental. Mesmo a maioria dos intelectuais, contudo, reconhecendo que o crescimento econômico é necessário, ele é insuficiente para gerar o desenvolvimento. Uma concepção adequada de desenvolvimento transcende a acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Completando tal linha de raciocínio, diz Amartya Sen (2000) que “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo [...], o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e da liberdade que desfrutamos” (p. 23). O desenvolvimento possui várias dimensões - econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica e é um fenômeno complexo, de mudança social global que envolve diferentes dimensões da vida em sociedade.

Observa-se, como mérito e alternativa para o caso Moçambicano, uma visão de desenvolvimento fundamentada em experiências concretas de desenhar e aplicar programas inovadores e de fortalecimento da sociedade civil, sobretudo pelas ações das ONG's, visando a promoção do desenvolvimento conduzida por múltiplos agentes,, ressaltando importantes elementos de mudança de atitude e de vontade política, tais como:

- a) deixar de privilegiar a oferta de recursos, para investir nas capacidades das pessoas e em ambientes sociais favoráveis;
- b) não esperar que tudo venha do Estado, mas estabelecer parcerias entre indivíduos e organizar a sociedade civil, empresas e governos para participação

- em todos os níveis, na definição, execução e avaliação de programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social;
- c) fazer diferenças entre metas econômicas e sociais, para então atender às necessidades das populações, apostando nas competências e habilidades da comunidade;
 - d) relativizar a importância dos diagnósticos burocráticos de carências e deixar de justificar-se pela falta de recursos orçamentários, partindo do mapeamento das potencialidades existentes em estado latente, considerando os obstáculos reais para serem superados, alavancando novos recursos e promovendo inovação tecnológica social; e
 - e) mudar o hábito de esperar que alguém, de cima ou de fora, venha resolver os problemas das localidades, exercendo o protagonismo comunitário, tomando iniciativas, agregando competências e assumindo responsabilidades na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Não há comunidade tão pobre que não possua recursos culturais. Não é a falta de determinado recurso que caracteriza a pobreza de uma comunidade, mas sua incapacidade de descobrir e dinamizar seus recursos com suporte no enfoque local. Em geral, não percebemos o potencial local porque pensamos em dinheiro como único possível. Se fosse no entanto, injetado dinheiro em localidade sem recursos humanos, com pouca convivência social e limitados recursos ambientais, provavelmente esse dinheiro, por muito que fosse, nunca poderia promover o desenvolvimento almejado.

O desenvolvimento sustentável local requer a confiança entre as pessoas, aquilo que se convencionou titular de “capital social”. Não é possível existir o desenvolvimento sem organização social, participação e “empoderamento” das pessoas. Porém, não vai acontecer se não houver confiança e cooperação, se não se fizerem redes de solidariedade e de ajuda mútua. Portanto, o desenvolvimento depende da adesão das pessoas, de decisão de se colocarem como sujeitos sociais. Requer o crescimento dos conhecimentos, habilidades e competência das pessoas, tudo aquilo que se convencionou chamar de “capital humano”. Não é possível existir o desenvolvimento sem que as pessoas desenvolvam suas potencialidades.

A leitura crítica de experiências bem-sucedidas de desenvolvimento levou John Kretzman citado por Oliveira (2006, p.2), no livro *Construindo comunidades de dentro*

para fora, a observar que há duas maneiras radicalmente diferentes de olhar uma comunidade:

- i. uma visão a partir do que falta, do que precisa ser feito, ou seja, enfatizando as deficiências e problemas que afetam a localidade; e
- ii. partindo do potencial existente, do que as próprias pessoas são capazes de fazer, ou seja, valorizando os ‘ativos’ da própria comunidade.

A *primeira perspectiva* – o olhar centrado nos problemas – é a mais habitual. De fato, o modo pelo qual o senso comum e a mídia descrevem uma comunidade popular moçambicana é, quase sempre, pela listagem de seus problemas: pobreza, desemprego, analfabetismo, gravidez precoce, famílias desagregadas, moradias precárias etc.

Enquanto isso, na *segunda* visão - olhar centrado nas capacidades das pessoas e nas competências da própria comunidade – é uma exceção. A experiência demonstra que é muito mais viável produzir solidariedade social e melhoria na qualidade de vida e convivência social, com apoio no investimento nas capacidades das pessoas e das comunidades, do que pretender satisfazer uma lista interminável de necessidades e carências.

As pessoas, em geral, têm capacidades, habilidades, competências e dons. Uma vida feliz depende em boa medida da oportunidade e da liberdade de cada um em usar plenamente as capacidades, desenvolver habilidades e compartilhar dons. Quando isso acontece, a pessoa sente-se valorizada, confiante em si, e capaz de um bom relacionamento com os outros, pois está motivada a participar. Portanto, nos parece acertado afirmar, em concordância com John Kretzman (1987), citado por Oliveira (2006), que, assim como ocorre motivação individual pela valorização, também se dá entusiasmo no plano coletivo ou comunitário, pois,

[...] comunidades vibrantes e empreendedoras são aquelas nas quais as capacidades dos seus integrantes são identificadas, valorizadas e utilizadas. Comunidades débeis, sem poder e iniciativas, são ambientes em que os talentos e aptidões de seus membros não são aproveitados (p. 2).

A consequência, dessa perspectiva direcionada para as carências é transformar a comunidade em clientes ou beneficiários passivos de ações pensadas e executadas por outros. Quando o ponto de partida é o que falta, a expectativa é de que a solução seja a decorrência de programas e recursos que alguém ou alguma instituição vai destinar, de fora para dentro e de cima para baixo, visando a resolver o problema. Essa abordagem não tem condição de produzir o desenvolvimento esperado pelos moçambicanos, ou

melhor, que resulte em duradoura qualidade de vida coletiva. Quando muito, pode beneficiar a alguns, durante algum tempo, mas nunca a todos, nem por todo o tempo.

As necessidades são uma espécie de poço sem fundo, para as quais não há recursos que bastem o investimento nas capacidades das pessoas para agirem por si mesmas e, ao contrário, o capital que cresce com o seu uso, pois quanto mais pessoas ou grupos utilizam suas capacidades mais estas se desenvolvem. Oliveira (2006) lembra o efeito em cadeia das iniciativas:

Quando as capacidades internas da comunidade e suas associações estão mobilizadas é muito fácil influenciar as instituições e programas de fora para que contribuam de fato para o desenvolvimento da comunidade como um todo [...], a comunidade se fortalece e se desenvolve quando as competências existentes em seu seio são valorizadas e potencializadas (p.3).

Essa estratégia de fortalecimento das capacidades acontece quando as pessoas se tornam agentes do seu desenvolvimento, contribuindo para quebrar o círculo vicioso entre pobreza e dependência. Os processos de mudanças tornam-se sustentáveis. A melhoria da condição de vida caminha lado a lado com o resgate do valor e do poder da comunidade, fortificando a participação político-administrativa local.

Portanto, é com fundamento na situação atual e histórica de Moçambique, considerando a experiência mundial de desenvolvimento e as formas políticas de participação que nos propomos ao objetivo geral de analisar as competências territoriais nos processos de desenvolvimento local da comunidade, na busca da satisfação de suas demandas, sua participação na gestão social e seu potencial para o *empowment* e a criação de capital social. E, em termos de objetivos específicos, buscamos:

- a) identificar as ações das organizações territoriais para as iniciativas de desenvolvimento e como estas se relacionam com o desenvolvimento da comunidade;
- b) tomar como referencial de caso bem-sucedido da teoria que estamos revisando a participação no desenvolvimento local da experiência Pingo D'Água, em Quixeramobim, Ceará – Brasil;
- c) compreender o papel da ação comunitária, no que tange ao seu “empoderamento”, e o seu potencial para a formação do capital social e humano na comunidade;

- d) estudar as articulações sócio-institucionais, organização sócio-espaciais e os mecanismos de aprendizagem coletiva, aspectos das atividades inovativas e seus respectivos impactos na comunidade; e
- e) identificar as estratégias participativas para conceber e implementar projetos da gestão ambiental na comunidade.

O estudo tem por objeto o Povoado de Nhambita, no Município de Gorongosa, na província central de Moçambique, em Sofala, com uma visão de síntese do estudo, que reflete análise realizada de fonte de trabalho de campo, e é parte integrante do relatório dos projetos de carbono florestal de Nhambita. O projeto é financiado pela União Européia, para minimizar o efeito do aquecimento global, com a participação da população mediante adoção de Mecanismo Limpo de Desenvolvimento (MDL).

Com suporte em diversas críticas ao modelo de planejamento autoritário instâncias governamentais para o desenvolvimento nacional, alguns espaços têm surgido na denominada “gestão social”, com a participação de agentes locais desde a concepção até a avaliação das políticas públicas, com a criação de novos mecanismos de representação dos sujeitos. Assim, também emerge o conceito de desenvolvimento local, que vê o lugar como espaço ideal para a promoção de políticas inovadoras na relação entre a população e instâncias públicas, numa tentativa de rompimento com a dominação.

Perpassando esses movimentos, surgem pressupostos importantes, como o da *participação e do empoderamento*. É da participação consciente, conquistada pelos próprios desfavorecidos num processo educativo, que podem ser criadas as condições para um aumento dos ativos disponíveis para o crescimento do seu poder, visando à melhoria de suas condições diante ao Estado, mercado e sociedade.

Na Geografia, essas delimitações da problemática social investigada nortearam as análises e reflexões do universo teórico e empírico eleitos pela pesquisa, delimitando o problema, os questionamentos e os procedimentos teórico - metodológicos.

Neste contexto, a organização deste trabalho divide-se em três eixos de análises: o primeiro estabelece-se o debate teórico, cujo objetivo é apresentar as reflexões analíticas sobre o desenvolvimento local, atrelado à participação cidadã, constituindo, assim, as principais variáveis destacadas pela literatura clássica e estudos recentes, que nortearam a produção de informações e as análises dos dados na pesquisa empírica, e em fontes secundárias estabelecendo uma continuidade aos demais eixos da discussão.

No segundo eixo, explicitam-nos os caminhos percorridos para a realização da pesquisa empírica, enfatizando a importância das decisões e dos procedimentos adotados para a produção do conhecimento científico.

No terceiro e último, procuramos demonstrar, por intermédio da análise das informações empíricas de experiências comunitárias, o projeto de desenvolvimento endógeno, as principais articulações das iniciativas comunitárias, desde o emprego de tecnologia social, no qual conseguiram apropriar-se do processo para evitar a dependência aos parceiros estratégicos. A reprodução desse segmento deve ser compreendida com base na valorização dos ativos disponíveis.

Com efeito, a articulação de políticas, de identidades públicas e privadas e atores sociais é um dos temas mais recorrentes nas discussões de planejamento e estratégica de desenvolvimento territorial, refletindo a percepção de freqüentes superposições de ações e de limitações da eficácia das iniciativas e projetos.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desde tempos mais recentes, em Moçambique, observam-se diversos movimentos da sociedade civil que articulam e buscam atuar com vistas ao desenvolvimento, encontrando nas ONGs um agente de destaque na articulação de projetos voltados para o desenvolvimento social e econômico local. Ainda não está consolidada, no entanto, a relação com as políticas sociais vigentes no País.

Essa atual tendência do “desenvolvimento local” é afirmada principalmente pela introdução do sistema democrático em 1994. As disparidades regionais, no entanto, em termos de desenvolvimento, são acentuadas em Moçambique. As regiões norte e centro, com potencialidades em termos de recursos naturais e fontes geradoras da riqueza nacional, são as menos desenvolvidas. Tal fato decorre da concentração de investimentos internacionais na zona sul, onde se localiza a capital do país – Maputo. Por outro lado, mesmo na região sul, as camadas sociais menos favorecidas constituem a maioria, e, vivem numa situação de extrema pobreza ou de indigência. Agravam o fenômeno os baixos índices de rendimento agrícola, a base de sobrevivência de mais de 70% (Censo - 2007), da população moçambicana. Na interpretação de Buarque (2006) desenvolvimento, para ser consistente e sustentável, deve,

[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade econômica local, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (p. 25).

Esse autor também enfatiza que o desenvolvimento local resulta de múltiplas ações convergentes e complementares, capazes de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Não pode, no entanto se limitar a um enfoque econômico, normalmente associado às propostas de desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também para melhoria da qualidade de vida das pessoas (diminuição da pobreza, por exemplo). Especialmente em regiões e municípios pobres, espera-se o rigor das estratégias de aumento da renda e da distribuição da riqueza local, estimulando

atividades econômicas viáveis e competitivas, tendo capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais, nacional e, no limite, inserindo-se nos mercados globais.

Amaral Filho (1999) parte da dimensão regional, visando a legitimar a região em foco. O autor entende o *desenvolvimento regional endógeno* como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões, e, conseqüentemente, a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região. O diferencial desse processo está no fato de que passa a ser estruturado pelos próprios autores locais, e não mais pelo planejamento centralizado. Assim, é ampliada a base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

Ainda de acordo com Amaral Filho,

o desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isto deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento local e/ou permite as atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectivas de economia aberta e de sustentabilidade (1999, p.18).

O diferencial desse processo, segundo o autor, está no fato de estruturar a política nos atores locais, descartando o planejamento centralizado. O papel das elites, contudo, não pode ser subestimado nem deveria ser negligenciado, porque a sua posição é fundamental e decisiva na formulação e implementação de políticas sociais e eqüitativas. Santos (2000) apresenta enfoque decisivo ao reconhecimento das particularidades do território, dos grupos sociais com as iniciativas de negociação, reconhecendo a pluralidade de interesses e os conflitos presentes, todavia apontando para elaboração do interesse comum, ou do interesse público. Segundo esse autor,

[...] é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importam o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico [...] na verdade, mudanças às condições políticas, são neste espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência de conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desses exercícios da solidariedade, indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p. 110).

O interessante dessa análise é, na valorização de Milton Santos, quanto à ação articulada entre o poder público e os agentes sociais e econômicos presentes na sociedade civil local. Souza (1997, 2000), por sua vez, assinala no desenvolvimento sócio-espacial a autonomia individual e coletiva, envolvendo as tomadas de decisões e a participação efetiva das pessoas. Defende o argumento de que o desenvolvimento se caracterizará pelo mínimo de injustiça social e de desigualdades das oportunidades na satisfação das necessidades. Recomenda, contudo, compreender o espaço em sua complexidade, de modo a evitar certos apriorismos e reducionismos. Dessa forma, a sociedade somente se concretiza com espaço, sobre o espaço, no espaço. O espaço modificado e multidimensional é uma condição para obter desenvolvimento autenticamente local. Conforme a interpretação de Froehlich (1998),

[...] não é menos equivocado imaginar ser possível transformar as relações sem modificar o espaço social que as condiciona, que pensar que a sociedade mudará se as formas e estruturas espaciais mudarem. É neste âmbito argumentativo que se pode considerar válido atribuir um sentido “localista” ao desenvolvimento, podendo-se falar em algo como desenvolvimento local (p. 4).

Neste caso, introduzindo mais justiça e equidade na governança, ou seja, imprimir mudança de atitude no processo na gestão pública. Trata-se de considerar o desenvolvimento como sócio-espacial, pois, como alerta Souza (1996), “se é verdade que acreditar em transformações das relações sociais advindas de intervenções no espaço, também o é negligenciar o entendimento de que a mudança social demanda mudança na organização espacial que ampara as velhas relações”. O espaço é reconhecimento não apenas produto das relações sociais, mas também como condicionador dessas relações, e envolve os condicionamentos tecnológicos e espaciais do capitalismo.

Um autor que percebe isso com muito interesse e que valoriza as potencialidade e saberes locais em sua estratégia de *ecodesenvolvimento* é Ignacy Sachs. Sachs (1986), que propõe estudos etnológicos para ensejar extenso conhecimento sobre as culturas e os ecossistemas, e, assim, orientar ações e técnicas adaptadas, ampliando os resultados.

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança⁵ das instituições públicas locais, incluindo o município, constituindo uma *relativa autonomia das finanças públicas* e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Por isso, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o *movimento econômico* gerado por grandes investimentos de *capital externo*, que não se internalizam e não se irradiam na economia local, enclaves que não se traduzem em mudanças efetivas na organização social e econômica local, com seus desdobramentos na capacidade de investimento endógeno, especialmente dos governos municipais.

O desenvolvimento local sustentável resulta, dessa forma, da interação e sinergia entre a *qualidade de vida* da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativo - a *eficiência econômica*, com agregação de valor na cadeia produtiva - e a *gestão pública eficiente*, a interação deles deveria ser mediada pela *governança*, pela *organização da sociedade* – orientando as políticas e os investimentos públicos locais – e pela *distribuição de ativos sociais* – assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia. Seria uma forma de promoção e valorização sócio-espacial, consoante Buarque (2006, p. 27).

A combinação desses três blocos de organização das iniciativas assegura a sinergia socioeconômica, cultural e político-institucional necessária à quebra da inércia de estagnação e pobreza. Em termos operacionais, segundo Buarque (2006), manifestam-se os seguintes indicadores na promoção de desenvolvimento local:

- a. *capacitação e fortalecimento de conselhos e instâncias institucionais* em desenvolvimento local sustentável para a gestão compartilhada e *capacitação da sociedade* para a participação, contribuindo para a formação de capital social (capacidade de organização e cooperação da sociedade), combinado com a formação de espaços institucionais de negociação e de gestão;
- b. elaboração e implementação de *projeto de reestruturação e modernização da gestão pública municipal* (incluindo finanças públicas municipais) e capacitação técnico-profissional, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública;

⁵ Não apenas legitimidade, expressa pela governabilidade, como também e, principalmente, capacidade efetiva de execução e implementação de ações e investimento.

- c. estudo das *cadeias produtivas dominantes localmente*, com identificação dos estrangulamentos e definição de iniciativas e ações que provocam o desenvolvimento e a competitividade da economia municipal, agregando valor na cadeia; e

Tudo isso é associado com alguma *forma de distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica. As mudanças decorrente desses três processos e a sinergia produzida no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local almejado por todos, de forma consistente e sólida. Em Zapata, a ênfase é na participação:

O processo de *desenvolvimento local* tem que ser feito através de, buscando a melhoria dos indicadores de qualidades de vida das construção de estratégias participativas, de capacitação, desenvolvimento produtivo e consertação de atores locais áreas apoiadas e contribuindo para a definição de políticas inovadoras (2000, p. 6).

A autora ressalta a participação, como princípio da ação dos protagonistas de desenvolvimento, possibilitando o estabelecimento de relações mais equilibradas no exercício de poder e, conseqüentemente, na definição dos rumos do processo de desenvolvimento. Como elementos centrais de ação propõe: o investimento de capital social e humano pela capacitação; adoção de uma continua articulação e permanente acompanhamento dos atores do território sobre os objetivos estratégicos.

Um aspecto de destaque é o fato, já conhecido, de que o ‘local’ e os excluídos em Moçambique guardam diversas características, como culturais, técnicas, conhecimento tácito, forças sociais, redes de relacionamento e confiança etc. Tais dimensões, quando identificadas, valorizadas e estimuladas podem ser muito bem aproveitadas e contribuí significativamente para o desenvolvimento local, no sentido pleno de cidadania, das alternativas econômicas, e mesmo do bem-estar social e ambiental.

O crescimento econômico é um fator fundamental para o desenvolvimento, mas, de acordo com Boisier (1993), citado em Haddad (2002), este dependerá principalmente “da capacidade de *organização social* de uma dada comunidade, que é o *fator endógeno* essencial para transformar crescimento em desenvolvimento, por meio de uma complexa *malha de instituições* e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura e por um projeto político regional”. Corroborando esse posicionamento, Borges Filho (2005) acentuada que desenvolvimento local pode ocorrer de duas formas:

endógena - valorizando e impulsionando formas espontâneas, preexistentes de organização social; *exógeno* – pelo incentivo e auxílio à formação de entidades de associações locais, capazes de organizar a comunidade na direção do aproveitamento de seus recursos humanos e sociais.

O mecanismo de incluir os excluídos no contrato social, reinventando uma nova forma de desenvolvimento social nas áreas rurais moçambicanas, ocorre como uma via de resgate de valores, recuperação, ou ainda, renovação de estruturas sociais, como associações, cooperativas, representações municipais, estaduais e organizações não governamentais cuja ação se reveste em benefício, principalmente, para resolução dos problemas locais.

Com a idéia de desenvolvimento local, surgiu pesquisa sobre o desenvolvimento obtido com as liberdades substantivas, pela expansão das capacidades humanas que consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agente. (SEN, 1993, 2000)⁶ e de autonomia (SOUZA, 1997, 2000)⁷. Sen (2000), ao estabelecer uma análise humanista, compreende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades e, por isso, defende a participação política, além de outras capacidades essenciais para o desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, crítica a visão de desenvolvimento associada à riqueza, ou seja, ao crescimento do PIB e a renda *per capita*, pois uma pessoa pode ser demasiado rica, mas, ao mesmo tempo, privada de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões políticas. Assim, para Sen (2000, p.23-24), “a liberdade exerce dois papéis fundamentais: a da expansão da capacidade das pessoas viverem a vida desejada e como determinante na iniciativa individual e na eficácia”.

O autor (2000, p. 23), em sua teoria “*desenvolvimento como liberdade*”, ressalta que “os atores locais devem ser tomados como sujeitos, como agentes para construção de sua própria opção de desenvolvimento”. A mesma afirmação é reforçada por Jara (1999, p. 52), que o *local* aparece como alternativa que articula as relações entre econômico, cultural e a sociedade, como malha institucional. O “*local*” como espaço de

⁶ O autor defende a idéia de desenvolvimento associada à expansão das liberdades reais (substantivas) das pessoas, ao associar liberdade e capacidade como sendo posteriores às necessidades, isto é, a necessidade é algo, aparentemente temporário nas pessoas e as capacidades/liberdades representam o que elas podem vir a ser (estado resultante de efetivação). Em outras palavras, a efetivação é uma conquista das pessoas.

⁷ A autonomia é entidade como um importante meio para reduzir as desigualdades sociais e garantia da legitimidade, sobretudo ao possibilitar a igualdade nas chances e tomadas de decisões entre as pessoas, inclusive no acesso à informação, algo significativamente importante em que se fala de sociedade do conhecimento.

construção de relacionamento solidário para a sociedade sustentável. O mesmo autor acrescenta, especificamente, quanto à participação:

[...] o reconhecimento da identidade, o “empoderamento” dos grupos comunitários, o fomento de esquema participativo, o estímulo as trocas entre as comunidades, o fortalecimento dos relacionamentos de confiança, a transparência de capacidades de gestão, a distribuição da informação, têm facilitado a conduzir o processo de desenvolvimento sustentável local (JARA 1999, p. 53).

Em Moçambique a grande questão é o “empoderamento” real do cidadão numa situação em que a maioria desfavorecida tenha a possibilidade real de manifestar-se de maneira informada sobre o que pensam e querem com e de suas vidas, tenham a real possibilidade de agir economicamente com as vantagens justas pelo que fazem, constituindo direito e não caridade de alguns grupos de eleitos. Sen (2000) assevera que a expansão das liberdades pressupõe o resgate da cultura de consciência cívica do ser humano, cultura vista na comunidade como parte de uma totalidade na formação sócio-espacial no papel do agente, sendo capaz de agir e provocar mudanças conforme seus valores e objetivos.

Ao mesmo tempo, outras instâncias mundiais adotam propostas semelhantes, mesmo com denominações diferenciadas e ênfases relativamente distintas, como o conceito de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), definido já na década de 1990, que ressalta o plano individual e societário:

[...] um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social, ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão decente, são fundamentais para os seres humanos. [...] na compreensão de que a criação de ambiente favorável, da mentalidade compatível, da motivação e participação populares no processo de desenvolvimento são tarefas do desenvolvimento de comunidade, como instrumento de participação, deve ter a capacidade de despertar na população às motivações e imagens favoráveis ao desenvolvimento econômico e social e de estimular aptidões para autodesenvolvimento (PNUD *et al.*, 1998, p. 35).

O sistema das Nações Unidas não somente define como também avalia o desenvolvimento, em função do alargamento das escolhas das pessoas. Trata-se, como anota Sen (2000), de ampliar as liberdades substantivas de diferentes tipos que as pessoas têm de escolher uma vida de qual tem razão para valorizar, ou seja, o desenvolvimento humano pode ser definido como a expansão de capacidades humanas

básicas (oportunidades reais). Essa expansão das liberdades reais (substantivas) ou possibilidades de escolha dos indivíduos só pode ocorrer se forem garantidas as premissas básicas. É com base a essas definições que os organismos internacionais, avaliam as realizações médias de um país região e local, em três dimensões do desenvolvimento: longevidade, conhecimento e padrão de vida.

Apesar das conceituações claras, contudo, o desenvolvimento, seguindo a opinião de muitos analistas, encontra-se ainda longe de ser alcançado e possui uma série de falhas. Zaoual (2006, p. 194) considera que “é na África que se praticou com maior intensidade a ciência econômica ou o marxismo como modelos e é nesse mesmo continente que o fracasso tem sido o mais flagelo”.

Argumenta-se que o desenvolvimento não é atingido em virtude de caráter inadequado das políticas econômicas ocidentais fundamentadas em correntes de pensamento que possibilitam políticas com agendas ocultas associadas aos objetivos de prestação de ajuda (MEHMET, 1995) onde auxílios bilaterais, por exemplo, em que se incluem ou ficam “amarrado”, na ajuda prestada aos países em desenvolvimento a compra de bens produzidos no país doador, muitas vezes a preços inflacionários. Também pode ocorrer que os países beneficiados serem obrigados a vender aos países doadores a preços irrisórios, subvencionados, garantindo ampliações da acumulação nos países desenvolvidos em detrimento dos países pobres.

Para tanto, argumenta-se que a ajuda seja dada a fim de produzir mercados de bens para o doador, e não para promover o desenvolvimento. O auxílio prestado é havido por alguns como uma forma de neocolonial, *quando os países ricos do norte continuam a explorar os países mais pobres do sul* (ESCOBAR, 1988, 1995 *apud* HOWELL E CONVERY, 1997, p. 56).

Conforme disse Machel (2008. p. 4), Presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidade em Moçambique, alertou que quem se prejudica é o cidadão, pois “os sistemas de desenvolvimento adotados pelos nossos governos facilitam para que os cidadãos se marginalizem. É imperioso que se tenha uma reflexão em volta desses modelos copiados e que estão sendo aplicados nos vários países da África Austral sem que respondam os anseios da população”.

O modelo econômico e os programas de ajuste estruturais impostos por instituições financeiras internacionais – como o FMI e Banco Mundial – aos países em desenvolvimento, como condição para renegociar a dívida externa, praticamente

impedem o desenvolvimento social e humano necessário para a constituição do desenvolvimento sustentável (CASAGRANDE e WELFORD, 2000).

Vale ressaltar que, em Moçambique, a gestão econômica está assentada unicamente nos mecanismos de mercado e no papel do setor privado embasado em megaprojeto, considerado como motor privilegiado e incontestado do crescimento econômico. Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta de Moçambique (PARPA, 2001-2005), no entanto, reconheceu o acentuado grau de pobreza e de vulnerabilidade da população,

[...]a análise dos dados dos inquéritos aos agregados familiares (IAF)⁸ de 1996/97 permitiu desenvolver um perfil detalhado da pobreza em Moçambique. A incidência da pobreza absoluta abrange em média cerca de 70% da população, sendo notáveis os desequilíbrios entre zonas urbanas e rurais e entre regiões. Além de sofrerem com uma pobreza material aguda, os pobres em Moçambique também enfrentam um elevado nível de vulnerabilidade aos choques naturais e econômicos. Esta dimensão da pobreza foi evidenciada pelos resultados trágicos das cheias que atingiram o país em 2000 (PARPA, 2001-2005, p.2).

As organizações do desenvolvimento são responsabilizadas pelo fracasso dos projetos nacionais. Kiggundu (1989), por exemplo, acha que “muitas organizações que fazem o almejado desenvolvimento, não têm capacidades suficiente para gerir eficientemente os programas ou falham iniciativas para gerenciar eles próprios”.

Também as ONG são criticadas pela omissão ou falta de espaço de participação dos programas de desenvolvimento para as comunidades locais e para a coordenação do Estado. Farrington *et al* (1993) observavam a desorganização e a falta de integração das iniciativas setoriais, o que “pode conduzir as situações em que dentro de uma região existir várias organizações e cada uma a trabalhar longe, duplicando os seus esforços, reproduzindo erros, utilizando abordagens conflitantes e, em geral, confundindo as populações rurais de pobres”.

Em Moçambique, tais circunstâncias podem, por vezes, surgir em virtude da negligência deliberada das ONG's ao considerarem os atores locais de clientes e produzindo conflitos contra outras organizações disputando atuação no mesmo

⁸ IAF - Inquérito aos Agregados Familiares, identificou os principais determinantes da pobreza em Moçambique e são eles: (i) crescimento lento da economia entre 1996-97 até ao começo da década de noventa; (ii) fraco nível educacional dos membros dos agregados familiares em idade economicamente ativa, com maior destaque para as mulheres; (iii) elevadas taxas de dependências nos agregados familiares; (v) baixa produtividade da agricultura familiar; (vi) falta de oportunidade de emprego dentro e fora do setor agrícola; e (vii) fraco desenvolvimento das infra-estruturas, em particular, nas zonas rurais.

território. Para Fischer (2006, p. 18), o principal problema é de governança, não há diálogo governamental e articulação entre as esferas dos governos federal, estaduais e municipais. A autora ressalta o paradigma de rumos à *gestão social* dos territórios, entre múltiplos sujeitos sociais:

a questão é como agir criativamente, como adaptar esses instrumentos às reais necessidades de territórios e como os gestores devem se comportar em relação a esses instrumentos. Por exemplo, têm-se uma múltipla intervenção, de múltiplos agentes, com as mesmas populações. Mas um programa não conversa com o outro. (FISCHER 2006, p. 18-19).

Há também quem atribua o fracasso do desenvolvimento nos países pobres, aos aspectos relacionados à ideologia e às abordagens teóricas centradas no economicismo ou tecnicismo. Gardener & Lewis (1996), por exemplo, remete as desigualdades tecnológicas:

[...] a ideologia de desenvolvimento que é imperfeita, uma vez que representa o mundo como um estado de progressão linear e de mudança em que o norte é “adiantamento” e o sul bloqueado em tradicionalismo estático, em que só a tecnologia moderna e as relações de produção capitalista podem transformar para uma sociedade desenvolvida (p.1).

Enfatizamos a idéia de que, sem a organização local e a verdadeira promoção da cidadania pela participação dos sujeitos envolvidos, o desenvolvimento local em pouco se diferencia daquele pensado, por exemplo, pelo governo em Maputo - Moçambique e aplicado ao resto do país.

Essas proposições, no entanto, poderiam ser sintetizadas, colocando como características do desenvolvimento local a valorização das potencialidades locais, o protagonismo dos agentes do local, a conquista de espaços consolidados de organização e a capacitação da sociedade civil para a realização de ações entre si e junto ao Poder Público, o esforço na busca de novos modos de organizar a produção e atenção ao desenvolvimento de laços de solidariedade e reciprocidade, que pode levar ao desenvolvimento sustentável, não obstante a idéia de uma estratégia de *Agenda 21* na escala local, estimulando as comunidades construírem e implementarem uma visão de futuro.

2.1 Desenvolvimento sustentável local e *Agenda 21*

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender “as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO BRUNTLAND, 1991, p. 46). Para Sachs (1993), “o objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a dinâmica econômica que separa as classes sociais”. Desenvolvimento sustentável é, antes de qualquer coisa, distribuição de renda, melhores condições de saúde, educação, ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis relativas à qualidade de vida da sociedade. O debate se apóia principalmente em dois documentos reconhecidos internacionalmente, nas mais altas esferas governamentais, como marcos orientadores: o documento da *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (WCED), que ficou conhecido como *Relatório Brundtlan*, publicado na Alemanha em 1989, por Volker Hauff, sob o título *Nosso Futuro Comum*.

A *Agenda 21* é um programa de ação para o século XXI, aprovado por 176 países presentes à Rio – 92. A Agenda 21 recomenda 2.500 medidas voltadas ao fomento de desenvolvimento sustentável, assume uma posição diante das questões sociais e econômicas e estabelece metas para a preservação e o manejo de recursos naturais. A realização da Agenda 21 deverá ocorrer mediante o engajamento de todos os segmentos da sociedade.

A Agenda 21 local, assim como outras práticas que se apresentam como voltadas à consecução da sustentabilidade local, está referenciadas a duas dinâmicas: a incorporação e ampliação da idéias de sustentabilidade em virtude de inclusão de novas dimensão (econômicas, políticas, social, institucional, cultura, ética etc.) e a (re) emergência da esfera local, no contexto da modernidade. A idéia de sustentabilidade, sob esta óptica ampliada, passa a estar referenciada a outros conceitos entre os quais os de democracia, participação, equidade social, eficiência, cidadania, autonomia, descentralização, e pertencimento.

Conforme Paehlke (1989, p.34), a Agenda 21 apresenta-se como um instrumento que visa a “identificar atores, parceiros, metodologias para a obtenção de consensos e os mecanismos institucionais necessários para a sua implementação e monitoramento”,

pois confere grande importância às organizações sociais. A participação nas tomadas de decisões é um dos requisitos básicos do desenvolvimento sustentável local, pois o contexto da política ambiental e de desenvolvimento faz surgir a necessidade de novas formas de participação. Sobre este temática, ressalta-se, ainda: “que é necessário indivíduos, grupos e organizações cooperem na consecução de avaliação de impacto ambiental, e que sejam instruídos a participar dos processos decisórios, sobretudoos naqueles que venham, eventualmente, a afetar a comunidade em que vivem e trabalham (BMU,1992, p.217).

Conforme Neaves (2008, p. 4), o conceito de desenvolvimento sustentável, ao introduzir elementos econômicos, sociais e espaciais no debate ambiental, permite que a problemática sociambiental se dirija, para público cada vez mais amplo, percebida agora como uma questão não limitada meramente à proteção dos ecossistemas naturais, o que possibilitou posicionar o desenvolvimento no eixo central dos debates. Ao lado das dimensões ambientais e econômicas, emergem componentes sociais, políticos e éticos. Sachs, ainda, reforça a idéia de que a participação remete a concepção de Estado,

[...] no campo política destacamos a preocupação com a democratização das instituições, com a participação popular, com a consideração de uma cidadania ativa, e com a descentralização administração e política. Tais questões embutem uma concepção de Estado revigorado, catalisador e fortalecimento, agentes é protagonista deste processo de construção da sustentabilidade (SACHS, 1994, p. 76).

Relativamente à abrangência e à intensidade com que se transferem as funções e os espaços de poder de uma instância superior para uma inferior na hierarquia institucional do País, deve ser feita uma distinção conceitual entre descentralização e descontração (quadro 1).

Quadro 1 – Descentralização e desconcentração do território

Descentralização	Desconcentração
Mudança de escala de poder para unidades menores com repasse de autonomia e poder decisório entre instâncias públicas e para instituições privadas.	Transferência de responsabilidades executivas para unidades menores, sem repasse do poder decisório e de autonomia de escolha (dentro do setor público ou do público para privado).

Fonte: Buarque (2002).

Buarque (2002, p. 43) entende que descentralização representa a transferência de autonomia e efetivo poder decisório entre instâncias, independentemente de ocorrer dentro da mesma instituição - unidades locais de órgão centrais – ou entre instâncias diferentes – das instâncias centrais para as locais; desconcentração representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferências da autoridade e autonomia decisório. Mattos (1989) assevera que a “descentralização é capaz de alcançar mais democracia, participação, justiça social e desenvolvimento regional, dever-se-ia demonstrar como tal seria possível no contexto da dinâmica socioeconômico prevalecente na atualidade”. Em Moçambique a filosofia atual de mudança da organização territorial da administração do poder saiu da política consagrada em *distrito pólo de desenvolvimento*. Somente é possível se for acompanhado de mudanças nas bases econômicas, políticas e ideológicas adequadas também à participação social. A descentralização só é autônoma quando a unidade institucional descentralizada assume responsabilidades com base em recursos próprios, portanto, independentes da vontade da instância centralizada; toda outra forma de descentralização é uma descentralização dependente, associada ao repasse de recursos das instâncias superiores para unidades hierarquicamente inferiores, por vontade e decisões das primeiras.

É muito difícil alterar a realidade de exclusão social sem intensa participação social, de forma organizada e propositada, tendo sempre em conta a capacidade de mobilizar os atores. Albuquerque & Lubich (2008) observaram que “mobilizar pelo convencimento e pela troca de saberes e de contribuição efetivas que cada segmento pode apresentar na tarefa coletiva”.

No Plano Estratégico de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique (PARPA II- 2006-2009) o *distrito como pólo de desenvolvimento econômico*, é visível o esforço de formulação de políticas públicas que valorizam da dimensão local, com base estratégicas de planejamento participativo, e que gravitam em torno do polifônico ideário da sustentabilidade. Neste contexto, não raro é observar agentes públicos a fomentarem processo “participativo” – quer seja por modismo, demagogia, ou até por falta de clareza política e, no decorrer das discussões, perdem a condução política de processo, antes as demandas da sociedade civil.

Na esfera local, Santos (1999) evidencia a questão espacial no cotidiano, considerando que,

[...] na esfera local as tensões sociais, dada pela formas diferenciadas de apropriação dos recursos naturais, são mais dificilmente camufladas. Outro elemento que pode então, potencializar a importância da intervenção “local” é o fato desta se manifestar no cotidiano, no mundo vivido das pessoas (p.37).

Em outras palavras, são as relações intersubjetivas e comunicacionais que constituem o local, na qualidade de forças instituintes do território. A despeito disto, ganham destaque, sobretudo as comunidades locais, cujas experiências deveriam ser aproveitadas para a gestão de recursos locais. A mesma idéia é corroborado por Küster (2003, p.23), que “um desenvolvimento sustentável local exige uma modificação dos marcos jurídicos e institucionais, cuja base é constituída pelo direito a um meio ambiente saudável”. Além de leis que permitem fazer prevalecer os interesses comuns, considera-se necessária possibilidade a participação da sociedade em processos decisórios. Hauff (1987, p.89) observou que o uso dos recursos naturais poderia alcançar o maior êxito, se houvesse uma descentralização da gestão dos recursos naturais dos quais dependem as comunidades locais, para que estas comunidades pudessem dizer algo sobre a utilização dos recursos. Ainda para este autor, “a necessidade de fomentar iniciativas cidadãs, empoderando organizações emergente espontaneamente e fortalecer a democracia local”.

Com base na formulação de Milton Santos (2000) “o que globaliza separa; é o local que permite a união”. Uma dimensão extremamente pratica deste processo nos é dada pelo exemplo cotidiano do dilema de solidariedade orgânica. A rearticulação passa por uma redefinição da cidadania, e em particular por uma definição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas. As hierarquizações tradicionais dos espaços já não são suficientes, ou inadequadas. Precisa-se mais da construção de redes sociais horizontais, de modo a compartilhar valores e objetivos.

A observância de simples regras e a percepção da necessidade de normas que visem à proteção e à consciência ambiental garantem as estratégias de obtenção do desenvolvimento local. E a mudança de paradigma, reúne novos sistemas de produção, que integrados às atividades tradicionais, podem contribuir para mudar o perfil produtivo local, ensejando novos postos de trabalho, agregando rendas aos membros das comunidades. Em Moçambique com a forte dependência dos recursos naturais, a estrutura simbólica dessas comunidades, seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes, fazem com que possam ser parcerias necessárias aos

esforços da conservação, na gestão de novas interações sociais e políticas, emerge a questão da aprendizagem dos atores locais e institucionais para a gestão compartilhada e socialmente participativa. Mais do que instrumentalizar os agentes, é requerida uma capacitação envolvendo valores, símbolos, atitudes relacionais, capacidades dialógicas e de protagonistas cooperativos, potencializando a dimensão local e fortalecendo a organização social da comunidade por meio de capital social territorial.

2.2. Capital social dos territórios

O capital social diz respeito às características da organização social, ou ao tecido social de uma determinada localidade ou região, algo como a presença de normas e valores que facilitem a coordenação e cooperação entre indivíduos, empresas, instituições e governos. Para Wolfe (2002), o uso do termo *capital* indica que envolve ativos, relacionados à posse (de propriedade de pessoal) ou à capacidade de possuir habilidades ou recursos disponíveis para o desenvolvimento de atividades. O termo *social* implica que um bem ou recurso é alcançado pelo do envolvimento com a comunidade. Para o autor, a existência de capital social depende da habilidade dos indivíduos de associarem e estender aos interesses da comunidade, compartilhando normas e valores, permitindo a subordinação dos diversos indivíduos e ampliando os interesses da comunidade.

Há uma diversidade de conceitos sobre o capital social; o sentido, no entanto, é semelhante. Tentar chegar a uma unificação sobre o conceito é tarefa difícil, pois os conceitos se referem aos objetivos dos próprios pesquisadores e são orientados pelo seu valor instrumental. Em seguida, é feita uma análise mais acurada sobre o capital social.

Conforme Albagli e Maciel (2003) é possível delinear três origens principais do conceito de capital social. A *primeira corrente* remota à Sociologia clássica do século XIX. Para essa tendência, o conceito foi incorporado no pensamento de Durkheim, por meio do estudo da interiorização das normas sociais e sua funcionalidade; em Tönnies, na análise do papel integrativo da comunidade; em Marx, no entendimento da construção da solidariedade de classe; em Weber, na explicação do sentido da ação; em Simmel, na caracterização da sociabilidade na metrópole (LIMA, 2001).

Na *segunda corrente*, estão incluídos autores oriundos das Ciências Sociais, que desenvolveram e difundiram o termo. Nesta linha, destacam-se Pierre Bourdieu, James

Colman e Robert Putnam. Pierre Bourdieu pode ser considerado como um dos pioneiros no que refere à análise sobre uma visão moderna do conceito de capital social

Consoante Bourdieu (1986), para compreender a estrutura e o funcionamento do mundo social, é necessário discutir capital em todas as suas formas e não somente na forma reconhecida pela Teoria Econômica. Esta abordagem reducionista é questionada pelo referido autor⁹. No início da década de 1980, Bourdieu fez a sua primeira análise sistêmica de capital social para referir-se aos benefícios e oportunidades de se pertencer a determinadas comunidades. Bourdieu (1986) define capital social como,

[...] o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em sua rede durável de relação mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento que provê para um de seus membros o suporte do capital de reciprocidade coletiva [...] o volume social de cada agente depende do tamanho da rede de conexão que ele pode efetivamente mobilizar a seu favor, aliado à presença de outras formas de capital (o econômico, cultural ou simbólico) (p.249).

O autor ainda ressalta que as redes de relações sociais não são dadas espontaneamente, mas são produto de ações estratégicas, individuais, ou coletivas, conscientes ou não, que reproduzem as relações sociais; e tais relações sociais transformam as relações eventuais. Tais relações podem acontecer no cotidiano, e são exemplos as de vizinhança, as do local de trabalho etc.; porém podem criar elos de obrigações subjetivas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade etc.), reproduzindo e potencializando o capital social. Neste aspecto, individualiza-se o capital social, ao transmitir aos indivíduos “responsabilidade” de mudança social, diferentemente de outros autores que procuram estabelecer uma relação de duas vias entre o indivíduo e a sociedade, coletivizando as possibilidades de mudanças. Na visão multidimensional, o capital social comunitário está associado à organização local, grupos cívicos e redes informais que nutrem as normas de confiança e reciprocidade o que necessário para o comportamento cooperativo.

Em Moçambique, a cristalização da organização social das comunidades africanas é basicamente centrada na agricultura. O uso da terra cria as bases para a família, como instituição e o parentesco como ideologia. O grupo familiar se organiza para plantar, colher e caçar, mas tal organização não acontece arbitrariamente; pois está baseada no papel dos mais velhos, que têm poder de decisão na comunidade e sobre os

⁹ Para detalhes, ver Bourdieu (1986).

mais jovens. Esta categoria refere-se à capacidade que estes possuem para produzir relações sociais animadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que esta comunidade possui. Toda a cultura africana está centrada sobre os mais velhos e antepassados, considerados os donos das terras e os projetores do grupo, porque foram eles que primeiro plantaram e eles são os responsáveis pelo que acontece na comunidade. Lundin (1992, p. 43) observou que “esse jeito, crença e organização social estão intimamente ligados e as normas e crenças derivam dos antepassados, isto é, daqueles que, mesmo mortos, são concebidos como atores sociais dentro do grupo, participam da vida do grupo e a influenciam”.

O capital social por ser algo imaterial e intangível, nas comunidades africanas, é manifestado na cultura. Para Lundin (1992, p.34) isso se torna uma *instituição* com os seguintes aspectos: um caráter normativo, algo sagrado; rituais ou manifestações cerimoniais rigorosamente estruturadas e a crença em algo sobrenatural, formando um sistema de símbolos que define como o mundo é e estabelece a posição que a pessoa deverá ter ao longo da sua vida. Estabelece um modo de sentir, viver e agir, tudo mergulhado no sagrado e só tem sentido no âmbito de confiança, normas e cadeias de relações sociais coeso. Kliksberg (2003, p. 87) acrescenta que a cultura é *um fator decisivo de coesão social*, pois as pessoas podem se reconhecer mutuamente, desenvolvendo auto-estima coletiva.

Coleman (1990, p. 98) (*apud* ALBAGLI & MACIEL, 2003) define capital social como recursos sócio-estruturais que consistem em ativo de capital para o indivíduo, facilitando certas ações dentro dessa estrutura. E especifica três formas de capital social: a *primeira* é formada pelo nível de confiança e a real expansão das obrigações em ambiente social. O capital social é elevado até onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A *segunda* forma diz respeito a canais de trocas de informações e idéias. Na *terceira* forma, normas e sanções constituem capital social, onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos.

Pode-se garantir, da análise de Coleman (1990), que a confiança resulta de normas de reciprocidades, presentes nos processos de socialização e das sanções implícitas ou explícitas nesses processos. As *normas*, por sua vez, transferem o direito de controle da ação de um ator para outros, porque a ação é marcada por externalidades, com impactos positivos ou negativos. A *confiança* constituída por meio de redes de relações pessoais resulta de interiorização de normas de reciprocidade.

Robert D. Putnam (2002) é o autor mais citado e reconhecido na literatura sobre capital social, desde que utilizou o conceito para explicar as diferenças regionais entre o norte e o sul da Itália, no seu estudo intitulado *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, 1996. Sua obra tornou-se referência para as Ciências Sociais, pois os seus estudos envolveram técnicas e metodologia variadas. Putnam (2002) constatou que a região de Emilia Romagna, ao norte, com uma grande participação política, solidariedade social e engajamento cívico e governos regionais efetivos, a partir de seus diferentes estoques de capital social, tornara-se uma das regiões mais prósperas da Itália. Enquanto isso a Calábria, ao sul, com características fragmentadas e isoladas, era mais atrasada. Partindo dessas experiências que remetem à idéia de *comunidade cívica*, na sua análise explícita sobre as diferenças entre a Itália mais desenvolvida, onde vicejam os sistemas horizontais de participação cívica e o sul do País, menos desenvolvido. É nesse sentido, que Putnam propõe capital social:

um conjunto de características de organizações sociais, em que se incluem as redes de relações, confiança, normas de comportamento, valores, obrigações e canais de informações que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as relações coordenadas, além disso, a formação e crescimento de associação introduzem hábitos e alimentam o espírito de cooperação e de solidariedade na sociedade, gerando condições propícias para o desenvolvimento local (PUTNAM 1996, p. 177).

A vantagem das organizações horizontais, em relação às verticais, é que as primeiras criam redes de solidariedade e desenvolvem relações generalizadas de reciprocidade, facilitando a cooperação espontânea e criando antídoto contra o clientelismo e o oportunismo, geradores de uma reciprocidade limitada e assimétrica.

Para o autor, as relações são permeadas por sistemas de comunicação e intercâmbio formais e informais, alguns horizontais outros verticais. *Os sistemas verticais* agregam agentes e atores desiguais em relação assimétrica de hierarquia e dependência; seus fluxos de informação costumam ser menos confiáveis; geralmente, seus membros são incapazes de sustentar a confiança e a cooperação social em razão das relações de poder (o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração). *Os sistemas horizontais* agregam agentes e atores sociais que possuem o mesmo status e poder (promovem sólidas regras de reciprocidade, facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, entre outros aspectos) que fortalecem o grupo social. Para Santos (2006, p.194),

[...] a tendência atual é no sentido de união vertical dos lugares [...] que trazem desordem aos subespaços em que instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Conforme Putnam (1996), o capital social facilita a cooperação espontânea, por meio de confiança mútua que consegue promover maior integração social de seus agentes que passam a confiar mais uns nos outros. Quanto mais elevados esse nível de confiança numa sociedade, maior a probabilidade de haver *cooperação orgânica*.

As fontes de confianças sociais podem provir de duas formas interligadas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. As regras de reciprocidades constituem o elemento decisivo pelo qual o capital social produz instituições propícias à participação cívica e o intercâmbio contínuo ao longo do tempo pode levar ao estabelecimento de uma regra de reciprocidade generalizada.

Em Moçambique, o homem da sociedade tradicional obedece às regras e normas, a modelos de conduta que lhe são impostos simultaneamente em nome do sagrado e em nome da sociedade, pois esse sistema de valores, atitudes e comportamentos são transmitidos de geração através da família, da linhagem ou clã. Ocorre tal como Putnam (1996) interpreta que a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

As características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitam as ações coordenadas, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Assim, as formas de capital social existente – *confiança*, por exemplo - são o que Hirschman (1984, p. 56) denominou de *recursos morais* isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados.

Depois dessa experiência da região Italiana, estudos de áreas diversas surgiram que os aspectos ligados à estrutura sociocultural devem ser incorporados às teorias do desenvolvimento econômico e social. Putnam (2006) considera que as relações sociais transmitem e disseminam confiança. São os laços fortes de cooperação, os objetivos comuns e as virtudes que reforçam o capital social. Nas palavras do autor, “*é o contrato social* que sustenta essa colaboração [...] não é do cunho legal, mas moral. A *sansão*

para quem transgride não é penal, mas a exclusão da rede de solidariedade e cooperação” (PUTNAM, 2002, p. 56).

As relações sociais também foram analisadas por Franco (2001), que considerou as conexões constituídas por meio de valores compartilhados e objetivos comuns dos atores envolvidos, dizem respeito à maneira como as pessoas vivem as formas como se relacionam e o modo como regulam seus conflitos. A capacidade que os membros da comunidade possuem de estabelecer as ligações mostra que o fluxo de informação dentro de uma organização favorece o estabelecimento de ambiente de cooperação. Para Franco (2001, p. 67), “se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo a desconcentração do saber”. São os canais de comunicações horizontais que proporcionam e sustentam a confiança e a cooperação social. Ainda, Amaral Filho interpreta o capital social como:

[...] fator intangível por natureza, e é o acúmulo de compromisso social construído pelas interações sociais em uma determinada localidade. Esse tipo de capital se manifesta através da confiança, normas e cadeia de relações sociais e, ao contrário do capital físico convencional, que é privado, ele é um bem público (2004, p. 378).

No âmbito comunitário, Woolcock & Narayan, (2000) acentuam que o capital social “é constituído através das redes sociais que capacitam as pessoas para ação coletiva e proporcionam aquisição dos conhecimentos, aumenta o poder da barganha, estabelecem a solidariedade e engajamento cívico¹⁰”. O capital social, nesta perspectiva, constitui uma rede de relacionamento envolvendo laços de solidariedade que reforçam a unidade da comunidade e fortalecem a identidade local.

Por fim, podemos descrever a *terceira corrente* de autores que usaram o conceito em vários contextos e disciplinas, de forma implícita ou explicitamente, tratando de elementos-chaves, como confiança, coesão social, redes, normas e instituições. Nesta abordagem, Douglas North é um dos mais proeminentes neo-institucionalistas (ALBAGLI; MACIEL, 2003). Embora North (1990) se refira à instituição e não ao capital social, quase todo o marco teórico sobre capital social está referendado nos seus escritos, figurando desta maneira entre os principais precursores do referencial teórico do capital social.

¹⁰ Woolcock & Narayan (2000), engajamento cívico significa “[...] relações sociais informais ou formais de grupos voluntários e redes caracterizadas por heterogeneidade dos membros”.

Uma abordagem específica sobre ambiente político e social considera que este contribui para a eficiência produtiva estática e dinâmica como componente do capital social. Inclui, portanto, a qualidade do governo, do sistema jurídico e a garantia de liberdades políticas e cívicas dos indivíduos e do Estado de direito (COLLIER, 1998, p. 453). Para Coleman (1990), o capital social é sinônimo de boas instituições, enfatizando uma variedade de entidades diferentes, tendo duas características comuns: que consistem em algum aspecto da estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos pertencentes à estrutura.

A elaboração do capital social depende da estratégia participativa do poder público para criar condições e incentivos coletivos, para a mudança por meio da organização popular, os diálogos e alianças entre os atores e os espaços de participação pois essas associações contribuem para a eficiência e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos internos sobre os indivíduos, mas também em razão de seus efeitos externos sobre a sociedade. Isso ocorre internamente pelo fato de as associações instalarem, em seus associados, hábitos de cooperação, solidariedade orgânica e espírito público.

Em Moçambique, tanto a colonização como o socialismo e o capitalismo, nunca se viram confrontados com a realidade complexa da diversidade sociocultural moçambicana e tal falta de perspectiva deu lugar a estratégias políticas que destruíram o *tecido social*, alteraram as estruturas da sociedade e puseram em questão os valores tradicionais. As tribos e os clãs tiveram que abandonar suas terras e prerrogativas familiares e individuais para se dedicarem ao trabalho “coletivo” nos campos da cooperativa de produção. Mais uma vez, não foram analisados os diversos sistemas de participação, as regras de reciprocidades generalizadas, as normas tradicionais de convivência social, sua história e diferenças.

Em análise Martins (1981) no qual os camponeses no processo político brasileiro:

os camponeses sempre foram pensados nos projetos dos outros, nunca tomando parte de seu próprio projeto. Tais políticas baseavam-se no exemplo do grande crescimento das economias socialistas, altamente planificadoras, planejadoras e centralizadoras e nos princípios keynesianos do Estado de Bem-estar-social, que tinha como ponto de partida a constatação de que sem um planejamento que direcionasse ações específicas para o desenvolvimento seria impossível resolver os problemas estruturais das sociedades. (p. 32).

Há um pouco de institucionalização dessa relação do camponês na política, empregando o termo *instituição* em sentido amplo para designar “as regras do jogo numa sociedade”, North (1990, p. 12) assinala que os modelos institucionais tendem a se reforçar, mesmo quando são socialmente ineficientes. Quase sempre é mais fácil para um agente individual adaptar - se às regras do que modificá-las. Para isso, tem de considerar que *instituições* são “conjuntos de normas e valores que facilitam a confiança entre os atores”, sendo, portanto abstratas, enquanto as *organizações* são manifestações concretas de cooperação baseadas na confiança. “Seu enfoque neo-institucional inclui em seus trabalhos o ambiente social e político que permite o desenvolvimento das normas e a configuração da infra-estrutura social” (NORTH, 1990). Albagli e Maceil (2003) vão mais além de Putnam e Coleman, ao incorporar não só as relações informais, horizontais, locais e hierárquicas, como também as relações formais, e institucionais e estruturais, como governo, regime político, Estado de direito, sistema judicial e liberdades civis e políticas.

As mutações drásticas que se observaram em Moçambique, tanto pela colonização como pela introdução da implementação do modelo de socialismo foram fenômenos estranhos à mentalidade africana. Durante muito tempo, não se teve consciência de que a cultura de um povo é o principal elo de solidariedade entre as estruturas sociais. Fukuyama (1999) examina os princípios sociais de várias sociedades sobre o que é denominado *virtudes sociais*. Compreende que as instituições políticas e econômicas dependem de uma sociedade civil dinâmica e saudável, tendo a confiança como o atributo cultural mais importante. Ainda para esse autor “se um grupo possuidor de capital social produzir externalidades positivas, o *raio de confiança* pode ser maior que próprio grupo” (FUKUYAMA, 2000, p. 6). Para Evans (1996) apresenta uma visão mais otimista das relações entre o capital social e as ações públicas. Estão incluídos nessa categoria desde bens tangíveis até ambientes institucionais que garantam a liberdade de associações e o cumprimento de lei. Para explicar a mentalidade *resistente à mudança* do povo africano. Perante a essa situação, Cezne (1994) enfatizou, resumidamente, sobre o caso dos camponeses moçambicanos, que,

as inovações não são bem acolhidas e surgem como ameaçadoras a coesão social africana. Esta resistência caracteriza a mentalidade dos vários grupos étnicos e constitui uma proteção contra tudo o que ameaça a sua segurança, as suas certezas e capacidade de adaptação conseguida ao longo dos séculos [...]. As tradições e experiências foram confirmadas pelos antepassados e aos poucos foram se adequando aos meios e às necessidades concretas (p.15).

Ainda Fukuyama (2000) ressalta a importância de capital social para entender os fluxos de informações, a partir de *raio de confiança*, que ocorrem nos processos econômicos formais e informais. Segundo ele, o capital social, pode,

[...] reduzir os custos de transação associados com mecanismos de coordenação formais como contratos, hierarquias, regulamentos burocráticos e semelhantes, ou seja, o capital social também é importante para entender os fluxos de informações que ocorrem nos processos econômicos formais. A cooperação entre as pessoas, entre os agentes, por meio de interação informais, pode baixar os custos de transação e elevar os benefícios associados às relações econômicas. (p.124).

Suas preposições se referem à coerência interna, social e cultural da sociedade, às normas e valores que governam as interações de pessoas e as instituições nas quais estão inseridas. Enfatiza também que energias sociais e idéias podem potencializar ações positivas após a consecução de resultados negativos (como por exemplo, de produtores que, após o insucesso com lavouras de alto uso de insumos industrializados, desenvolveram processos produtivos agroecológicos de sucesso). Fox (1996) chama a atenção, para a importância de organizações mais amplas (e não só de âmbito local) que possam superar a solidariedade local e proporcionar espaços de participação extra locais para comunidades locais ainda não organizadas.

Conforme Banco Mundial (2005), a acumulação de capital social depende do estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade entre as instituições, constituindo um processo de aquisição de poder (*empowerment*). Conforme a terminologia do Banco Mundial, capital social refere-se,

[...] às instituições, relacionamentos, redes e normas que formam a qualidade e quantidade das interações sociais da sociedade. Cada vez mais evidências indicam que a coesão social é decisiva para que as sociedades cresçam economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é somente o somatório das instituições que reforça uma sociedade – é a liga que as mantém coesa. Uma visão estreita do capital social toma-o como um conjunto de associações horizontais entre pessoas, e que consiste em redes sociais e em normas associadas que têm um resultado sobre a produtividade e o bem-estar da comunidade. Redes sociais podem aumentar a produtividade, reduzindo os custos de investimentos e facilita a coordenação e a cooperação (2005, p.79).

Esse ponto de vista reconhece que laços horizontais são indispensáveis para dar às comunidades um sentimento de identidade e de propósito comuns, mas também

realçar a idéia que, sem “pontes” de ligação que transcendem os distintos segmentos sociais (ex. religião, etnia, *status* socioeconômico), as ligações horizontais podem vir a se tornar a base para a defesa de interesses estreitos, e podem efetivamente negar o acesso à informação e a recursos materiais que, de outro modo, poderiam ser de grandes benefícios para a comunidade.

Neste sentido, são necessários mecanismos diferenciados da gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade por meio da constituição de redes e políticas intersetorializadas. Para isso, espera-se que o Estado tenha sua atuação direcionada para aquelas atividades que levem em conta as capacidades e potencialidade locais e comunitárias, com base em políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais.

O outro ativo, a saber, a participação cidadã, tem também bastante destaque, visto que favorece o estabelecimento de relações de proximidades e associações que permitem a consecução de resultados positivos, no qual são analisadas algumas de suas proposições.

2.3 A Participação cidadã no desenvolvimento local

A própria palavra cidadão impõe-se com grandes mutações históricas marcadas na Europa com abolição do feudalismo e o início de capitalismo. E o processo de formação da cidadania não foi tão brutal como equivocadamente podem pensar os observadores longínquos da história. A prática dessa porção de liberdade adquirida foi o aprendizado para novas liberdades, até que se chegasse às idéias modernas de sociedade civil. Para Santos (2007), “a sociedade civil é um corpo social que só existe porque há homens ciosos dos seus direitos; e existe a despeito do Estado”. Segundo o autor “o cidadão é um indivíduo no lugar” e, ainda, assegura as premissas de fortalecimento da cidadania:

a geografiação da cidadania supõe que se levem em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno [...] considerando o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localização, têm que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes [...], neste caso, urge que os processos corretivos sejam, também, permanentes, de modo a restabelecer os valores perdidos. A dotação dos recursos seria objeto

de revisões constantes. Seria a partir dessa permissão que a repartição territorial dos gastos públicos seria estabelecida segundo regras flexíveis, capazes de contemplar as diversas escalas geográficas da administração, dentro do objetivo redistributivista. Para cada esfera territorial, um conjunto de atribuições e de recursos capaz de assegurar a cidadania em todos os seus níveis (SANTOS, 2007, p.150).

Por isso, para Cover (1991), ser cidadão é ser um sujeito agente e um sujeito receptor. **Agente**, na medida em que trabalha para a conquista dos direitos e **receptor**, na à proporção que usufrui e recebe os benefícios sociais. Pinski & Bassanezi (2005) ensinam que “os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a uma velhice tranqüila”.

Ser cidadão é também ter dever: ter responsabilidades, compromissos, cumprir as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. O cidadão no cumprimento dos seus deveres procurará desenvolver “ações adequadas”, assumindo responsabilidades em conjunto com as comunidades, cumprindo as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. Como assevera o geógrafo Milton Santos (2007),

A cidadania, sem duvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. [...] ele tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. [...] para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa o direito de reclamar, e ser ouvido. (p. 20).

O cidadão é o indivíduo que, tomando consciência da situação em que vive, age de acordo com ela. Por isso, o cidadão procura formar uma *consciência crítica* da realidade internacional, e da realidade local e deverá agir segundo esta consciência, procurando coletivamente transforma-la para algo melhor. Para isso,

a cidadania não se esgota na dimensão político-participativa, mas abrange igualmente a dimensão econômica – produtiva, bem como a dimensão cultural. Participar na elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento é uma oportunidade que permite desdobrar a produção, a renda e o trabalho, para atingir outras dimensões, especialmente a dimensão qualitativa. O desenvolvimento é um processo que não pode prescindir dos cidadãos (COVER, 1991, p. 4).

É neste contexto, que a *participação* em Moçambique constitui a ordem do dia em razão do descontentamento com a marginalização da população no que concerne aos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos com poder e a informação. O entusiasmo pela participação consciente vem das contribuições positivas que ela oferece. Instituições como o Banco Mundial (1992, p. 42-4) evidenciam, no entanto, que participação popular não pode ser o reflexo de populismos ou “democratismos”, nem de políticas de transferência para a população das obrigações do Estado. Deve ser um exercício da cidadania local, regional, nacional e planetária.

A incorporação da categoria *participação* neste contexto, deve-se à necessidade não só de ampliar, mas também de enfatizar que *o desenvolvimento local com a cidadania* implica que o processo deliberativo na *esfera pública* ocorra de modo a garantir que a sociedade civil, Estado e mercado sejam presentes de forma ativa no processo, porquanto o ato de participar é posterior ao ato de votar. Para Tenório e Rozenberg (1997), a participação requer, em primeiro lugar, consciência sobre os atos desempenhados, e,

[...] participação consciente é aquela em que os envolvidos possuem a compreensão sobre o processo que estão vivenciando. Quando uma pessoa age sem o entendimento das razões e conseqüências de seus atos, a participação é restrita, estabelecida em função de alguma espécie de relação de dominação, onde, a partir de algum tipo de poder persuasivo, determinado grupo impõe aos demais as decisões e os passos que devem ser seguidas” (TENÓRIO & ROZENBERG, 1997, p.103).

No livro de Demo (1987) *Participação é conquista* o que pode ser considerado como aspecto central da participação é “[...] um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço pré-existente. Existe somente na medida de sua própria conquista” (p. 14). A mesma idéia é comungada por Lima (2006), ao constatar que,

[...] as massas populares devem criar mecanismos de participação, de solidariedade orgânica e de pressão por melhores condições de vida, esse comportamento de reação da sociedade é visto como processo da reestruturação do espaço [...] ações essas que materializam no espaço construído e expressam. (p.15).

Essa conquista ocorre num mundo onde o poder e as dominações naturais existem e, portanto há condições iniciais. A experiência voltada para o desenvolvimento do território em Moçambique mostra que os pensadores de política pública, os

planejadores, os técnicos que atuam juntos às comunidades não possuem disposições para contribuir com a mudança social e com a conquista de espaços participativos para os fazer integrantes (mesmo que inconsciente) não dessa massa excluída, mas sim do poder dominante, e defendem, em última instância, seus próprios interesses e não os interesses dos excluídos. Howell & Convery (1997) demonstram isso ao refletir a política da gestão dos recursos naturais na zona de transição do Parque Nacional de Gorongosa em Nhambita, mesmo quando as comunidades locais são anunciadas como sujeitos de um programa como grupo alvo. Na verdade, são *objetos de referência* de programas pensados fora de seus mundos sociais cotidianos e fora de suas práticas de classe. Para Brandão (1986), “o desconhecimento assumido da realidade do ‘outro’ autoriza percebê-lo ‘como eu quero’ para interferir sobre ele transformando-o segundo a imagem e o horizonte que antecipadamente a minha boa consciência desenhou para ele através do ‘meu trabalho’” (p. 13-4). A participação tem que ser compreendida, conquistada e a todo tempo disputada pelos próprios desfavorecidos, pois somente eles sabem, sentem, vivem seus reais problemas e necessidades e somente eles poderão, verdadeiramente lutar por seus próprios interesses (DEMO, 1987, p. 51).

A participação deve ser conquistada, cedida, não é participação em realidade, pois, se for dada, pode ser retirada. Disso, depreende-se a necessidade de que o processo participativo seja verdadeiramente constituído e apreendido pelos sujeitos da participação, por meio de ações conscientes que permitam a eles elaborar um aparato de cidadania e reconhecimento dos seus direitos.

Diversos casos relacionados aos *costumes comuns africanos* relatados por camponeses que resgatam a forma como formulam normas comuns de uso dos espaços naturais. Tais normas eram legitimadas pelo costume e tinham força de lei no local. Ao contrário, quando do cercamento do local das áreas utilizadas em comum por esses camponeses, conflitos e demandas surgiram pelo fato de eles considerarem aquele ato um desrespeito aos costumes.

Na prática tradicional, havia a força de um processo estabelecido e experimentado coletivamente, se tornara costume e, se transformara em lei local. A semelhança do que Tenório & Rezenberg (1997, p. 104) observam que “em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado”.

Conforme Bordenave (1983, p. 16) a *participação* é a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de

criar e recriar coisas, e, ainda a valorização de si mesmo pelos outros. Assim, também é o que sustenta Demo (1993, p. 18) que “a participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir, trata-se de autopromoção e de conquista processual”. Dessa forma, a participação não deve ser vista como concessão do Poder Público. Assim, a *participação* e a *cidadania* referem-se,

à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Sua concretização [destino] passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaço de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridade, a elaboração de modos de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público” (TENÓRIO e ROZENBERG, 1997, p. 103).

Nos encontros na comunidade de Nhambita durante a pesquisa do campo (2008), foi notória a relação entre os participantes de uma discussão, no entanto, geralmente fica muito afetada pelo grau de escolaridade entre os membros, uma vez que os que detêm maior *conhecimento* estabelecem uma relação de poder sobre os demais, tendo em conta que em Moçambique (INE: Censo 2007), cerca de 10 milhões de adultos não sabem ler nem escrever. Constatou-se o que Tenório (2007, p. 116) advertia sobre a relação social ocorrer com duas possibilidades no uso de conhecimento: o direcionado, apontando o que é certo e o que errado, e o diálogo dos saberes. Assim,

[...] numa relação social que pretende participar, os conhecimentos devem ser convergentes. O saber de quem estudou deve ser usado como apoio a discussões, mas não como orientador primeiro na decisão. Numa relação coletiva, o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados, não existindo ‘donos da verdade’ (TENÓRIO, 2007, p.116).

Com efeito, os conhecimentos, mesmo que diferentes, devem ser integrados. Tenório destaca ainda que, se uma pessoa é capaz de pensar sua experiência, ela é habilitada a produzir conhecimento na medida em que “participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer ‘com’ e não ‘para’[...] é uma prática social” (Ibid., p. 116).

A participação que se espera segundo Tenório e Rozenberg (1997) devem obedecer aos seguintes indicadores:

- i. *consciência sobre ato* - uma participação consciente é aquela em que o envolvido possui compreensão sobre o processo que está vivenciando; do contrário é restrita;

- ii. *forma de assegurá-la* - a participação não pode ser forçada nem aceita como esmola, não podendo ser, assim, uma mera concessão; e
- iii. *voluntariedade* - o envolvimento deve ocorrer com suporte no interesse do indivíduo, sem coação ou imposição.

A participação social acontece quando permite que as diferentes camadas sociais façam parte dos movimentos históricos nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais permitindo que todos elaborem, gerenciem e façam parte do processo. O objetivo é incluir pessoa, grupo, ou setor marginalizado, no processo de participação em âmbito micro/ou macro. Até para possibilitar reivindicações, as pessoas já devem estar envolvidas em algum tipo de processo participativo, mostrando-se sensibilizadas, engajadas civicamente e compartilhando os mesmos tipos de interesses e objetivos.

Do ponto de vista dos *setores progressistas*, segundo Bordenave (1983, p.12), a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disto, por meio de participação, consegue-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças, tais como a construção de uma estrada ou uma ponte, ou a recuperação de delinquentes juvenis numa comunidade marginal. Graças à participação, às vezes, resolvem-se ainda conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para as partes interessadas.

Do ponto de vista dos *planificadores democráticos*, a participação garante o controle das autoridades por parte da população, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos. Quando a população participa da fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade. Bordenave (1983, p.13) acentua que “o mais importante recurso no processo de desenvolvimento são as próprias pessoas e, por conseguinte, os governos devem procurar a participação delas em escalas massivas”.

Além das necessidades *econômicas* da participação, há também um reconhecimento da sua necessidade *política*, no sentido de que as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização de recursos econômicos e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões no plano local. Para Bordenave (1983, p. 14) “a participação popular e a descentralização das decisões mostram - se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento”.

Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. Para Bordenave (1983, p.17) “o futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa”.

Neste novo enfoque, a participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito com a tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis. Para isso, a participação se fixa no ambicioso objetivo final de *autogestão*, isto é, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes. A autonomia que não implica uma caminhada para a anarquia, mas, muito pelo contrário, implica o aumento de grau de consciência política dos cidadãos, o reforço do controle popular sobre autoridades e o fortalecimento do grau de legitimidade do Poder Público quando este responde às necessidades reais da população local.

Percebe-se, pois, que a participação tem estreita vinculação com a descentralização, podendo contribuir não só para a democratização do Poder Público, como também para o fortalecimento de uma cidadania ativa. Com a descentralização proporcionada em considerar o *distrito pólo de planejamento de desenvolvimento*, em Moçambique, abrem-se espaços para uma participação popular afetiva, a participação induzida ocorrente por meio de conselhos, e fóruns locais, em que a comunidade, via representantes, têm assento, voz e voto. Assim, os conselhos, fóruns, “podem ser concebidos enquanto órgãos da sociedade, portanto independentes do Estado, organizados com a perspectiva de buscar a ocupação de espaços de participação de uma gestão social local” (DANIEL, 1994, p.27). E ainda haver de levar em conta o fato de que,

quando a comunidade participa junto ao governo, o distrito adquire uma identidade mais forte, é em si mesmo um ator coletivo que está em melhores condições de negociar frente a outras instâncias do governo provincial ou nacional, para obter recursos que lhe permitam atender às demandas de sua comunidade (TENÓRIO e ROZENBERG, 1997).

As transformações na dinâmica da gestão e o fortalecimento de práticas que tornam legítima a participação do cidadão estão direta ou indiretamente associadas à necessidade de tornar mais eficiente a ação governamental. É nos espaços públicos que a *liberdade humana*, como argumenta Amartya Sen, “é tanto o principal fim como

principal meio do desenvolvimento” (2000. p. 25). Os fins e meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja posta no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada à oportunidade - na confrontação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiários passivos dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento.

Aliado ao que foi referenciado há pouco, a participação cidadã dar-se-ia estimulada por meio de elementos institucionais já previstos constitucionalmente, ou mediante espaços públicos definidos, democraticamente, pelos diferentes atores envolvidos, como o Poder Público, o setor público não governamental e o setor empresarial.

E, de acordo com Leonardo Avritzer, três são as características desses arranjos participativos:

- a) *o Estado cede espaços decisórios* “em favor de uma forma ampliada e pública de participação. Apesar de participação e deliberação não serem sinônimos, parece interessante o fato de todos os arranjos deliberativos se constituírem em formas ampliadas de participação”.
- b) *os arranjos institucionais deliberativos* são locais nos quais a informação relevante para uma deliberação de governo ou é tornada pública ou socializada, onde tais informações têm que ser partilhadas e discutidas, isto é, os arranjos deliberativos presumem que as informações ou soluções mais adequadas não são *a priori* detidas por nenhum dos atores e necessitam serem construídas coletivamente (AVRITZER, 2001, p.43).
- c) *possibilidade de testar múltiplas experiências*. (...) os chamados arranjos deliberativos trabalham com idéias de que a inovação institucional depende da capacidade de experimentar e partilhar resultados. De acordo com essa concepção, a racionalidade ou a eficiência é gerada de forma descentralizada e, *a posterior*, por múltiplos experimentos. Nesse sentido, o elemento central dos arranjos deliberativos passa ser a diversidade e não a unidade. (Ibidem, 2001).

O que se pretende com experiência de processos de *desenvolvimento com cidadania* por meio de arranjos institucionais efetivos em *espaços públicos dialógicos* é a prática de uma gerência pautada pelo conceito da *gestão social*, conceito que se diferencia daquele empregado no mundo empresarial do *mercado - gestão estratégica*.

Os graus e níveis de participação são questões – chave na participação num grupo ou organização. No caso de *controle*, evidentemente não é igual aos membros participarem de atividades decididas pelo próprio grupo e participarem duma atividade controlada por outro, ou por outros. Numa associação de pais e mestres, por exemplo, os pais podem opinar e colaborar, mas, via de regra, o *controle* é mantido pela direção do colégio. Num conselho paroquial, os leigos dão muitos palpites, mas o *controle* final não costuma sair das mãos do pároco.

Assim, o menor grau de participação é colocado pela componente *informação*. Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas. Por pouco que pareça isto já constitui certa *participação* nos rumos e acontecimento da organização. Num grau acima, ocorre uma *consulta facultativa*, que pode ser feita sobre a opinião dos indivíduos, se e quando as lideranças que definem os rumos da instituição acharem necessário. *Consulta obrigatória*, em que os indivíduos devem, necessariamente, ser consultados sobre as decisões e rumos a serem tomados. À medida que vai crescendo a participação, há um grau em que os indivíduos podem elaborar propostas e dar recomendações sobre os caminhos que a instituição deve seguir, podendo suas sugestões ou não ser aceites pelas lideranças, porém, com justificação.

A *co-gestão*, em que todos os indivíduos governam as ações e rumos da instituição em parceria com aquele que tomam a frente (administração). A *delegação* é um grau de participação onde os gestores de projeto têm autonomia em certos campos. Enfim, para que haja delegação real, os membros da comunidade devem possuir completa autoridade, sem precisar consulta para tomar decisões. E o grau mais alto de participação é a *autogestão*, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão a relação é horizontal entre todos os membros do grupo, visto que nela ocorre a co-responsabilização, isto sem necessidade de uma liderança que conduza o processo.

Pretty (1995) faz uma tipologia da participação mostrando os diferentes estágios possíveis: a participação passiva, a funcional, a interativa e a mobilização própria. acentua, porém, que a evolução de um estágio para outro não é uma decorrência necessária, pois depende de uma série de condições conjunturais e políticas conducivas e do grau de desenvolvimento humano do próprio grupo em questão (Quadro 2).

Quadro. 2 – Tipologia da participação social

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Participação passiva	Representantes eleitos, mas poder. Recebem informações das mudanças sem poder de decisão. Contribuem eventualmente com recursos (materiais, ou trabalho) sem aprendizado novo.
Participação funcional	Agências externas exigem participação para reduzir custos ou outros objetivos. Podem eventualmente participar em pequenas decisões, uma vez que as principais foram definidas.
Participação interativa	Participação na análise e elaboração dos planos; Fortalecimento de instituições locais; Metodologias interdisciplinares e multipropósitos; Na medida em que os grupos têm controle sobre decisões locais e determinam como os recursos são usados, têm interesse na manutenção das estruturas ou práticas.
Mobilização autônoma (empowerment)	Participação para mudar sistemas com independência das instituições externas; Estabelecem contatos com instituições externas para assessoria técnicas no uso dos recursos, porém conservam o controle sobre como usa-los; Automobilização pode expandir se os governos e as ONGs dispõem de um suporte que a permita. Essas mobilizações auto-iniciadas podem ou não questionar a distribuição da riqueza e do poder.

Fonte: PRETTY (1995)

O estágio mais avançado da participação ocorre quando a mobilização se dá de forma autônoma, em que os participantes discutem até mesmo as próprias diretrizes estratégicas do grupo. É o que se conhece também por “empoderamento”, que segundo Vogt e Murrell (1990), não é um mero resultado, mas uma transformação de transformação gradual com raízes na estrutura social, econômica e política da sociedade. É um processo que se inicia num indivíduo, e quando este está pronto pode se estender ao relacionamento, grupos, organizações e à sociedade como um todo.

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de *participação decisória*, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as consequências das decisões cá embaixo. Muitas vezes esta subida é apenas uma questão de *capacitação* e de *experiência*, mas, na maioria dos casos, ela é conseguida somente por meio de árduas lutas contra o *establishment*. Quando o governo controla a participação do povo, mas não é controlado pelo povo, é sinal de que ainda falta muito para se chegar à sociedade participativa.

Os serviços de extensão rural, organismo pertencente ao Estado, aliam-se aos agricultores com caráter do sistema verticalizado em detrimento dos sistemas de solidariedade, limitando a participação ativa dos agricultores. Para que haja uma sustentabilidade do programa, deve existir na organização um *consenso ideológico*, o significando dizer que a maioria de seus membros deve aceitar alguns valores e crenças fundamentais. Quando isto acontece a participação é facilitada, pois mesmo que cada subgrupo tenha objetivos próprios, todos compartilham do objetivo comum da organização. Bordenave (1983) afirma que facilita ainda a participação o tipo democrático de *liderança* ou *direção*, enquanto o tipo *autocrático*, *oligárquico* ou centrado a inibe ou a dificulta.

Constatou-se, no entanto, que na medida em que a estrutura de uma organização seja *flexível* e *descentralizada*, a participação desenvolve-se mais naturalmente. Caso contrária, conforme Bordenave (1983) no seu estudo no Paraguai, alerta para a noção de,

[...] se a microparticipação é sempre orientada somente para reivindicações específicas tais como construção de escola, estradas ou postos de saúde, isto é, como um fim em si e não como parte da solidariedade orgânica da macroparticipação, a luta do povo corre o risco de ser integrada no paternalismo e assistencialista do sistema político geral (p.59).

Nesse processo, em que as próprias iniciativas governamentais vêm percebem, mesmo de maneira instrumentalista, que para dar conta dos problemas e demandas existentes em relação ao desenvolvimento é necessário agregar forças e aproveitar recursos materiais e humanos existentes nas localidades.

2.4 A Gestão Social do Território

O conceito de território surge, então, como forma de ampliação do espaço de ação das políticas para o desenvolvimento rural, extrapolando os municípios, na tentativa de articular o tecido social de determinada região rumo a um projeto de desenvolvimento.

a gestão social cresce mediante o fortalecimento das organizações da sociedade civil, a construção de competências e processos que permitem a participação da sociedade na tomada de decisões sobre as estratégias, programas e projetos que lhes dizem respeito. Daí, território, entendido como o resultado de um conjunto de relações historicamente construídas, poderia então ser entendido como ‘campo de sentido’ (ABRAMOVAY, 2006, p. 51).

Ainda para o mesmo autor, a idéia de construção social dos territórios está bastante articulada a esse raciocínio. “Os territórios não são receptáculos neutros para as ações dos atores, mas verdadeiros protagonistas do seu próprio desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2003, p. 70). Muitas vezes, ao tentar maximizar o resultado de suas ações, o Estado deixa de valorizar o papel da cidadania para as políticas públicas e da participação da sociedade em seu processo decisório. Santos (2007) asseverou que,

deve-se falar de um *modelo cívico territorial*, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. [...] a plena realização do homem, material e imaterial, não dependem de economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajuda a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (p.18).

Os fundamentos da *gestão social* aproximam-se daqueles preconizados pela democracia deliberativa, uma vez que o fundamento de seu processo de tomada de decisões pressupõe a participação de todos os atores sociais que de forma direta ou indireta tenham relação com a temática em foco.

Para Valá (1998), do Instituto de Comunicação Social de Moçambique, - “atualmente reconhece-se que o conceito de participação comunitário é um dos mais controversos no âmbito das problemáticas de desenvolvimento, e que tem sido utilizado

com significados tão diversos, por vezes mesmos contraditórios” (p.8). Considera-se ser importante aprofundar os mecanismos do envolvimento da população nos arranjos institucionais para a promoção, implementação e consolidação da *democracia deliberativa*, como instrumento de resgate e valorização dos saberes populares; da ampliação das vozes da população local; de afirmação de cidadania e da justiça social; para a promoção dos processos de desenvolvimento social; econômico e cultural; bem como da necessidade de potencializar a participação comunitária no planejamento e gestão de programas que visam a tornar sustentável.

Demo (1987) mostra ainda a importância de ações como viés econômico. O *desenvolvimento de atividades econômicas* age no sentido de dar autonomia financeira aos indivíduos, para que, com suporte nessa autonomia, possam participar de forma emancipada, sem dependência de laços de clientelismos, partenalistas etc. e que funcionam como uma forma de dominação dos excluídos. Aliados às independências econômicas figuram os aspectos culturais. Esses são importantes, visto que, por meio da valorização dos costumes, tradições, potencialidades e técnicas de uma comunidade, eles enxergue em si mesmos os bons valores que a todo tempo tendem a ser atribuídos aos que estão fora. Assim, “em vez de olhar para si como ignorantes, feios, incapazes e, por isso, dependentes dos instruídos, belos e capazes, passam a se perceber como sujeitos dignos que, por possuírem seu valor, possuem também o direito de pensar, falar, reivindicar, lutar e participar (p. 41).

A esses dois aspectos acrescentam-se outros: o da *educação*. Participar também é um exercício de aprendizado. Aqui não se refere ao processo educativo formal que, na maioria das vezes, atua em serviço da sociedade dominante, como forma de dominação (SAVIANI, 1992, p. 7), mas a educação libertadora, aproximando do ensinamento de Paulo Freire, em que indivíduo (ou coletividade) faz parte de um processo de reflexão/ação/reflexão, por meio do qual percebe o mundo à sua volta, reflete sobre ele, decide e realiza suas ações em busca das mudanças que acha necessário dos rumos que pretende seguir, continuando a reflexão sobre os resultados obtidos.

Este aspecto é central, pois, como já foi visto o poder dominante não tem vocação de democracia. Por isso, uma sociedade não organizada não consegue defender seus interesses diante deste poder dominante e do Estado. Assim, a participação depende da capacidade de organização da sociedade civil para, a partir daí, conseguir espaços de expressão de seus interesses, participativos (DEMO 1987). Essa educação nasce da educação popular e poder ser feita em parceria com entidades, associações e

outras organizações, que se encaixam no que chamam de ONG e que podem contribuir para a organização comunitária na construção de espaços participativos e a gestão social.

Tenório (1998) chama atenção para o imperativo, da necessidade de se efetivar a *gestão social*:

[...] que os governos institucionalizem modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como “alvo”, “meta” “cliente” de suas ações ou, quanto muito, avaliador de resultados, mas sim como *participante ativo* no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deva ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de suas soluções e o acompanhamento da execução até avaliação do impacto social efetivamente alcançada (p. 22).

Precisam ser criados espaços de participação dos cidadãos como sujeito na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas que tenham objetivos de atender às necessidades coletivas e não apenas maximizar os resultados das políticas públicas de acordo com um imperativo instrumental.

Assim, a racionalidade instrumental dos organismos estatais moçambicano que orientam suas ações pelos *cálculos, fins, desempenhos, rentabilidade e utilidade*, pode trazer problemas quando eles se confrontam com a racionalidade sustentável de uma ONG, que prima pelo julgamento ético, autonomia, entendimento, liberdade e pela solidariedade, baseada na intersubjetividades dos agentes envolvidos.

Para isso, as estratégias de desenvolvimento local em Moçambique, portanto, devem levar em consideração os limites cognitivos e subjetivos inerentes aos próprios indivíduos, como também os limites colocados pelas subjetividades e intersubjetividades existentes nas relações dos indivíduos, com eles mesmos e entre indivíduos, isto é, nos grupos sociais que eles conformam. Isso implica o fato de que focar apenas os limites objetivos – infra-estruturas; microcréditos; capacitação; acesso aos recursos naturais; assistência técnica - pode não ser suficiente para provocar o desenvolvimento de processos de desenvolvimento local. Para Reis, (2006), “é necessário criar um ambiente configurado por relação de poder, as quais se estabelecem e se manifestam desde dentro dos próprios indivíduos – a autocoerção psíquica até aos planos mais gerais de uma comunidade estabelecendo limites cognitivos, subjetivos e objetivos”. A mesma idéia é comungada pelo moçambicano Baessa (2007, p. 2) ao criticar a política nacional: “o governo não pode pensar que a construção de mais escolas, estradas, hospital, por exemplos, tem impacto direto nas vidas das pessoas -

isso representa quantidades de ações e não a satisfação para essas pessoas das necessidades nem a minimização dos vários problemas que as afetam”.

Acontece que o social não é formado de receptores passivos e dependentes, mas sim de sujeitos que possuem seu projeto de autonomia. Reconhecê-los como tal implica o reconhecimento da autonomia e legitimidade de novos atores sociais e na renovação das formas de representação política, que conduzem à mudança das práticas de parceria da tutela à negociação, da regulação à contratualidade, da gestão de programa à lógica de projetos elaborados e geridos conjuntamente. Tais mudanças dariam, incontestavelmente, um novo sentido ao processo de elaboração de política públicas.

Dessa forma, com novos espaços de representação, o cidadão poderia passar de uma cidadania passiva a uma cidadania ativa, deixando de buscar seus direitos individuais para realizar uma ação “coletiva, comunitária e solidária, reforçando a coesão social ameaçada pela gravidade da crise atual” (SERVA 1997, p. 48).

É reconhecido também o fato de que o “desenvolvimento deve ser ‘centrado nas pessoas’, conhecedoras e capazes de auto - suficientemente organizar-se e que promovam a descentralização e a autonomia” (CHAMBERS, 1993, p.10-11).

Howell & Convery (1997) acreditam que o desenvolvimento participativo também tem de procurar afastar-se da *dependência teórica*, tentando trabalhar “*com*” as pessoas e proporcionar o desenvolvimento que tem por base aquilo que a população local sabe, em vez, de fornecer-lhe “*para*” com base apenas naquilo que lhes fora orientado pelos especialistas que eles sabem (normalmente ocidental). Mikkelsen (1996, p. 61) descreve o desenvolvimento participativo e de aprendizagem social como “envolvendo as populações locais, na seleção, concepção, planejamento e implementação de programas e projetos que lhes dizem respeito, garantindo, assim, a percepção local, atitude, valores e conhecimento, são tidos em conta como planejamento e com uma maior brevidade possível”. Talvez seja esta a ênfase na integração de pessoas em processos de desenvolvimento participativo para além de abordagem *top-down* ou de cima para baixo.

Desenvolvimento participativo e aprendizagem social utilizam uma abordagem holística, em vez, de se concentrar sobre um aspecto de problema. (VAN GELDER, B. & O’KEEF, 1995, p. 29) também afirmam que por definição, deveria ser uma resposta a um problema “que se manifesta por um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, não deveria, por conseguinte, ser imposta às pessoas, a fim de que as necessidades

estatísticas das organizações doadoras sejam cumpridas, garantindo assim que o financiamento continue”.

Ainda que não seja difícil avaliar os resultados, o que Beduschi (2007) designou por “experimento participativo”, onde alguma oportunidade brindada por um enfoque participativo do desenvolvimento, pode ser destacado:

[...] maior probabilidade de que a população encontre respostas de políticas apropriadas às suas demandas; através da ação coletiva, se identifiquem áreas de sinergias entre atividades baseadas em conhecimento e aptidão locais, com o que se permite aproveitar novas oportunidades de desenvolvimento econômica em um contexto de intensa competição global; maior capacidade de controle das ações do Estado (2007, p. 262).

Processos de desenvolvimento participativo, no entanto, envolvem, na maioria das vezes, uma revisão de posturas, tanto dos agentes governamentais, que passam a ter seu poder questionado pela participação cidadã, quanto dos agentes privados, que têm de assumir um papel mais proativo na definição de políticas e programas.

Ocorrem os problemas associados com o desenvolvimento participativo. A principal dificuldade a ser realçada é a participação que passou a ser um chavão de desenvolvimento. De acordo com Mikkelsen (1995, p. 62) *o conceito de participação se tornou turvo*. Muitas organizações têm estado retoricamente a invocar a necessidade de participação, porém, na realidade, não aderem à ideologia fundamental do desenvolvimento participativo.

Para tanto, os governos locais têm fortes contribuições de escolha social a serem incorporadas pelas demais esferas de poder para romperem com o caráter econômico-tecnocrata das decisões. Esses governos, no entanto, mais do que agentes do desenvolvimento, devem funcionar como articuladores e financiadores das ações transescalares de desenvolvimento que se coadunem com estrutura territorial de escolha social construído para o “empoderamento” dos cidadãos excluídos.

2.5 Território socialmente construído para “empoderamento”

Buscamos questionar se o que técnicos e especialistas propõem são realmente ações de *empowerment* e o que as práticas ditas empoderadoras demandam dos técnicos que delineiam projetos. Para Celats (1985, p. 197), participação é entendida como produto da conjugação de interesses sociais que fazem possível o *empowerment* e surgimento de suas organizações, associações constituídas como meios que possibilitem a análise, reflexão e o planejamento de suas ações, orientadas pelos fins que perseguem, para a satisfação de suas necessidades.

Afinal, há uma tensão entre os “empoderados” e os agentes seus facilitadores há uma tensão entre os intelectuais (os técnicos, especialistas) e as populações excluídas do saber formal. Zamora (2006) ressalta que “empoderamento” vai além da mera participação popular, pois demanda uma posição ética e política que só a própria população pode identificar suas necessidades e os caminhos de solução.

Os programas de “empoderamento” comunitário buscam promover o desenvolvimento local a partir dos próprios recursos da população local, mantidos e reinventados pela comunidade. Para Ander Egg (2003, p. 2), o desenvolvimento local não é uma ação ‘sobre’ a comunidade e sim ‘da’ comunidade. O que deve ser constantemente observado e medido pela equipe que realiza a proposta é a questão do poder e da mudança nas relações de poder, pois é uma dimensão fundamental que não pode ser negligenciada. A mesma idéia é corroborada em Romano (2002),

há uma despolitização do processo de mudança inerente ao empoderamento. As mudanças nas relações de poder são deixadas em segundo plano e os conflitos são negados e evitados, sendo ‘tecnicizados’ e retirados de sua dimensão ideológica e política. Eles são tomados como uma ‘perturbação’ no resultado de trabalho. Assim, o empoderamento deixa de ser uma participação social e a gestão participativa voltadas para a busca de equidade social e diminuição das desigualdades existentes, construindo propostas de gestão que sejam sustentáveis do ponto de vista físico-territoriais, ambientais, culturais e político-institucional (p. 3).

Nessas análises, verifica-se que os conflitos são inerentes ao processo, apesar, do temor dos técnicos, que os consideram um entrave. Esse é o sinal de que o trabalho passa a ser avaliado pela comunidade, pois observamos que ela está se emancipando. Os moradores envolvidos na nova proposta de gestão comunitária passam a ter auto-estima o suficiente para propor soluções.

Segundo José Hipólito dos Santos (1992), se não existir conflito nesses processos é porque as pessoas não participam e não tomam iniciativas. Esse autor aponta as três grandes razões: *ambiente hostil, baixo nível de autoconfiança* e o *tipo de apoio dos técnicos*. A cultura dominante produz e reforça passividade, sendo um obstáculo às iniciativas de quem não possui requisitos considerados fundamentais, como títulos acadêmicos, cargos e dinheiro, desvalorizando as capacidades, competências, habilidades e as possibilidades de tomada de decisões pelos sujeitos locais em detrimento de uma supervalorização de conhecimento técnicos-científicos com modelos importados. Paulo Freire (1981, p.142), no seu estudo sobre os sistemas ideológicos de valores, como “*ideologia da opressão*” e “*ideologia da submissão e resignação*”, assinala que “os indivíduos afetados reagem às constantes frustrações físicas e psíquicas por meio da adaptação ou revolta, acreditando que seus problemas só podem ser solucionados por autoridades”. Os padrões de relações repassados de geração para geração levaram ao estabelecimento de uma cultura do medo e da adaptação.

Ainda segundo o mesmo autor (1981), a *falta de autoconfiança* dos indivíduos leva a uma atitude fatalista perante autoridades que quase nunca percebem que também “conhecem as coisas” que aprenderam com o mundo e com as outras pessoas; além disso, ao se considerar as condições que deram origem a este dilema, neste claro por que motivo eles não confiam em si mesmos (FREIRE, 1981, p.142).

O apoio prestado pelos especialistas tende a repetir o que é transmitido pelas universidades e centros de pesquisas “passando por cima do desejo, anseios, crenças e da decisão das pessoas de funcionar de forma diferente” como ressaltou (SANTOS, 2002, p.2). Com os seus critérios de eficácia e suas lógicas produtivas tidas como inquestionáveis, influenciam negativamente as propostas de desenvolvimento local. Assim, grande potencial de iniciativas é desperdiçado. A única maneira de não reproduzir este modelo é valorizando o *saber da comunidade*, o saber cotidiano dos atores sociais, incluindo-os na sistematização do trabalho, gerando autovalorização, evitando assim, um “*desbloqueio da capacidade de tomar iniciativas*”, como diz o mesmo autor.

Os agentes da mudança capazes de mobilizar as forças latentes de uma sociedade para o desenvolvimento, têm que reavaliar as práticas, porque terão de repensar seu saber, forma de atuação, crenças, práticas estereotipada que são moldadas pelo saber formal e, claro, seu narcismo. Por exemplo, segundo relatos, inicialmente o fórum local foi pensado como espaço de encontro das comunidades, aglutinando

lideranças, moradores, voluntários e instituições numa rede de participação e gestão. Este modelo, porém, não poderia modificar a estrutura das relações de poder existentes, uma vez que sua abrangência territorial reproduziria a forma como o poder está distribuído formalmente na cidade e na política partidária.

As práticas de participação sociais ainda não têm o modelo de planificação descentralizada, uma vez que não levam em conta as características locais, nem as relações de poder ali estabelecidas. Por exemplo, no caso bem sucedido do Projeto de Pingo D' Água, onde o trabalho comunitário se desenvolveu com origem do Sr. Toinho, carismático líder local. Em 1985, junto com outros cinco proprietários, começou a participar de reuniões comunitárias em localidades vizinhas, organizadas em associações. Da necessidade de romper com a associação vizinha em face das dificuldades para o repasse dos recursos, imediatamente buscou-se criar uma associação específica, efetivada em 1988, a Associação Comunitária dos Moradores de São Bento (iniciada com um grupo de vizinhos).

Santos (1992, p.3) alerta: “uma das grandes dificuldades é o despreparo dos técnicos solidários. Se não buscamos transformar nossas iniciativas, apesar de termos como objetivo o empoderamento, acabamos por ser um entrave à iniciativa e a participação popular, fazendo exatamente o oposto do que estamos propondo, um processo contínuo de avaliar as nossas praticas”.

O mesmo autor (1992) acentua que “é preciso escutar o desejo da comunidade e não o desejo que considerarmos que seja da comunidade ou as demandas que achamos fundamentais”. É preciso fazer as conexões entre os problemas e enxergar as determinações “macro” nas dificuldades locais.

Em Moçambique, onde as sociedades foram desarticuladas e divididas há séculos, os indivíduos se unem não por sentimento de confiança mútua, mas por se verem obrigados a fazê-lo. O clientelismo torna-se uma *estratégia de sobrevivência*, fato que pode ser interpretado segundo Küster (2003, p. 122), ao no sentido de opinar que a introdução de estruturas decisórias democráticas baseadas na livre expressão da vontade é impedida através da relação de dependência, tornando difícil a gestão participativa. Como constata Gunnar Myrdall, referindo-se aos países colonizados: “[...] através da colonização e do partenarismos, os indivíduos foram habituados a ser permanentemente regulamentados, mas também, a saber, tirar o melhor proveito possível deste tipo de situação [...]” (KÜSTER, 2003, p.122 *apud* MYRDALL, 1970, p. 208).

Já Putnam, no seu estudo durante vinte anos sobre as relações existentes no sul da Itália, deixa clara a relação entre clientelismo, desorganização social e pobreza para o seu “empoderamento” “[...] para os camponeses miseravelmente vulneráveis, o recurso aos vínculos clientelistas era uma forma razoável de reagir a uma sociedade atomizada” [...] (PUTNAM 1996, p. 155). “Empoderamento” está mais para inovação criativa que para “*evolução controlada*” como diz Romano (2002). A “*evolução controlada*” é mais fácil e confortável para o técnico. Muitas vezes o conceito de “empoderamento” é visto como uma dádiva, algo a ser concedido pelos especialistas para a população. Com esta visão, negligenciam-se processos históricos locais, a organização do grupo e a conquista da auto-estima que são fundamentais.

“Empoderamento” não é algo que pode ser feito a alguém. Para o autor (2002), “os agentes de mudanças externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, contudo, o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas”. Um grupo exercendo seu poder não implica que o poder dos outros será reduzido, entretanto, inevitavelmente, o seu uso implica mudanças nas relações embasadas nas transformações sociais.

Se os agentes de mudanças não se aperceberem de qual é o lugar que estão ocupando nas relações de poder locais e regionais e as suas implicações políticas e sociais, não pode haver mudanças nas relações, conseqüentemente, não há “empoderamento”, pois este implica mudança nas relações de poder. Os técnicos não estão imparciais neste quadro, eles vão ocupar um lugar de sempre: enfrentar a pobreza através de uma abordagem de empoderamento. Romano (2002, p.6) diz que “requer compreensão das relações de poder e dos tipos de exercícios do poder principais e secundários que as conformam [...], a análise das relações de poder e das situações de dominação resultantes tem que estar constantemente em foco no trabalho de empoderamento”

Vale ressaltar que planejamento também é um instrumento de grande utilidade para a organização da ação dos atores e agentes, orientando as iniciativas, gerando uma convergência e articulação das diversas formas de intervenção na realidade. Desta forma, o planejamento contribui para a mobilização das energias sociais e constitui uma referência para a implementação das ações que podem desatar o processo de transformação na direção e objetivo definidos pela sociedade, que levam ao desenvolvimento local sustentável.

A tomada de decisões pela sociedade em relação ao futuro envolve, portanto, escolhas entre definições de objetivos coletivos que orientam ações. Passa por uma negociação de múltiplos interesses dos membros da sociedade, que planeja, confrontando percepções da realidade, vontades e expectativas sobre o que se pretende alcançar. Não se trata, contudo, de qualquer processo de decisão, mas de uma forma estruturada e organizada de seleção de opções.

Planejamento contribui para *a mobilização das energias sociais* dentro das condições internas – potencialidade e estrangulamento- e externas – oportunidades e ameaças – que promove o desenvolvimento sustentável; e constituem uma *referência para a implementação das ações*. Na opinião de Brede & Ramos (2004), planejamento e na gestão participativa comunitária, as associações e entidades devem passar por um diagnóstico organizacional participativo (DOP), para saber o nível de competência em que se encontram. Nessa análise os principais aspectos a considerar são: as experiências das forças latentes; as possíveis relações de cooperação, as relações de configurações das organizações e as capacidades de adaptação ao ambiente externo e à autocrítica.

O DOP - diagnóstico operacional participativo deve destacar que a cultura organizacional é um conjunto de *normas, valores e atitudes* que devem presar na planificação e gestão participativa comunitária. Essa cultura envolve atitudes profundas diante do envolvimento da sociedade, da realidade de espaço e do tempo, das relações, das atuações, da ética e da cidadania (BREDE & RAMOS, 2004).

A sua aplicabilidade deve alcançar os seguintes objetivos:

- a) diagnosticar preliminarmente a organização interna e sistema de parcerias e cooperação;
- b) analisar a estrutura e funcionalidade da organização, verificando seus sintomas e potencialidades; e
- c) incentivar o aprimoramento organizacional através de uma postura autocrítica e de constante monitoramento.

Brasil (2004), ao recomendar diretrizes políticas para a gestão comunitária, relata que o planejamento participativo local deve primar por apresentar unidades, capacidades de previsão, flexibilidade, descentralização das decisões, participação comunitária, consolidação de parcerias e estabelecimento de uma territorialidade das ações. Em seu conjunto, deve respeitar as especificidades culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Recomenda-se que as ações operacionais no contexto local tenham (BRASIL, 2004):

- i. representação de segmentos sociais, econômicos e públicos, através de conselhos, comitês, fóruns, ONGs e outras possíveis organizações;
- ii. mobilização das organizações para obtenção de propostas;
- iii. integração dos diferentes agentes/ setores políticos, sociais e econômicos;
- iv. participação ativa nos debates e formulações de estratégias locais para sua consolidação;
- v. planejamento e execução das ações locais, sendo que suas etapas de realização devem ser monitoradas e integradas aos programas regionais.

A proximidade dos problemas e do cidadão permite que o planejamento participativo local tenha amplos mecanismos de participação da população e dos atores sociais, comprometendo a sociedade com decisão e com as iniciativas e prioridades viabilizando, portanto, a mobilização das energias da sociedade. Osborne (2000, p. 32) asseverou “o objetivo principal dos governos nos três níveis (Federal Estadual e Municipal) é ser o catalisador na assistência às comunidades, para que estas fortaleçam sua infra-estrutura cívica, esperando, deste modo, dar às comunidades o poder de resolver seus próprios problemas”. Na medida em que promove uma interação e negociação de saberes e interesses, estimula a aprendizagem social, ampliando a capacidade da sociedade local de adaptar - se e responder aos desafios e mudanças globais.

O planejamento participativo cria condições para o confronto dos saberes diferenciados da sociedade – cada grupo pensando e refletindo sobre a sua plataforma como ator social com sua posição diversificada na estrutura social – e destes com o conhecimento técnico e também racional. Ao confrontar essas diversas visões da sociedade, o planejamento participativo aumenta o *processo de conhecimento e aprendizagem* da comunidade local, e estimula a *organização social* local, promovendo uma “*postura estratégica*” do território organizado, baseado nas suas potencialidades e nas oportunidades do contexto. Buarque (2006) constatou que o processo participativo tende a quebrar as estruturas centralizadas, verticalizadas, de decisões e gestão, levando os atores sociais a se posicionarem como parceiros e cooperadores, e não como subordinados e dependentes.

O planejamento participativo no plano local deve levar as formas novas da gestão do desenvolvimento, baseadas em uma co-responsabilidade entre os atores sociais e em uma parceria entre o governo e a sociedade, na qual o governo atua mais como um grande animador e articulador da sociedade, constituindo redes flexíveis de atores e agentes públicos. Como diz Matos Macedos (1995), no sistema em rede não existe uma hierarquia nem uma relação vertical de comando, mas uma articulação de múltiplos atores e instituições, cooperando com diferentes papéis e instrumentos complementares. Em cada espaço local de planejamento pode se formar variada geometria institucional de redes, dependendo dos atores e das instituições atuantes e dos objetivos e prioridades de desenvolvimento definidos e compartilhados pela sociedade.

O planejamento não pode se deixar dominar pelas emergências e urgências de curtos prazos, mas deve estruturar as prioridades na perspectiva de um novo estilo de desenvolvimento a médio e longo prazo. Não pode ignorar as necessidades e carências da sociedade, mas deve estabelecer a relação destas com os fatores estruturais do desenvolvimento, evitando o imediatismo e a corrida sem fim atrás de solução para o problema. Para tanto, é necessário identificar, na análise da realidade, os fatos e componentes mais relevantes e determinantes dos problemas e potencialidades que condicionam o futuro. Muitas vezes os problemas mais urgentes e indesejáveis não são os mais importantes e relevantes em termos de determinação do desempenho geral da realidade. Com efeito, como lembra Matus & Adeus (1989), os responsáveis pelas decisões costumam ser dominados e envolvidos precisamente pelos problemas mais *urgentes*, que, muitas vezes, não são os mais determinantes da insustentabilidade e dos estrangulamentos do desenvolvimento da comunidade.

O planejamento participativo deve inverter essa tendência a privilegiar os problemas e carências imediatas para se concentrar nos aspectos mais *relevantes* e determinantes do desenvolvimento, mesmo que não possa deixar de atuar na redução dos problemas urgentes. Nele, é fundamental classificar e ordenar os dados da realidade, distinguindo o *urgente* – indesejável e necessidade imediata – do *relevante*¹¹ – determinante do desenvolvimento local, municipal ou regional. As ações estratégicas devem se concentrar no que é relevante e determinante, preparando as transformações estruturais futuras.

¹¹ O conceito de *relevante* não decorre apenas do desejo diferenciado dos atores, mas da diferente posição que cada problema tem no sistema geral analisado (problemática), destacando-se pelo fato de ter um papel determinante da realidade, gerando outros problemas e condicionamento à problemática geral do local.

Em suma, o planejamento do desenvolvimento local deve contribuir para a execução de um projeto da sociedade local, que mobilize os atores sociais e organize as ações convergentes dos diversos agentes de modo a implementar as transformações na realidade que preparam um futuro desejado, tendo em vista que as comunidades locais têm uma relação histórica com as suas terras e os saberes tradicionais o que pode servir como indutor para o estabelecimento do bem-estar coletivo.

2.6 Saberes tradicionais como indutores do desenvolvimento local

No passado, o conhecimento indígena foi amplamente ignorado pelos profissionais de desenvolvimento, por a uma série de razões. De acordo com Brokensha & Werrren (1980), conhecimento indígena é diferente do que é científico mensurável e conhecido. Chambers (1993, p. 6) argumenta que existe um consenso de crença entre os profissionais locais de que as pessoas que não “sabem nada de consequência” porque são *analfabetas, de baixo estatuto e pobres, portadoras de conhecimentos indígenas*, atualmente, ganham reconhecimento e aceitação territorial no âmbito do desenvolvimento local, em razão dos seguintes fatores:

- 1) sem visão sobre conhecimento indígena, é impossível desenvolver uma compreensão da comunidade e os atuais problemas e necessidades interna à comunidade; e
- 2) estudo em conhecimento indígena dá uma compreensão do que existe na comunidade, das atividades em desenvolvimento, bem como permite construir conhecimento sobre estas práticas existentes, em vez de introduzir e familiarizar atividade inadequada à comunidade.

Uma compreensão do conhecimento indígena é essencial antes da formulação de desenvolvimento de atividades, um fator que tem sido argumentado por antropólogos por longo tempo. Gardner & Lewis (1996, p. 4) afirmam que “o envolvimento da cultura local é vital para adequar o projeto de desenvolvimento, um método de obter esse conhecimento é a realização de atividade de investigação com comunidades local em áreas orientadas para projetos de desenvolvimento”.

As atividades de investigação deveriam concentrar-se nas seguintes questões:

- a) conhecimento indígena e dos sistemas de gestão (por exemplo, em relação à saúde, educação, agricultura e recursos naturais);

- b) Os atuais problemas e necessidade, pontos fortes e oportunidades dentro da comunidade;
- c) Largas questões que afetam a comunidade (incluindo políticos, sociocultural e atividades econômicos).

É evidente e importante para a população local participar das atividades de investigação. A população local é a família com o seu espaço geográfico e as circunstâncias em que vive, portanto, capaz de identificar as suas necessidades e problemas. Neste caso, a identificação exata dos problemas é essencial para o êxito do desenvolvimento das atividades. Van Gerlder & O'Keefe (1995, p. 2) afirmam que “para encontrar uma solução, o problema deve ser rigorosamente localizado, a falha de qualquer intervenção é normalmente encontrada nas primeiras más percepções do problema. E se a base de uma solução é errada, evidentemente resulta que qualquer intervenção que teria direção errada”. Mikkelsen (1995, p. 44) reforça a idéia anterior, de que “o diálogo é de particular relevância no âmbito da identificação do problema”. A perspectiva participativa expressa que *‘problemas’* não devem serem definidos por *‘especialistas’* mas devem basear-se no diálogo. Para isso, a falta de participação da população local pode resultar em incorreta identificação de problema, e consequentemente fracasso do projeto. Para Soja (1993), uma produção histórica, espacial e política e conferem identidade a seus habitantes. É no lugar em que se vive, se mora, se trabalha e se brinca, que são produzidas as teias de relações sociais e espaciais. Há elementos que singularizam os lugares e que os aproximam do mundo, encontrando os seus significados. Santos (2002, p.314) afirma que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. O que dá sentido ao lugar é a vivência, as experiências criadas e reproduzidas.

O paradigma de desenvolvimento que se faz necessário, no que está relacionado à intervenção humana, depende diretamente da construção do ambiente cultural dos valores, visões de mundo do ator social e comportamento compartilhado:

As consciências individuais, associando-se de uma maneira estável, geram, devido às relações de troca entre elas, uma nova vida, muito diferente daquela que seria o teatro se tivessem permanecido isoladas umas das outras: é a vida social. As instituições e as crenças religiosas, as instituições políticas, jurídicas, morais, econômicas, pois tudo o que constitui a civilização, não existiria se não houvesse sociedade (DURKHEIM, 1975, p.13).

Pode-se conceber que o ator social sempre está em busca do crescimento da sua capacidade de interação. Ele precisa se viabilizar continuamente como um ser de relações, que busca identidade e pertença dentro de grupos. Considera-se que a cultura é uma experiência simbólica compartilhada, que constitui o indivíduo e grupos de indivíduos como agentes sociais, capacitando-os para a aprendizagem de normas, papéis, valores, e a interação eficaz com outros agentes sociais. Em termos básicos, a necessidade da cultura passa pela fragilidade da pessoa humana isolada. Essa fragilidade implicar a necessidade de relacionamento com os outros homens e o compartilhamento dos valores que possibilita essa cooperação.

Com base nessas considerações, podemos dizer que a desestruturação da cultura é fator de uma desorientação e anomia, quando os agentes sociais perdem a simbologia de manutenção de auto-estima com que enriqueciam sua identidade. Portanto, é necessário que a intervenção junto a quaisquer comunidades seja estruturante, construtiva em relação à identidade, ao sentido de pertença, aos valores, à sociabilidade cooperativa, e assim será sempre que a intervenção respeite o ator social, de modo que a inovação seja um fator de soma ao seu capital intangível, fornecendo suporte da sua família e de sua comunidade.

Dentro desta linha, Ratter (2002) assegura:

[...] que o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais podem exercer um papel importante nas políticas e projetos que visem à recuperação do estado de pobreza e à integração de população marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e espoliadas de bens materiais, cultura e tradições com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social podem ter um papel fundamental. O resgate de padrões tradicionais na preparação de alimentos, elaboração de produtos de artesanatos, cantos e danças podem funcionar como elemento chave na reconstrução de identidade coletiva e do capital social (p.197).

Processos de intervenção social devem visar prioritariamente ao resgate da auto-estima dos grupos e populações marginalizadas, a fim de estimular sua criatividade e o espírito de cooperação. “A promoção da cultura popular, a abertura de canais para sua expressão, seu cultivo nas gerações jovens [...] cria um clima de apreço genuíno por seus conteúdos, fará crescer a cultura e, com isso, devolverá a identidade aos grupos empobrecidos” (KLIKSBERG, 2001, *apud* RATTER, 2002, p. 46).

O processo convencional de tomada de decisões, contudo, normalmente não envolve as populações e saberes tradicionais de forma efetiva. As decisões sobre políticas e estratégicas do seu desenvolvimento não respeitam nem incorporam as

populações tradicionais como atores-chaves para a tomada de decisões coerentes com o ideário da sustentabilidade. Normalmente essa participação tem o caráter cosmético ou utilitarista. Portanto, são feitas reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões tomadas distância, para garantir uma roupagem mínima exigida por doadores internacionais, governos, em vez de construir uma malha institucional com os atores chaves, promovendo a gestão social local. Durante muitas gerações, elas desenvolveram um conhecimento tácito, holístico, de suas terras, recursos naturais e meios ambientais, sendo imprescindível o reconhecimento pleno dos saberes tradicional.

2.7 Arranjo institucional da gestão territorial

Em Moçambique, as práticas sociais devem ser direcionadas para adequar a um arranjo institucional que seja condizente com o melhor grau possível de funcionamento da gestão social, partindo do fato de que o desenvolvimento local se apóia nos atributos e práticas sociais locais.

Deve-se compreender que os conteúdos socioculturais que regem determinado território é uma resposta a diversas necessidades e constituem um capital intangível. Por capital intangível, queremos dizer o aspecto simbólico – porém real e eficaz – *dos seus valores, de seu senso, de identidade, de pertença, de sentido, de representações*, presentes na interação social do indivíduo, contribuindo para a sua produção de riqueza.

Esses aspectos possuem valores para cada ator social, mesmo que estejam distantes de sua verbalização mais imediata acerca das características de seu mundo. Esse capital é herdado via tradição, adaptado ao momento histórico, e é atuado com resultados efetivos pelos atores sociais em suas práticas diárias. Ele faz parte de cultura comunitária.

Dada a importância do capital intangível que reside dentro de simbologia própria da comunidade, a cultura de um membro de uma comunidade não deve ser considerada como um vestígio anacrônico da tradição, mas possui um grande valor prático por ser o modo de se entender e de se relacionar com o mundo de sua experiência. Para isso, a endogenia é entendida como um componente básico da formação da capacidade de organização social de uma região. O desenvolvimento endógeno está embasado na mobilização de recursos latentes da região e privilegia o esforço de dentro para fora, para a promoção do desenvolvimento. Para Boisier (2000), o conceito de endogenia

consolida a percepção de que não basta negociar e atrair recursos externos para viabilizar o crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

A capacidade de organização social e política de uma região é o elemento essencial do desenvolvimento endógeno, que permite potencializar os recursos tradicionais (incentivos fiscais e investimento privados, ONGs), gerando efeitos sinérgicos e transformando crescimento em desenvolvimento sustentável, entretanto,

[...] o fortalecimento da capacidade de organização social depende de uma ação de ativação ou animação social, que busca mobilizar as energias e recursos latentes, até então dispersos por razões econômicas ou de ausência de liderança. Essas energias e recursos latentes estão associados com a idéia de capitais intangíveis, assim denominados pelas dificuldades de se fazer sua mensuração. Ademais, “existe a construção do espaço da cidadania a partir de forças econômicas e sociais locais, com a construção de instrução de escolha social” (SEN, 2000, P. 34).

Há uma forte corrente de estudiosos que advogando que o desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva (infra-estrutura econômica e investimento produtivo), mas da capacidade de mobilização de capitais intangíveis, num desenvolvimento endógeno. Para Celso Furtado, *apud* Haddad (2002),

[...] o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativas, de exercício da iniciativa e criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (p.59).

Boiser (2000) relaciona diferentes formas de capital intangível, associadas com a capacidade de *organização social e política* de um dado território, das quais Haddad (2002) destaca no quadro a seguir.

Quadro 3 – Tipologia de Capital intangível que estimula a organização social do território

ATIVOS	FORMA DE CONTRIBUIÇÃO
Capital institucional	-Compreende as instituições e organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucional (cooperação, conflitos, neutralidade, externalidade), o seu grau de modernidade.
Capital humano	-Compreende o estoque de conhecimento e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-lo.
Capital cívico	-Refere-se à tradição de práticas de políticas democráticas, de confianças nas instituições, de preocupação pessoal com assuntos públicos, de associativismos entre as esferas públicas e privadas.
Capital sinérgico	- Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponível nas comunidades.

Fonte: Haddad (2002).

O mecanismo de ativo mencionado está associado a um conjunto de fatores, como: a capacidade endógena de organização e participação, os capitais intangíveis, a transformação social, mas é também é fortemente dependente do crescimento econômico. Froehlich (1998) assinala que “o avanço do desenvolvimento local depende da construção de instituições básicas de governança local, nacional, e até mesmo internacional para acabar com a monocultura institucional”. Por outro lado, Franco (2001) considera que,

qualquer coletividade humana estável só existe como tal se as pessoas que a constituírem tiverem um propósito convergente, compartilharem valores e crenças e, em se tratando de organizações, formarem algum consenso em torno de objetivos. Em outras palavras, qualquer organização humana só existe desde que as pessoas nela envolvidas tenham um projeto comum, se relacionem de uma determinada maneira estável, exercitando, em algum grau, a complementaridade e a parceria e, enfim, sejam de algum modo, interdependente. Isso finalizou o autor, tem um nome: chama-se ‘cooperação (p.49).

Neste sentido, os padrões institucionais, normas e valores sociais próprios de cada localidade têm que atuar como filtros de processos, relevando o conhecimento e as capacidades dos habitantes locais, seu capital social e cultural. Conforme Inojosa (2006, p. 200), a transferência do poder de decisão de políticas sociais para os usuários dos serviços, desde que sob controle do Estado, constitui um processo em que o Estado, se

abdica da suas competências, devolve para a sociedade aquilo que lhe é direito, o que se denomina de devolução social.

Desta maneira, deve-se mudar também a concepção de planejamento participativo local, procurando não método ou modelo, mas sim uma forma de fazer com que as teorias, práticas e técnicas necessários para a realização de bom planejamento seja incorporados pela comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste segmento, são relatados os aspectos metodológicos e o delineamento da pesquisa de campo, com vistas a explorar as principais articulações de participação que influenciam na participação comunitária no desenvolvimento do povoado de Nhambita, em Moçambique, e evidenciar o caso de sucesso dos produtores de Pingo D'Água.

A avaliação, como técnica e estratégia investigativa, é um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa. Um processo de avaliação de programas e projetos sociais geralmente tem como sentido mais nobre fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos. Penna Firme (2003) ressalta que para tal ocorrer, destacam-se quatro dimensões: *utilidade*, pois jamais se deve empreender uma avaliação inútil; *Viabilidade* do ponto de vista político, *prático* e de custo benefício; a *ética*, que ressalta o respeito aos valores dos interessados; a *precisão* técnica.

Do ponto de vista da *utilidade*, uma boa avaliação visa a reduzir incertezas, a melhorar a efetividade das relações e a propiciar a tomada de decisões relevantes. Guia-se por quatro objetivos: oferecer respostas aos beneficiários, à sociedade e ao governo sobre emprego dos recursos públicos; orientar os investidores sobre os frutos da sua aplicação; responder aos interesses das instituições, de seus gestores e de seus técnicos; e buscar sempre melhor adequação de suas atividades.

É importante enaltecer tanto o sentido como a orientação prática desse tipo de ação, pois, como lembra Penna Firme (2003, p. 1), nem toda avaliação é produtiva: “avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar”, dependendo de seus propósitos e da seriedade intelectual com que é feita.

Nestes casos, o que se espera de uma avaliação de projetos e programas sociais pode ser resumido em compreender o que contribui para o êxito dos programas, projetos

e serviços; o que possibilita seu alcance e questiona os seus limites, todavia, toda avaliação útil, ética e tecnicamente adequada acompanha o desenrolar de uma proposta e subsidia a correção de rumos e a reorientação de estratégica de ação. Seu sentido ético alia-se ao seu valor técnico e de responsabilidade social.

Em relação à missão institucional, a avaliação de programas visa à economia interna da atuação e à criação de uma capacidade técnica adequada e de qualidade, pois, ela lida com fortes componentes subjetivos, corporativos e de visão de desenvolvimento. Em outras palavras, avaliação também é ideológica. Para que ela tenha sucesso, a *ética* precisa vir junto com a valorização da avaliação com um processo de aprendizagem que pode subsidiar pessoas, organizações e grupos sociais em escolhas mais consistentes em relação aos rumos de suas iniciativas.

A avaliação de projetos e programas sociais consiste, basicamente, em formular perguntas precisas e respeito de um ou vários aspectos que podem estar associados ao seu planejamento, execução ou resultados. Empregando processos de avaliação, os pesquisadores podem obter informações importantes para conhecer melhor as necessidades e a percepção dos usuários/beneficiários, testar a viabilidade de seus projetos, certificarem-se de que as ações desenvolvidas levarão a alcançar os resultados previstos, ou ainda, conhecer e mensurar o impacto de suas ações (CHIANCA, 2001). Nas palavras de Rossi *et al* (1992), a avaliação de programas pode ser definida como a:

utilização de metodologias de pesquisa social para investigar, de forma sistemática, a efetividade de programas de intervenção social, que foi adaptada ao seu ambiente político e organizacional e planejada para conformar a ação social, de maneira que contribua para a melhoria das condições sociais (p.632).

Uma dificuldade sempre presente neste processo é o próprio caráter dos projetos sociais, cujos aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre aspectos quantitativos. Num campo que abrange temas amplos, como, por exemplo, qualidade de vida, conquista de direitos, formação de uma nova cultura política, promoção da cidadania e, em última análise, um ambiente social mais justo e democrático, determinar parâmetros de julgamentos adequados é primeiro desafio. “Enfrentá-lo, no entanto, pode se revelar um processo de aprendizagem sobre a organização, seus métodos e recursos” como revela Richardson (1999).

Outro desafio é a escolha de instrumentos de avaliação. Além de servirem como registro das conclusões a que a pesquisa chegou sobre um projeto num dado momento,

podem ser utilizados para que esta informação seja socializada junto a outras áreas, parceiros e públicos diretos ou indiretamente envolvidos (FERRARI, 1981).

Neste sentido, há de se reconhecer, de antemão, que os métodos quantitativos e tradicionais de avaliação, embora necessários, não são suficientes para sustentar de forma adequada a pesquisa proposta, de sorte que se deve buscar nas abordagens qualitativas, mecanismos que possam dar subsídios e estruturação a uma proposta metodológica que melhor aproxime a discussão dos objetivos.

Para discutir a necessidade de se trabalhar com métodos qualitativos como estratégia para melhor enfrentar o desafio de se avaliar os processos de indução do desenvolvimento local, torna-se necessário partir de uma melhor compreensão dos métodos quantitativos, suas potencialidades e limitações. Os fundamentos dos métodos quantitativos estão na preocupação da formalização da ciência positivista, que pode, de forma simplificada, ser descrita como aquela que é “mensurada, controlada sistematicamente, matematicamente, estreitamente lógica e de preferência, empírica”. (DEMO, 2000). Esta abordagem implica a necessidade de se identificar objetos, indicadores que sejam possíveis de mensurar, gerando “relações seguras de causas e efeitos” (Ibidem, 2000). Ainda para o mesmo autor:

[...] o grande desafio é quando se busca olhar para aspectos qualitativos da realidade, está, precisamente, em conseguir definir a qualidade ‘para que seja algo mais que a mera não quantidade’. E que o segundo maior problema, ainda na sua análise, seria o de definir o método qualitativo como sendo algo que não fosse apenas o ‘não lógico-experimental’. Os esforços de conhecimentos da realidade têm, efetivamente, a preocupação em ‘tornar-se ciência’ e estão comprometidos a agregar novas idéias e visões aos debates sobre temáticas que se está discutindo, há de existir um certo grau de preocupação com a formalização das idéias e das discussões (DEMO, 2000, p.342).

Neste sentido, o que se pretende quando se trabalha com abordagens qualitativas de um determinado fenômeno social, malgrado às dificuldades de se medir o essencial, “é buscar compreender a realidade observada para além dos seus traços sujeitos à formalização, agregando neste esforço diferenças, profundidades distintas, perspectivas políticas” (SIEMPRO/UNESCO, 1999)”.

Segundo Mazzotti & Gewandsznajder (2001), embora o planejamento não necessite nem deva ser apriorístico, nos estudos qualitativos, a coleta sistemática de dados deve ser precedida por uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado. Esta fase exploratória permite ao pesquisador, sem que seja necessário o detalhamento

exigido numa pesquisa tradicional, defina algumas questões iniciais, além dos procedimentos adequados à investigação.

Quando se trata de avaliação participativa, como o caso deste estudo, pode-se utilizá-la em qualquer etapa de um projeto, pois incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto. “As avaliações participativas procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre usuários e gestores” (COHEN E FRANCO, 1993); Mas, de acordo com Valarelli (2001, p.78), a participação não é apenas de uma questão de técnicas participativas (embora elas apóiem o processo), nem apenas um meio para que um projeto ou serviço seja mais eficiente e eficaz. É um processo que carrega a possibilidade de devolver a palavra a quem não tinha voz nem era ouvido.

O preceito metodológico baseou-se na construção de uma estratégia de ação direcionada para o desenvolvimento local sustentável, que se configurasse como um processo pedagógico e, fundamentalmente, participativo, de modo a proporcionar o fortalecimento da comunidade de Nhambita.

3.1 As técnicas de pesquisa utilizadas

Para a realização deste estudo foi utilizada uma metodologia de cunho qualitativo que, segundo Godoy e colaboradores se (2003), destaca entre as possibilidades de estudar o ser humano e suas complexas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Para esta perspectiva, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa visão integrada. Pelo fato de não apresentar uma rígida estrutura, ele permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos com novos enfoques.

Os problemas sociais precisam ser pesquisados de forma coerente com a sua natureza. Quanto o assunto é, em específico, a participação da comunidade, as questões de coordenação e integração, aliadas ao nível de dependência, e interdependência reclamam o enfoque sistêmico para delineamento do problema e sua modelagem. Diferentes abordagens para a resolução de problemas suscitam diversas estratégias metodológicas. Não obstante, em qualquer tipo de estudo pode se valer de métodos quantitativos e qualitativos, como já discutido.

Para Morin (2004), “a pesquisa-ação é participativa por essência, e afirma que a participação dos atores e dos pesquisadores é analisada em suas diferentes formas e graus de intensidade e se destina à democratização das práticas educativas e sociais, nos campos em que ocorrem à pesquisa e a ação”. Trata-se de um conhecimento baseado nas práticas educacionais e sociais dos grupos envolvidos, gerado na interlocução dos pesquisadores e atores da situação observada e que se revela como sendo de grande utilidade para desencadear mudanças ou melhorias de vários tipos.

Bogdan & Bikklen (1994) sistematizaram *quatro características* da investigação qualitativa. A *primeira* delas é que, neste tipo de investigação, se atribui grande importância ao ambiente natural em que ocorre o fenômeno estudado. Neste sentido, os pesquisadores acompanham, sempre que possível, os sujeitos investigados em seu local de origem, conscientes de que as ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência, partindo pressuposto de que o comportamento humano é influenciado pelo contexto em que ocorre.

A *segunda característica* da pesquisa qualitativa é que ela é descritiva, sendo seus dados expressos em forma de palavras ou imagens, não em números. Os pesquisadores procuram analisar toda a riqueza dos dados, freqüentemente, utilizando citações e narrativas, com o objetivo de demonstrar o significado nela expresso.

O *terceiro aspecto* diz respeito ao fato de esta pesquisa centrar-se mais nos processos do que nos resultados, ou seja, além de identificar determinada interpretação, busca entendê-la em sua formulação e os fatores subjetivos que fizeram com que determinada pessoa adotasse certa posição no que concerne assunto específico.

O *quarto aspecto* é que os pesquisadores geralmente possuem uma relação com seus dados e estes atuam de forma a induzir o rumo dado a um determinado estudo. O pesquisador não parte de uma hipótese pronta e procede a sua tese, mas sim determina um assunto no qual tem interesse em se aprofundar e, a medida em que vai tendo contato com este assunto, vai afinando sua investigação e inserindo novos aspectos para a pesquisa.

Por fim, os citados autores enfatizam a importância que tem o significado da abordagem qualitativa, preocupando-se em como as pessoas dão sentido às suas vidas e em entender as perspectivas dos participantes. Dessa forma, “a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é freqüentemente invisível para o observador exterior” (BOGDAN E BIKKLEN, 1994, p. 51).

Assim, a pesquisa adotou a perspectiva de “estudo de caso”, em que o “objeto” é uma determinada unidade (uma comunidade), a qual se analisa em profundidade. A escolha da área principal de estudo (Nhambita) tem relações direta com os projetos de reflorestamento de carbono, que também estão contribuindo para a geração de emprego e de renda para a comunidade local e por ter sido implementado modelo da gestão participativa dos recursos naturais. Além, disso, há nessa região uma experiência de trabalho de intersectorialidade de desenvolvimento sustentável que envolve o projeto piloto de captura de carbono, fundado pela União Européia e implementado em consórcio com a *Envirotrade Ltd.*, Centro de Gestão de Carbono de Edimburg (Escócia-UK) (*Edimburg Centre for Carbon Management-ECCM*), pela Universidade de Edimburg, incluindo instituições governamentais, associações comunitárias e o setor privado.

O sucesso deste projeto possibilitou a comunidade local desenvolver o reflorestamento que está envolvendo a crescente participação da comunidade de Nhambita em atividades silvícolas, incluindo manejo florestal natural, ensejando emprego e renda no campo. Para o bom desempenho desta nova atividade, foi necessária a introdução de outra componente, que é o fornecimento de informações relativas à transformação social das comunidades locais, que foi usado na formulação de “modelos de boas práticas”. É uma transformação social do programa para a participação consciente da comunidade local, para um benefício mútuo, quebrando o mito de falta de recursos propalado pelo poder público.

Foram desenhados instrumentos para a coleta de dados que consistiram na observação direta e envolvimento dos agricultores locais, no caso em estudo. Buscamos analisar diversos aspectos da participação e organização socioterritorial, visando a compreender o sentido que os executores e agricultores familiares nela envolvidos dão as suas ações e às de outros atores sociais. Para isso, foi usada a triangulação de dados, que tem como objetivo “abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138), por meio de análise de aspectos centrados no “objeto” da pesquisa, na sua relação ao desenvolvimento sustentável local e na estrutura social, política, cultural em que se insere.

O objetivo de uso desta metodologia foi de combinar para produzirem dados quantitativos e qualitativos. Esta triangulação permite a combinação de dados e, portanto, resultados mais precisos, originando a uma metodologia mais precisa e holística para a compreensão da comunidade. Tratou-se também de levar à identificação

das potencialidades, dos problemas e das necessidades da comunidade, uma vez, que é efetivamente percebido pela comunidade em vez de o pesquisador.

De acordo com Demo (1995), a observação direta de características qualitativas pretende chegar o mais perto possível da perspectiva do sujeito, tentando apreender sua visão de mundo ou mesmo dos significados que atribuem à realidade e às suas ações. O processo de observação não se consubstancia num ato mecânico de registro. O observador está inserido numa interação e atribuição de sentidos. Há níveis de participação que se diferenciam de acordo com o envolvimento/participação do pesquisador com o objeto pesquisado, bem como de sua matriz teórico-filosófica uma decisão quanto à dimensão do período de observação e o grau de envolvimento necessário.

Nas ações desenvolvidas utilizamos ferramentas metodológicas participativas, implementadas pelo diagnóstico rural (Rápido) participativo (DRP), estruturado em momentos. O primeiro consistiu em realizar a leitura da paisagem local, meio de visitação e observação. A proposta se constitui em diferenciar, *in loco*, as principais características sociais, econômicas e ambientais da realidade local, de modo a identificar e caracterizar o povoado no mapa do município da região (INCRA/FAO, 1999).

Para coleta de dados, foram utilizados questionários semi-estruturados, utilizando-se também da observação não participante em momentos como confraternização, reuniões com o Poder Público municipal, com grupo de trabalho que participam as organizações estudadas, entre outros. Os dados foram sistematizados em caderno de campo. No total, foram realizadas 29 entrevistas, sempre que possível gravadas e transcritas, permitindo uma maior riqueza de dados para análise e elaboração do relatório de pesquisa/dissertação.

Também usamos a observação participante que envolveu as duas pessoas de auxílio à pesquisa moradores na comunidade. Adotamos o papel de observador participante (geralmente observando da participação dos agricultores na roça, nas atividades do projeto de captura de carbono, centro de saúde e toda a convivência social local) e de participante observador (tornar-se envolvido em todas as atividades da comunidade). A receptividade por parte das organizações e projetos visitados em relação ao trabalho foi muito boa. No contato inicial, demonstraram-se interessados e abertos a contribuir com a pesquisa. Um obstáculo enfrentado foi de ser confundido

logo no início como membro de um partido de modo que algumas pessoas dificultavam a prestação de informações com receio de represália.

Durante todo trabalho do campo fizemos continuamente um esforço para assegurar que os pontos de vista da minoria ou de grupos menos desfavorecidos (como as mulheres e os menos abastados membros da comunidade) fossem incluídos, de modo que a pesquisa fosse tão representativa quanto possível.

Os agentes entrevistados possuem um perfil homogêneo, de semi-analfabeto. Uma pequena parte dos técnicos da associação possui a escolaridade fundamental. A maior parte dos entrevistados tem origem local ou da região em que atua o projeto e possui um vínculo muito forte com a agricultura familiar. Apesar do baixo nível de escolaridade, demonstraram um perfil bastante uniforme em relação à informação.

A pesquisa foi exploratória, se bem que, tinha objetivo o aprofundamento do conhecimento sobre o tema e alcançado o maior número de respondentes possível, facilitando, assim, a tabulação dos resultados e até mesmo um índice de respostas mais elevado dada a facilidade no preenchimento. E o instrumento de coleta de dados contou com questões acerca do processo de “participação da comunidade no desenvolvimento endógeno”, tendo em vista a formulação de capacidades institucionais na organização social.

Foram utilizados tanto dados primários, quanto dados secundários, internos e externos ao Município de Gorongosa-Nhambita, bem como observação informal. Os dados secundários foram coletados por meio de levantamento bibliográfico e documental; levantamento e análise de indicadores econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento local do povoado e do município onde a comunidade se encontra; levantamento do perfil demográfico, base cartográfica disponível em órgãos públicos federais estaduais e municipais.

Consideramos os dados secundários como fontes principais, além da pesquisa virtual, se bem que o projeto está sendo implementado em 19 países da África e alguns da América do Sul. Incluímos também a recolha de documentos impressos das seguintes instituições: *Envirotrade* Ltd; da direção Provincial de Meio Ambiente; a Prefeitura Municipal de Gorongosa, régulos locais¹², Ministério de Meio Ambiente; Parque Nacional de Gorongosa; Fundação Carr, Direção (secretaria) da Administração

¹² Autoridade tradicional que representa o poder público nas comunidades, autoridade esta que havia sido abolida na era do regime do socialismo e restaurado pelo Poder Público em 1995.

Estatal, Cooperação Alemã-GTZ, Direção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA) e a Universidade de Edimburgo.

Os dados primários foram coletados em campo (2008) aqueles relativos à percepção da gestão participativa dos recursos naturais e sua absorção pela comunidade local, experiências e conhecimentos de pessoas ligadas direta e indiretamente com a comunidade; depoimentos de membros das associações locais, organizações não governamentais que atuam na comunidade e de profissionais das supracitadas instituições, e de outras menos expressivas, além de prática da observação por parte do próprio pesquisador. Asseguramos que os pontos de vistas da minoria e grupos menos favorecidos (como as mulheres e deficientes físicos e outros membros da comunidade) fossem incluídos, garantindo que a investigação fosse tão representativa quanto possível.

Como dados primários, foram usando a observação direta e pesquisas qualitativas e quantitativas, utilizando como instrumentos para estas últimas entrevistas individuais e aplicação de questionários semi-estruturado. Também realizamos observação informal e dirigida: observando o estilo de vida de vários grupos da população, participação nas reuniões da comunidade, observação de qualidade de vida e infra-estrutura posta à disposição.

O trabalho foi realizado em duas visitas, com duração de cinco dias. As visitas foram facilitadas e bem-sucedidas, pois pesquisador conhecia o dialeto local. Para a pesquisa qualitativa, foi utilizado o instrumento de coleta semi-estruturado; também foi uma amostra não probabilística, utilizando o tipo de amostra não probabilística intencional (ou por julgamento).

Procuramos estruturar os fatos que evidenciassem as mediações que possibilitaram identificar, ou balizar, o alcance de vários outros possíveis dados (problemas) que não aparecem na primeira percepção dos participantes.

Também consideramos no estudo, o caso de sucesso da Associação dos Produtores de Pingo D'Água, no Sertão Central Cearense, apoiado pela malha institucional servirá nesta dissertação como exemplo que transformou a existência de uma população dependente das condições climáticas e da chuva transcendeu a assistência pública, como veremos a seguir.

Para a coleta de dados na Associação dos Produtores Rurais de Pingo D'Água, utilizamos questionário semi-estruturado, a observação não participante nos momentos como nas atividades diárias dos produtores rurais, nas reuniões entre os produtores e o

Poder Municipal, com o grupo de trabalho que participou no sucesso do projeto. Os dados foram sistematizados em caderno de campo. As entrevistas foram gravadas e transcritas, permitindo maior riqueza de dados, além de ter usado os relatórios e documentos escritos por diversos autores.

O projeto conseguiu grandes transformações na área e em seu entorno, aumentando efetivamente a renda e o emprego dos beneficiários. Alguns residentes que migraram para outras regiões do País retornaram as suas origens, na expectativa de aproveitar as novas oportunidades surgidas. Os resultados do projeto foram tão promissores que o Governo do Estado pretende transformá-lo em modelo para outras regiões do Ceará. Esta performance dos produtores de Pingo D'Água foi reconhecida no plano nacional e internacional conforme os seguintes prêmios:

- i. Honra ao mérito da fruticultura – Instituto Frutal;
- ii. Certificado de tecnologia social – Fundação Banco do Brasil;
- iii. Programa Gestão Pública e Cidadania – Fundação Getúlio Vargas e Fundação FORD;
- iv. Um dos dez melhores projetos do Brasil - a Fundação Caixa Econômica Federal selecionou o Projeto Pingo D'Água para representar o Brasil no concurso internacional da UNESCO em 2004 (Barcelona – Espanha).

Isso nos levou a considerar a Associação uma referência empírica dessas teorias que procuram captar no processo de desenvolvimento a totalidade da dinâmica social dos atores envolvidos.

3.2 Experiências bem sucedidas de participação dos produtores rurais do Projeto Pingo D' Água.

A Associação dos Produtores localiza-se no Município de Quixeramobim, Estado de Ceará, na localidade de São Bento, Distrito de Manituba, onde se desenvolve a implementação do projeto-piloto de “Pingo D’ Água”¹³ cujas suas atividades são desenvolvidas em três comunidades: São Bento, Vázea do Meio e Forquilha (Mapa 1). Estas se encontram no curso inferior do Riacho do Vale de Forquilha¹⁴. Neste, que se estende por cerca de 30 km, moram aproximadamente 800 famílias, e estão estruturadas em quinze comunidades ao longo do riacho Forquilha, as quais estão organizadas em 17 associações (AMARAL FILHO, 2006, p. 6).

As atividades dos produtores de Pingo D’Água foram iniciadas em julho de 1998 na Comunidade de São Bento, pela Prefeitura Municipal de Quixeramobim, e compõem – se de duas partes: um programa de perfuração de poços manuais tubulares perfurados dentro das aluviões para permitir a irrigação de forma ao desenvolvimento da fruticultura e horticultura nas comunidades pobres com a tecnologia social; e o abastecimento de água das comunidades, tendo em conta que, no Sertão Central, o maior freio ao desenvolvimento das comunidades é o problema de água, tanto para o abastecimento humano quanto para a irrigação. Acontece isto por que a exploração das águas subterrâneas está condicionada à estrutura geológica da região. Mas há dois tipos de aquíferos:

- a) aquíferos em rochas de embasamento cristalino fraturado; e
- b) aquíferos nos depósitos aluviais dos rios.

A perfuração de poços manuais foi iniciada para aproveitar a principal fonte de água subterrânea nos vales - os aquíferos aluviais - pois as melhores terras para o cultivo são aquelas a margens do riacho. Tais áreas foram ocupadas historicamente pelos colonos que exploravam a agricultura de sequeiro. Com as sucessivas gerações, a partilha das propriedades entre os filhos fez com que estas se dividissem em faixas

¹³ Foi premiado pelo programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getulio Vargas em 2001, por promover a geração de renda a partir de agricultura familiar irrigada. Esta só foi possível na região após a adaptação de uma tecnologia social, simples de perfuração de poços rasos, os quais permitem o abastecimento regular de água para cultivo – adiante, veremos que essa tecnologia possibilita também abastecimento de residências.

¹⁴ A **agricultura irrigada** a partir da tecnologia dos poços rasos, adaptados do projeto, está também presente em outras localidades. Este tema será tratado mais adiante.

Atualmente há elevada concentração de pequenas propriedades ao longo do vale, o que traz sucessos e problemas que serão aqui expostos e analisados. Trata-se de um projeto de hortifruticultura, com técnicas modernas de cultivos e manejo, com captação de recursos hídricos de subsolo para abastecimento e irrigação. O projeto conta com o aporte financeiro-institucional dos governos municipal e Estadual e assistência técnica de especialistas franceses¹⁵, mediante convênio entre a Universidade estadual do Ceará-UECE (Fortaleza-Brasil) e a Universidade François Rebelais (Tours).

As experiências ímpares dos produtores do Pingo D Água consistem na transformação das relações sociais instituídas pela rede institucional a partir da capacitação dos produtores para na produção de mercado, o que fez reduzir a dependência direta das condições climáticas, das culturas de subsistências, ou da assistência pública, aproveitando o potencial dos recursos hídricos subterrâneos e dos solos de aluvião, para a conseqüente melhoria do nível de qualidade de vida da população local.

O sucesso da Associação dos Produtores consiste em práticas locais caracterizadas pela promoção da cidadania, gestão compartilhada e de proximidade, valorização do capital social e desenvolvimento econômico e ambiental, criando uma alavanca para a reinserção social dos membros da comunidade.

O clima semi-árido da região é instável e seco, caracterizado pela existência de duas estações: a chuva, de fevereiro a abril, e a seca de maio a janeiro – estas são chamadas pela população de inverno e verão, respectivamente¹⁶.

A geologia do vale de Forquilha é constituída, principalmente, pelo embasamento rochoso pertencente ao complexo cristalino gnáissico, coberto por depósitos de aluviões com espessuras variáveis que podem atingir valores de ordem de 10 m. O potencial edafoclimático da região (apesar do período chuvoso durar apenas três meses no ano) permite o aproveitamento dessas aluviões (cerca de 500 ha. no vale de Forquilha), sendo necessária apenas a adubação orgânica do solo, pelo método da compostagem¹⁷ de resíduos orgânicos (criação de húmus, realizada nas propriedades). A locação do poço se dá através da análise de aerofotos e do trabalho de identificação em

¹⁵ A vontade comum de contribuir para a resolução do problema de acesso à água e da pobreza no semi-árido cearense uniu dois professores, o sociólogo Remy Riand (Universté François-Rabelais, França) e o geólogo Gerhard Otto Schrader, com a colaboração do professor doutor Luiz Cruz Lima, da Universidade Estadual de Ceará (UECE). Recebeu contribuição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

¹⁶ Fonte: www.ipece.ce.gov.br (Acesso em 20.07.2007)

¹⁷ Compostagem – é a degradação de resíduos orgânicos pelos microorganismos e pela fauna do solo.

campo, sendo que os estes têm vazão mínima de 8.000 l/h, vazão máxima de 45.000 l/h, e vazão média de 20.000l/h, com uma vegetação predominante de caatinga, que ocupa aproximadamente 85% do território cearense. Esta possui a maior biodiversidade de plantas e animais, quando comparada a outras áreas semi-áridas do Planeta.

Dentre as atividades da agropecuária de maior relevância podemos citar a produção de leite - sendo Quixeramobim a maior bacia leiteira do Ceará - e a agricultura de sequeiro, cujo cultivo é caracterizado pela sua alta vulnerabilidade, já que o plantio fica dependente das precipitações pluviométricas. Durante os meses secos, os agricultores preparam a terra e plantam pouco antes da previsão de chegada das chuvas, contando com que ela venha e irrigue o solo. Quando isso não acontece, há uma perda não da safra, e da esperança do sertanejo. Outro fator que interfere nas atividades de sequeiro é a excessiva evaporação da água. As culturas mais comuns no município são: milho, feijão e algodão.

Essas atividades tradicionais da agropecuária vêm perdendo espaço para outras mais dinâmicas. Em Quixeramobim isso acontece com parte da agricultura que passou a ser irrigada e, portanto tornou-se menos vulnerável ao clima, resultando em uma produção mais freqüente durante todo o ano.

O que está presente, tanto na parte produtiva de Pingo D'Água, quanto nos sistemas de abastecimento de água, são os poços rasos perfurados por meio de equipamento operado manualmente. Essa tecnologia presente em Quixeramobim é parte importante do projeto que está sendo analisado, uma vez que se trata de uma tecnologia social¹⁸ aplicável a muitas regiões secas do mundo. Considera-se os poços tabulares manuais rasos (figura 1) mais do que uma forma de desenvolvimento local a partir da economia e das relações entre os membros da região. Ao contrário da tecnologia de ponta, as tecnologias sociais evitam a exclusão social e interagem com a população que facilmente se apropria delas. O acesso ao poço é democrático, pois sua metodologia simples de perfuração permite ser apropriada facilmente por qualquer pessoa a um custo de material baixo e sua utilidade é inquestionável.

¹⁸ O conceito **Tecnologia social** compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efeitos soluções de transformações sociais. Fonte: www.tecnologiasocial.org.br (Acesso em 23. 09. 2007).

A agricultura irrigada ajudou na geração de renda na atividade existente. A mesma idéia foi decisiva na filosofia de implantação do Projeto. Riand (1999) afirmou que esta postura está de acordo com a política de “novos comportamentos” desejados pelo Governador, insistindo sobre o impacto social e a necessidade da integração da população ao processo, nos cargos municipais, focando ações nas populações mais pobres, posição que passa pela negação de modelo baseado no assistencialismo e pelo diálogo permanente com os atores sociais.

Figura 1 – Poços tabulares que transformaram a vida dos associados.



Fonte: Foto de Nguiraze, Setembro/2008.

Durante um longo período de encontros e avaliações com os líderes comunitários do vale Forquilha (em particular, na comunidade São Bento), os professores Rémy Riand e Gerhard, percebendo a organização e o desejo das pessoas envolvidas com as reuniões e debates querendo desenvolver sua comunidade, procuraram desempenhar um trabalho na região que valorizasse a cultura regional e ao mesmo tempo trouxesse novas tecnologias:

[...] foi a organização local que fez o grupo de professores universitários, da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade de Tours (França), bem como da Universidade Federal do Ceará (como apoio), a se decidirem entre a comunidade de São Bento e a de Oiticica (no distrito de São Miguel), optando pela primeira. Afinal, além de bem organizada, já dispunha de uma tradição e iniciativa comunitária, faltando a articulação política para projetos mais ambiciosos, como a implantação de técnicas modernas de produção. Para esses atores, dinamizar as bases sem recursos financeiros externos, mas a partir dos recursos locais, foi à premissa. Para a comunidade, a idéia de desenvolvimento local, discutida e acatada, foi a condição de união dos esforços. Ela aspirava a colocar em prática suas idéias, procurando o desenvolvimento do vale, mas sem abandonar as culturas tradicionais. Havia um consenso da

necessidade de mudança e um dos pontos centrais foi à educação. Neste sentido, a comunidade caminha junto com as idéias do líder político local e encontrou respaldo na política municipal (ARAÚJO & FUCK, 2000, p. 71).

A força sinérgica, criada por diversos órgãos (governamentais ou não) atuando numa mesma direção no vale de Forquilha, foi fundamental para o êxito dos produtores do Pingo D'Água. Explicitamente, pode-se destacar o papel de coordenação política por parte da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, a tecnologia de perfuração de poços e assistência agrônômica introduzida por técnicos franceses, a infra - estrutura de água e energia implantada pelo Governo do Estado, o crédito do Banco do Nordeste e o envolvimento da Universidade.

Em 1997 foi selada a assinatura do convênio de cooperação Internacional entre a Prefeitura Municipal, Universidade Estadual do Ceará e a Université François Reibels – UFR. Um ano depois, em 1998, chega o cooperante francês, o engenheiro agrônomo Julien Burte ao Município para realizar os primeiros estudos de potencialidades do vale de Forquilha:

o objetivo do convênio foi o de criar condições que fossem capazes de iniciar um processo produtivo com base na agricultura irrigada, utilizando para isso recursos hídricos explorados de poços tubulares rasos perfurados em áreas de aluvião. A prefeitura entrou com apoio financeiro para iniciar a construção dos equipamentos de perfuração e a própria perfuração. As universidades entraram com apoio científico e tecnológico relativo à construção dos equipamentos e à perfuração dos poços, bem como com o conhecimento associado à agricultura irrigada. O governo do Estado, através da Fundação de Amparo à Pesquisa – FUNCAP participou com uma bolsa de estudo a fim de manter o técnico francês Julien Buarte em campo, orientando os agricultores (AMARAL FILHO, 2004, p. 8).

A iniciar a perfuração de poços com a nova técnica, porém, pessoal da comunidade estranhou, achando que aquilo era tudo “bicho de sete cabeças”. Por conta disso, foi um processo muito difícil porque, além da implantação da nova técnica, as pessoas da comunidade não acreditavam que os poços manuais tubulares rasos pudessem dar bastante água e alguns diziam até que a água que poderia sair daquele poço “só daria para criar passarinho”.

3.3 Gestão social e políticas públicas

A Associação dos Produtores de Pingo D'Água promove a agricultura familiar irrigada. Esta consiste em área de plantação de fruticultura em terras aluvionais próximas aos cursos hídricos, que são bastante férteis. E os objetivos desse projeto-piloto é desenvolvimento agrícola no vale de Forquilha, através da substituição das culturas de sequeiro (milho, feijão, arroz que proporcionam baixa renda, por serem produtos menos valorizados e com apenas uma colheita anual), por culturas irrigadas de frutas e hortaliças (que poderão gerar mais de R\$500,00 por hectares/ ano (2000) ao mês, produzindo o ano todo); bem como fomentar uma mudança cultural relativa à passagem desses padrões tradicionais para o padrão moderno de produção.

Para a realização desse tipo de agricultura na região, no entanto, além de perfuração do poço raso, é preciso bombear a água até a área produtiva, sendo a irrigação feita por meio das tecnologias de microaspiração ou gotejamento¹⁹, dependendo da cultura plantada na área.

É importante ressaltar, também que o projeto de Pingo D'Água não surgiu apenas pela ação planejada da Prefeitura nem emergiu da população local, sendo na realidade uma combinação de ações de naturezas diversas – principalmente oriundas dos parceiros do Poder Público local, com apoio deste e aceite e colaboração dos beneficiários, pois a agricultura irrigada já existia no Município, mas não por meio dos poços rasos. A grande inovação - o poço raso - foi sugerida por Professor Gerhard e se mostrou exitosa na região. Com a possibilidade de fazer conhecer estas ações dentro do quadro de publicações, Araújo & Fuck evidenciaram:

[...] quanto à organização da comunidade de São Bento, destacamos dois pontos considerados relevantes e básicos para o desenvolvimento do projeto: o processo histórico de organização no fortalecimento de capital social, com suas idas e vindas, caminhos e descaminhos, e a capacidade de liderança local, com sabedoria, honestidade e ética. O trabalho comunitário se desenvolveu a partir de Sr. Toinho, carismático líder local, de 44 anos de idade, agricultor e pequeno pecuarista que, em 1985, junto com outros cinco pequenos proprietários, começaram a participar de reuniões comunitárias em localidade vizinhas organizadas em associações, adquirindo implementos agrícolas para a sua comunidade, por meio de FADA (Fundo de apoio ao desenvolvimento da agricultura. [...] houve

¹⁹ De acordo com EMBRAPA, a irrigação por microaspiração caracteriza-se pela aspiração de água e de produtos químicos, numa fração do volume de solo explorado pelas raízes das plantas, de forma circular ou em faixa contínua. Já a irrigação por gotejamento, se caracteriza pela aplicação água e dos produtos químicos numa fração do volume de solo explorados pelas raízes das plantas, de forma pontual ou em faixas contínuas. (Fonte; EMBRAPA: <http://www.cpatsa.embrapa.br/sistemaproducao/spvideira,irrigacao.htm>. Acesso em Agosto de 2007.

seriedade e força de vontade desde o início do trabalho, princípios que encontraram respostas dentro de discurso político de vereador local, Sr. Carlos Simão, e do grupo político do governo de Jereissati (estadual), para a ruptura do coronelismo e do Clientelismo político e para a criação de condições propícias a um trabalho empreendedor e comunitário. A clareza e a sabedoria, que também imprimiram um marco no trabalho comunitário, sobressaem nos discursos destes líderes (2000, p. 73).

Além dos aspectos sociais citados, foram também fundamentais as atividades coordenadas pela equipe francesa na identificação das áreas com o potencial de aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos nos solos de aluviões, bem como o atual processo de capacitação dos produtores para a produção de mercado, reduzindo a dependência direta das chuvas e da cultura de subsistência, visando, em última instância, à contribuição para a melhoria dos níveis de qualidade de vida da população local. Em 1998, houve um levantamento dos solos, das condições sociodemográficas e a atualização cartográfica do vale de Forquilha, realizado por dez alunos do curso de graduação em Geografia da UECE (sob orientação do Professor Doutor Luiz Cruz Lima e coordenação em campo do técnico da Agronomia Julien Buarte), o que forneceu as bases para atual processo que verificamos no local.

Os agricultores do Pingo D'Água, localizados no vale de Forquilha, estão organizados na Associação dos Produtores Rurais de São Bento. Hoje a Associação possui 55 membros e conta com uma sede própria, local onde são realizadas reuniões, sem periodicidade definida, entre os produtores para definir como eles podem atuar conjuntamente, a fim de obterem benefícios mútuos; e ainda possuem 500 caixas da Associação para transportar as frutas e uma marca própria, denominada “frutos do sertão”, para identificar os produtos dos associados. Eles têm utilizado coletivamente o viveiro de mudas da comunidade e as caixas de transporte de fruto. Em alguns casos, também dividem entre eles os custos da distribuição de frutas para os pontos de vendas, já que a maior parte dos produtores não possui volume de produção suficiente para atingir a carga máxima de um caminhão.

Para se começar a produzir, faz-se a escavação do poço raso, normalmente utilizando equipamentos emprestados pela Prefeitura e com a mão-de-obra dos próprios agricultores – uma bomba, canos e maquinaria de gotejamento ou microaspiração. Todo esse material junto com o do equipamento de escavação forma o *kit* de irrigação. E o investimento inicial tem sido de R\$ 6.000,00 (2000), por hectares plantados e

geralmente é feito por meio do financiamento do PRONAF²⁰, que oferece taxas compatíveis com a capacidade dos agricultores de pagar. E para ter acesso à linha de crédito do PRONAF, é necessário que o produtor não possua dívidas com o Estado e faça um projeto agrícola, auxiliado por um técnico credenciado ao banco (Banco de Nordeste em Quixeramobim), que ajuda os agricultores a identificar as suas necessidades.

Após a aquisição de *kits* de irrigações e preparo de terra, os produtores escolhem as culturas do plantio. As opções disponíveis localmente são as culturas de mamão, melão, pimenta, maracujá, goiaba e tomate. Os viveiros são administrados pela Associação e estão localizados na própria zona rural. Os produtores contam também com apoio de técnicos agrícolas, financiados pelo Programa Agente Rural. Essa ajuda é de vital importância aos agricultores, pois eles inicialmente não dominam as técnicas da fruticultura irrigada e não têm verbas suficientes para arcar com esses custos. Mesmo quando já possuem esse domínio, alguns incidentes inesperados ocorrem durante a safra e os agricultores necessitam de ajuda dos técnicos para solucioná-los.

O consumo de água para a produção irrigada é alto, precisando, em média, de toda a vazão de um poço perfurado para cada hectare de fruticultura, sendo que, se o mesmo poço fosse usado para o consumo doméstico, abasteceria uma comunidade de centenas de moradores. Por consequência, o consumo de energia para bombear toda essa água também é alto. Para tentar eliminar os altos custos associados ao consumo de energia, que pesam no orçamento dos agricultores, o Governo do Estado estuda alternativas para implementar bombas a pedal, mas que até o momento não apresentaram desempenho satisfatório.

A distribuição dos produtos é diversificada: parte é feita em uma feira localizada na zona urbana de Quixeramobim, e a outra parte nos municípios vizinhos e no CEASA de Fortaleza. De fato, o maior volume de venda é realizado em Fortaleza e os produtores pagam um frete ao dono do caminhão e seguem com ele para realizar as vendas, não deixando este papel aos atravessadores.

O trabalho no plantio irrigado é realizado durante o ano todo, já que é possível obter mais de uma safra anual, e é mais intensivo do que na agricultura de sequeiro. Em contrapartida, a rentabilidade da venda desses produtores da agricultura irrigada é geralmente alta - exceto em ocasiões específicas, quando ocorrem dificuldades

²⁰ Programa Nacional e Fortalecimento da Agricultura familiar.

climáticas, pragas ou oscilações atípicas de mercado – bem acima dos ganhos provenientes da agricultura de sequeiro.

É importante salientar que, durante a visita do campo, constatamos que, por se tratar de uma tecnologia simples e de baixo investimento para iniciar as atividades, a fruticultura irrigada possui grande potencial de reaplicação em geral.

Associação dos Produtores de Pingo D' Água, logo no início, foi fortemente apoiado pelo poder público e era muito dependente dele, pois a Associação dos Produtores fortaleceu a sua organização social ao longo do tempo pela aprendizagem social, baseando-se nos seguintes aspectos com a participação ativa e dos produtores, as ações ficaram bem coordenadas entre eles, o que garantiu a sustentabilidade do projeto a longo prazo; proporcionou o ganho de uma série de vantagens econômicas aos agricultores, o que permitiu ao projeto se tornar autosustentável e independente do Poder Público, já que este tem seus governos descontinuados no tempo e o seu apoio ao projeto no médio prazo tornar-se-ia incerto.

A finalidade da introdução do projeto é transformar a mentalidade dos agricultores, para substituir as culturas de sequeiro de baixa renda (milho, feijão, arroz), pela fruticultura e horticultura irrigadas, aproveitando os poços manuais para o fornecimento de água. Para tanto, produtores perceberam que, para ter sucesso tinham que motivar os esforços para construir a rede social mais fortalecida. É nesse contexto que as vantagens mais imediatas que Associação poderia proporcionar foram percebidas e buscadas por eles. Observou-se uma coordenação na distribuição dos produtos e no uso do viveiro de mudas, ou seja, garantiu-se a obtenção de algumas vantagens econômicas, uma contribuição que abriu caminho para alavancar a reinserção social na gestão participativa dos atores sociais e na garantia da sustentabilidade no longo prazo. Riand (1999), que participou diretamente na implementação do projeto, observou que o aspecto comunitário absolutamente como a certeza que boa parte do trabalho poderá ser executada por ações locais, com efeitos diretos sobre o emprego.

O projeto de perfuração de poços, de Quixeramobim, em particular, foi aceito inicialmente com reservas, pois era preciso “ver para crer”. Mesmo as instituições estaduais mostraram-se “reticentes” (ARAÚJO & FUCK, 2000, p. 75). A realização do projeto “Pingo D' Água”, contudo, está permitindo uma mudança rápida nas comunidades dos vales do Município de Quixeramobim, permitindo a irrigação e o abastecimento em água para o consumo humano. Este sistema barato e adaptado às condições do Sertão Central pode também resolver o problema da água em numerosos

outros municípios, isto se tiver o envolvimento das lideranças políticas municipais. Para demais a vertente produtiva do Pingo D' Água, acabam surgindo como requisito para acessar políticas governamentais, como a participação cidadã pela inclusão social, água, ou energia. A experiência bem-sucedida trouxe facilidades no âmbito da higiene pessoal, além de outros ganhos na saúde. Havia casos de morte de criança por diarreia, normalmente resultante do consumo da água, da primeira chuva do ano, que carrega muitas impurezas. Hoje, esse tipo de mortalidade foi eliminado do Município. Ademais, diminuíram substancialmente os casos de hepatite A – conforme Relatório da Secretaria Municipal de Saúde.

Com base nas experiências relatadas, torna-se crucial que o projeto alie o financiamento de atividade de renda às ações dirigidas ao fortalecimento da capacidade técnica e comercial local com vistas a incrementar as chances de sucesso do empreendimento e a evitar a frustração das expectativas da comunidade.

A implantação recente de fábricas de polpa e doce de frutas no Município é outra saída para os frutos e legumes produzidos, principalmente para os produtos de segunda ou terceira qualidade. Enquanto a produção de frutos no Município é pequena, a principal saída para os produtos será, então, local (mercados e fábrica). Na segunda etapa, houve a estruturação dos produtores em cooperativas, que impulsionaram o alcance de mercados mais distantes, como o dos outros municípios do interior e até Fortaleza, a capital do Estado.

Ainda nos aspectos econômico-financeiros, destacamos como ponto positivo a passagem da monocultura para a policultura, que oferece melhores condições de obtenção de renda diante dos riscos, pois uma cultura poderá cobrir os prejuízos da outra, caso isto ocorra, além das vantagens da rotatividade no uso do solo.

Na Associação dos Produtores Rurais de Pingo D' Água, constatamos que o desenvolvimento local ocorre em uma espécie de emparelhamento institucional para aprimorar o funcionamento dos mecanismos de desenvolvimento. As práticas sociais estão direcionadas para adequarem a um arranjo institucional que seja condizente com o melhor grau possível de funcionamento da gestão social, partindo do fato de que o desenvolvimento local se apóia nos atributos e práticas sociais locais, pois várias ações em rede e multidimensionais de caráter contínuo apontam para a sustentabilidade dessa inovação, (Quadro 4).

Quadro 4 - Trabalho desenvolvido em rede com os Produtores de Pingo D' Água

INSTITUIÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO
Associação comunitária Local	-Articulação e mobilização das comunidades para participarem de todas as etapas de discussões, elaboração de projetos de infraestrutura, implementação e manutenção dos mesmos.
Associação de produtores Rurais	-Articulação e mobilização os produtores para participarem de todas as etapas de discussão, elaboração de projetos produtivos, assistências técnicas, escalonamento da produção, implantação de sistemas de irrigação, capacitações e comercialização da produção.
Câmara Municipal de Quixeramobim	-Participou da articulação para o convênio de cooperação técnica entre Prefeitura Municipal de Quixeramobim, Universidade Estadual do Ceará e Universidade François Reblais-UFR, -Aprovou a constituição do fundo de aval da Prefeitura Municipal, para avalizar 50% dos valores financiados pelo PRONAF.
Ecole Nationale d'ingénierurs des techniques de L'Horticulture et du Paysage - ENITHP	-Possibilitou a vinda de estudantes franceses para realizarem ações de cooperação.
EDMIL – Eletrificação Ltda	-Disponibilizou para associações locais, profissionais na área de topografia e engenharia civil, para elaboração de projetos de rede elétrica e sistemas de abastecimento de água, quando priorizados pelas comunidades através de assembléia geral.
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento científica e tecnológica FUNCAP	Garantiu bolsa para os estudantes Franceses.
Governo do Estado de Ceará	- Projeto São José (Programa de Combate a Pobreza Rural - PCPR), convênio entre Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial – Financia eletrificação rural, sistema de abastecimento de água com ligação domiciliares, mecanização agrícola e projetos produtivos. - Passou a financiar sistemas de abastecimento de água tratada, com captação dos poços tubulares rasos em grande parte dos municípios cearense; -Selecionou o Arranjo Produtivo Local, Projeto Pingo D'Água - Oásis no Semi-árido, entre os três produtivos do Ceará, para financiar sistemas de irrigação a partir de 2006. - Programa Caminho do Israel – Passou a sugerir o modelo do APL Pingo de Água – Oásis no semi-árido, para os municípios do Estado do Ceará. -Financiar capacitação para técnicos e produtores; -Disponibilizar consultoria agrônoma especializada quando solicitado e assistência técnica permanente para produtores.
Governo Federal	- Programa Luz no Campo – Financiou ampliação de rede elétrica; - Caixa Econômica Federal – Financiou ampliação de rede elétrica e saneamento básico (banheiros com fossas) para residências; - Banco de Nordeste do Brasil S/A - Financiou o investimento e custeiu da agricultura irrigada através de PRONAF. -Fundação Nacional da Saúde-financiou a unidades sanitárias para as comunidades rurais e sistemas de abastecimento de água.
Instituto Sertão Vivo (OSCIP)	Promove a articulação e mobilização dos atores locais e parceiros no processo em desenvolvimento; -Realiza a difusão de tecnologia.
Prefeitura Municipal de Quixeramobim	- Financia a difusão de tecnologia e assistência técnica; - Incluem no cardápio da merenda escolar das escolas da rede municipal, os frutos produzidos no APL Pingo D'Água.

	- Criou um fundo de aval para 50% dos valores financiados pelo PRONAF; -Articula parcerias.
Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE	- Promove capacitação na área de empreendedorismo social, gestão e qualidade rural.
Universidade Estadual do Ceará – Mestrado Acadêmico em Geografia	- Possibilitou a assinatura do convênio de cooperação técnica com a Univesitê François Rabelais – UFR e Prefeitura Municipal de Quixeramobim; -Possibilitou a vinda dos estudantes da Geografia para pesquisarem o perfil das famílias que residem às margens do riacho da Forquilha.
Univesitê François Rabelais – UFR	-Possibilitou a assinatura do convênio de cooperação técnica com a Universidade Estadual do Ceará – UECE e Prefeitura Municipal de Quixeramobim. -Facilitou a vinda de estudantes franceses para realizarem trabalhos científicos em Quixeramobim.
Visão Mundial (ONG)	Viabilizou a difusão dessa tecnologia nos municípios de Apodi – Rio Grande do Norte, Ouricuri em Pernambuco e Intinga em Minas Gerais.

Fonte: Elaborado pelo autor

A capacidade de organização social expressa pelo capital social e a política da região foram elementos essenciais do desenvolvimento endógeno, que permitiram potencializar os recursos tradicionais (incentivos fiscais e investimento privados, ONGs), gerando efeitos sinérgicos e transformando crescimento em desenvolvimento sustentável.

É preciso, no entanto, dar voz e vez às classes populares, inferiorizadas e subordinadas, para que se libertem e se integrem socialmente, podendo assim construir o próprio processo de vida junto às demais classes, o que Riand (199) considerou como “distâncias sociais” e que ficariam bastante diminuídas. É preciso que haja confiança, e somente há confiança quando há dignidade, respeito e relativa igualdade, numa relação dialética. A mera imposição de cima para baixo dificilmente produz resultados satisfatórios, como muito já se pôde comprovar em projetos anteriores. Somente a mudanças culturais locais, com abordagens não deterministas na implantação, poderão levar ao sucesso esse tipo de projeto.

Amaral Filho²¹ (2004) observou que “os arranjos incluem elementos estruturantes comuns, no que diz respeito ao capital social, representado pelo acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade”. A estratégica coletiva de organização da produção, refletora de decisões coordenadas entre produtores, sobre quem vai produzir; o que e como produzir;

²¹ Arranjo Produtivo Local – Amaral Filho (2004) recomenda que APL possua uma vertente sócio-institucional, além da clássica divisão do trabalho entre os participantes.

refletindo decisões para se atingir os mercados potenciais e a articulação política - institucional, constituinte do mecanismo pelo qual o núcleo produtivo se relaciona com as organizações públicas e privadas responsáveis pelas políticas de desenvolvimento. Ainda, na opinião de Amaral Filho, para se obter maior sucesso no desenvolvimento de arranjos produtivos, é necessário criar uma institucionalidade das políticas para tomar algumas ações permanentes possibilitando informações, capacitações e sensibilidade para criar políticas de inovações.

A Prefeitura teve um importante papel no início do Pingo D' Água, por doar, muitas vezes, sementes, adubos e defensivos aos produtores. A compra das frutas produzidas por eles para a merenda escolar do Município foi outro incentivo público de grande valia para o escoamento das primeiras safras colhidas.

Em seguida, evidenciou-se a participação de Projeto Agente Rural, executado, em parceria com a Prefeitura Municipal, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) vinculada à Secretaria da Agricultura e Pecuária do Ceará criado pelo Governo do Estado do Ceará, o projeto ampliou a abrangência da assistência técnica agropecuária e gerencial aos produtores rurais de base familiar.²² Segundo os relatos, por meio desse projeto, para cada técnico contratado pela Prefeitura, o Estado subsidia um outro técnico. Sabe-se também que o projeto chegou a ter 20 técnicos da Prefeitura, em uma proporção de um para cada três produtores e eles eram exclusivamente dedicados à agricultura irrigada e passavam o dia trabalhando no vale de Forquilha. Em razão dessa lógica em Quixeramobim, existem atualmente dois técnicos agrícolas que prestam assistência para o Pingo D' Água. Um deles é contratado pela Prefeitura e o outro pelo Governo estadual.

Outro parceiro da Associação dos Produtores Rurais de Pingo D' Água surgiu por meio da aliança entre Banco Mundial e os governos de estado do Nordeste: o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). No Estado de Ceará este é denominado, desde 1995, projeto São José e é de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). Para atingir seus objetivos, o projeto se divide em três frentes: energia, água e produção rural.²³

O objetivo das *duas primeiras frentes* é dar acesso à água e à energia para a zona rural, beneficiando comunidades locais. O conceito de poços desenvolvidos no Pingo D'

²² Fonte: <http://www.seagri.gov.br/agenterural.htm> (Acesso em 23/09/06).

²³ Dados obtidos em entrevista com professor titular da UFC-Jair Amaral Filho, que presta consultoria para a SDLR.

Água foi a tecnologia social usada pelo Projeto São José para muitas das implementação de infra-estrutura de acesso à água na zona rural do Município. Sua *terceira frente* de atuação incentiva a parte produtiva, inclusive o Pingo D' Água, que já conta com certa estrutura, ou seja, não requer financiar investimentos iniciais, mas solicitar recursos para ajudar na geração de renda a partir de atividades existentes, que se mostraram viáveis e com resultados positivos. No São José, são analisados projetos elaborados pelas associações de produtores, por exemplo, que pretendem expandir uma atividade em curso.

Outra vertente da parte produtiva do São José é a Rede Institucional de Apoio. Tal rede foi rede com a articulação de várias entidades – como SENAI, SEBRAE, Banco de Brasil e Caixa Econômica - que procura atender a demanda de associações de produtores, que vão desde cursos de capacitação até a procura por possíveis parceiros e financiadores. Com o financiamento para ampliação de energia e abastecimento de água no município, o Projeto São José se mostra de grande importância para uma sensível melhoria na qualidade de vida da população. Para Amaral Filho (2006, p. 16), “o projeto visou às melhorias às atividades de seus membros, que apesar de aprovados espera a libertação da verba pelo Governo do Estado”. Os produtores já foram beneficiados também pela Rede institucional de apoio, que possibilitou a ajuda na promoção da marca “Frutos de Sertão”²⁴.

A obrigação da Prefeitura foi de instalar os equipamentos produtivos (sistema de irrigação, área de compostagem²⁵ estrutura anti-erosiva) e gerenciar a produção e a venda, cujos benefícios ficam para devolver os investimentos iniciais e os custos de produção²⁶. Também para permitir o abastecimento dos projetos pilotos de fruteiras e hortaliças no Município de Quixeramobim, a Prefeitura investiu em estruturas de produção de mudas (figura 2) para garantir a sua autonomia junto com a qualidade do material vegetal usado nas plantações.

Para a capacitação dos produtores, foi necessária a realização de cursos práticos no campo. Estes cursos foram administrados, no início do projeto, pela perfuração de dois “poços escolas” no Vale de Forquilha, durante os quais foram ensinadas duas equipes, de modo que nas comunidades possam existir pessoas tecnicamente capazes para operar estes equipamentos.

²⁴ Marca do produto da associação dos produtores do Vale do São Bento.

²⁵ Compostagem – é a degradação de resíduos orgânicos pelos microrganismos e pela fauna do solo.

²⁶ Relatório de atividades – 1 de Julho de 1998.

Esse trabalho é acompanhado constantemente, no campo, pela equipe técnica da Prefeitura, realizando os trabalhos profissionais. E os equipamentos são administrados diretamente pelas comunidades, permitindo um envolvimento direto dos agricultores. Se por um lado, no entanto, desenvolvem uma ação engajada, por outro, também possuem problemas ambientais relacionados à falta de preservação das matas ciliares²⁷; a utilização acentuada de defensivos agrícolas e o abandono completo de antigas práticas produtivas em função de fruticultura. Portanto, a destruição das matas ciliares afeta diretamente a quantidade e a qualidade da água nos cursos hídricos e contribui para agravamento das consequências de enxurradas e enchentes.

Figura 2 - As mudas de fruteira da Associação dos produtores



Fonte: Foto de Nguiraze, setembro/2008.

Os produtores do Pingo D' Água experimentaram o efeito do desmatamento na enchente de 2004. Ela ocorreu como consequência de forte precipitação que durou três dias. O volume de água foi tão grande que o riacho Forquilha saiu do seu curso natural e invadiu toda a planície ao redor. A enchente provocou danos nas terras de aluviões e plantios da fruticultura irrigada, levando grande parte dos equipamentos de irrigação de quase todos os agricultores, causando enormes perdas. Seria fundamental, portanto, que

²⁷ **Matas ciliares** correspondem a qualquer formação florestal presente na margem de curso de água. Os solos sem matas ciliares reduzem sua capacidade de retenção da água de chuvas, o que resulta em enchentes, diminuição da água armazenada no lençol freático e erosão dos solos. Elas são desmatadas para se realizar o plantio, pois é nas margens dos rios que se encontram as aluviões - o solo fértil da região.

os produtores trabalhassem para mitigar os problemas de desmatamento das matas ciliares para que o acesso à água de boa qualidade e em quantidade suficiente seja garantido sem que a destruição tornasse a ocorrer.

Os agricultores de Pingo D'Água usam defensivos agrícolas no cultivo, para combater o desequilíbrio ecológico, causado pelo desmatamento da área para produção, contudo resolvendo o problema apenas no curto prazo. No longo prazo, os usos de agrotóxicos e dos defensivos agravam o desequilíbrio e é necessária a utilização de dosagens maiores de defensivos e a adição de outros para garantir a safra. Isso produz um círculo vicioso que pode resultar em altíssimas taxas de uso desses produtos.

Em grandes quantidades os defensivos prejudicam o solo e contaminam as águas dos cursos hídricos próximos e as águas subterrâneas. É importante lembrar que a comunidade local utiliza a água subterrânea das aluviões para o abastecimento residencial e que a ingestão humana e animal desses produtos é extremamente prejudicial à saúde. Somente há seis meses, os produtores iniciaram o uso de biofertilizante como alternativa à utilização do agrotóxico. Além disso, sendo os lençóis subterrâneos rasos, deve-se ter o máximo de cuidado no uso de água, pois, com o crescimento da pressão demográfica nos vales, o uso, antigamente restrito aos recursos hídricos subterrâneos está se intensificando e surgem dois fatores de risco: o esgotamento e a poluição, porém, dependendo do manejo da água e do tipo de solo, pode acelerar os processos de salinização e de erosão dos solos.

O estudo de campo nos mostrou, também, que associar culturas de sequeiro, pecuária, criação de caprinos, suínos e aves com a irrigação de frutas e hortaliças traz maior sustentabilidade econômica para o produtor e ao mesmo tempo, não exige que este abandone suas raízes, seus saberes, sua cultura. Se bem exploradas, as atividades proporcionam também um lucro ambiental. As condições climáticas extremas e as atividades humanas não sustentáveis contribuem para a desertificação, pois os períodos de estiagem longos e frequentes, associados a eventos de chuvas intensas de curta duração proporcionam, dentre outros, a erosão dos solos, assoreamentos dos rios, redução, das propriedades físico-químicas e biológicas do solo associado à ausência de rotação, que pode provocar a baixa produtividade das terras e também proporciona condições mais favoráveis para o desenvolvimento de doenças, pragas e plantas daninhas.

Enfim, depreendem-se dessa análise de caso de sucesso as características da organização social e as articulações socioinstitucionais em ter criado espaços de

construção de consensos, potencialização de talentos e processos de implementação do projeto coletivo. Para isso, foram estabelecidas novas relações de poder e uma solução sistêmica dos problemas daquilo que é relevante e urgente no seio dos moradores, começando pela diminuição das desistências escolares que aliviou as migrações dos jovens para os grandes centros urbanos, a diminuição das doenças diarréicas e hepatite A e o fortalecimento dos fóruns públicos locais.

4 - COMPETÊNCIAS TERRITORIAIS

Competência é o conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes que, quando integrados e utilizados estrategicamente, permitem atingir com sucesso os resultados que dela são esperados na organização territorial. Para Chiavenato (2004, p. 194), as junções de várias habilidades levam à competência territorial. Ainda o autor expressa que “competência é um conjunto de habilidades e tecnologias, e não uma única tecnologia isolada”.

A utilização, neste trabalho, da expressão competência territorial surge na discussão atual, em que as políticas públicas têm passado por mudanças significativas em Moçambique. Observa-se também que, nos últimos anos, o tema competência, esta na pauta das discussões acadêmicas associado a diferentes instancias de compreensão social e profissional. É por meio dos processos de aprendizagem que a organização sócio-espacial desenvolve as competências territoriais essenciais sob um aspecto importante: se por um lado agrega valor econômico à organização, por outro não menos relevante deve agregar valor social ao indivíduo, ou seja, às pessoas excluídas.

Como resultados da pesquisa, neste segmento, são sistematizadas as contribuições que as organizações envolvidas no processo de desenvolvimento local da comunidade de Nhambita, especificamente para a agricultura familiar, bem como a atuação delas contribui para fortalecimento do capital social e “empoderamento” entre esses agricultores, além de refletir sobre aspectos de sua atuação nas políticas públicas territoriais e de gestão social em destaque na atualidade.

4.1 Projeto de carbono florestal de Nhambita

O estudo teve lugar no *Regulo*²⁸ de *Chicale*, localizada na zona de transição do Parque Nacional de Gorongosa, Regulamento Comunidade de Nhambita, Município de Gorongosa, a 200 km da cidade capital da província de Sofala - em Moçambique, entre os dias 2 a 25 de Janeiro de 2008.

A área do estudo situa-se transversalmente nos limites sul-oeste do Parque Nacional de Gorongosa entre as coordenadas 18° 49' 30" – 19° 04' 00" Sul e 34° 02' 00" – 34° 17' 30" Este, aproximadamente 60 km da sede Municipal de Gorongosa e a

²⁸ Régulo – autoridade tradicional instituído durante a colonização e que foi restaurado após fim da guerra civil em 1994, em Moçambique.

200 km da cidade capital da Província de Sofala – Beira (ZOLHO, 2005). A área é delimitada ao norte por uma estreita linha que faz ligação entre determinado ponto do rio Vanduzi e o ponto de Nhanssengue dentro do Parque Nacional de Gorongosa; para este a outra linha reta que liga ao ponto de confluência dos rios Nhacapanda e Púngué. Os rio Púngué e Vanduzi estão no sul e ocidente, respectivamente.

A área é atravessada sul-norte pela estrada nacional n. 1 (EN-1) e Este – Oeste pela Estrada Rural nº. 418 que permite o acesso ao portão principal do Parque Nacional de Gorongosa (ZOLHO, 2005, p. 14).

A área total do Regulo Chicale cobre o total de 20 km², com cerca de 1.100 famílias espalhadas em cinco povoados, nomeadamente Nhambita, Bué Maria, Munhanganha, Púngué e Mbulawa. Regulado de Comunidade de Nhambita onde a família do Regulo reside é considerado o centro da área de estudo. Três Bairros, Nhambita, Bué Maria e Munhanganha estão localizados na zona de transição²⁹ do Parque Nacional de Gorongosa. No outro lado, Mbulawa está localizado fora da fronteira de PNG, tanto que uma parte do bairro está dentro e a outra fora do Parque (ZOLHO, 2005, p 15). Os bairros também diferem em termos do sistema de prática agrícola e no uso dos recursos florestais.

A comunidade de Nhambita está situada e estende-se nos limites ocidentais ladeado por Rift Valley³⁰, dentro do Parque Nacional de Gorongosa, pois geologicamente, a área apresenta superfície erodida de granito e basalto de gnaisses complexo de período pré-câmbrico, cujo, grande parte está descorada pela exposição ao tempo, pois são solos arenosos geralmente insustentáveis para qualquer forma de agricultura intensiva (TINLEY, 1977).

A região apresenta sinuosidade cortada com as mudanças de elevações de cerca de 40m, ladeada pelo Valley de Rift, levantado para o oriente, onde a elevação chega a atingir a 400m, e mais (ZOLHO, 2005).

O clima é típico da região central de Moçambique, subtropical com alternativa de frio e seco, no inverno (abril - outubro) é quente – chuvoso que no verão, predominantemente entre novembro-março, sendo que entre maio-julho é o período mais frio, e o mês mais quente é outubro.

²⁹ Zona de transição – é o território que está situado entre a área de reserva do Parque Nacional de Gorongosa e permitida para povoar as comunidade- Regulado de Comunidade de Nhambita

³⁰ Rift valley – uma falha tectônica formado na era pré-câmbrica, que parte das regiões dos grandes lagos de África ao lago de Urema, no Parque Nacional de Gorongosa em Sofala-Moçambique.

Cartograma 2 - Localização do Projeto de Sequestro Florestal de Carbono na Comunidade de Nhambita-Gorongosa.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e DINAGECA, 2007.

A área de estudo situa-se numa região de queda pluviométrico de 600-800 mm/ano e geralmente influenciada pelo efeito orográfico da formação montanhosa de Gorongosa. A maior queda pluviométrica é no período entre novembro-março e julho para setembro são meses mais seco (ZOLHO, 2005).

A vegetação existente é predominante de savana ou de *miombo* perene com mato trançado nos peneplanícies.

As terras da Comunidade de Nhambita foram legalizadas em 2003, depois de serem proclamadas a um novo registro da terra nº19/97, que permitiu o direito de propriedade das terras dos seus ancestrais e legitimar a gestão dos recursos naturais para o benefício da associação comunitária local como uma pré-aprovada gestão participativa. Parte das terras da comunidade foi desapropriada pelas autoridades do Parque Nacional de Gorongosa há 36 anos, que passou a reserva de caça e mais tarde ao grau do Parque Nacional, em 1965. “Durante este período, a comunidade foi confinada a uma pequena área (Madoda, Nhauranga, Nhamunho, Vandúzi, Bué-Maria). Estando disperso ao longo do cume de Bárue através do Este de Rift Valley e ao norte do Banco de Púngué” (ZOLHO, 2005, p. 13).

Até meados da década de 1960 e depois do governo colonial ter ajustado os limites administrativos do Distrito de Gorongosa no qual foram incorporadas as autoridades tradicionais no sistema do governo formal à comunidade que pertencia o Régulo Tambarare que se estendia do rio Púngué para o norte nas declividades das formações de Gorongosa, Chitunga e rio Vandúzi, voltadas para oriente em direção às peneplanícies fluviais até a base de Rift Valley.

Devido a grande extensão do território do Regulado, Tambarare foi ordenado pelo governo colonial para partilhar uma parte do seu território, de modo a formar um novo regulado com uma administração mais efetiva. Como resultado dessa decisão, o governo colonial formou o Regulado³¹ Chicale (Nhambita) e Matchungire, que foi instituído ao longo do norte do banco de Púngué e todos foram entregues aos dois genros, de acordo com a ideologia de parentesco do Regulado Tambarare.

Quando a reserva foi elevada a Parque Nacional de Gorongosa, os seus limites também foram ajustados em 1965, a parte do Régulo Chicale-Nhambita foi adquirida, e esta comunidade foi fixada no cume de Barue. O Regulo de Matchungire, cujo território

³¹ Área ou território tradicionalmente governado pelo regulo (abolido logo após a Independência Nacional e tendo sido restaurado em 1994).

encontrava-se ao redor de campo de Chitengo foi transferido para o sul do Banco do Rio de Púngué, dentro de Regulado de Púngué no Distrito de Nhamatanda (ZOLHO, 2005, p. 14).

O problema ainda persiste entre o regulado de Púngué e o de Matchungire, uma vez que a transferência não foi seguida por alocação do poder. Isto significa que o Regulado Matchungire não só foi despojado das suas terras, mas também perdeu o poder como régulo. Matchungire levantou a questão com uma tendência de voltar a sua comunidade ancestral dentro do parque.

Após a independência nacional, em 1975, o sistema de regulado foi abolido, mas na área controlada pela RENAMO, o sistema continuava a exercer suas funções. Depois de Acordo Geral da Paz (AGP) em 1992 entre a FRELIMO e a RENAMO que culminou com o término da guerra, o sistema de regulado foi restabelecido em 2003.

Para minimizar os efeitos da pressão de invasão ao Parque Nacional de Gorongosa durante a reabilitação, a zona de transição (tampão) foi usada como área estratégica, ao envolver a gestão local participativa comunitária dos recursos naturais do Parque (ZOLHO, 2005, p. 15).

Mesmo depois de ter sido declarada uma gestão participativa com a comunidade local, o Parque proibiu uso de recursos naturais, a fim de que a zona de transição pudesse funcionar de forma eficaz e sustentável. Assim as autoridades do Parque formularam plano de desenvolvimento que impôs certas restrições sobre o uso de recursos naturais. Contraditoriamente, a comunidade que habitava a zona de transição (tampão) tinha necessidade de utilizar esses recursos, com vistas a sobrevivência física. Dada à falta de atividade econômica na região, isto resultou no aumento de conflito entre a comunidade local de Nhambita e os organismos gestores do Parque em relação à livre disponibilidade de recursos naturais usados para suprir as suas necessidades básicas. Ainda segundo relatos, o conflito é, portanto, entre o de uso da terra para subsistência e de atividades de uso de terra para os fins de conservação. Assim, a execução do plano da gestão dos recursos naturais pelo Parque Nacional de Gorongosa conduziu as comunidades locais a ressentimentos, considerando que as necessidades das comunidades não estão incorporadas ao plano. A população local não pode esperar nem deixar de fazer a atividades de subsistência em troca de nenhum benefício associado, tornando-se claramente um conflito potencial.

Além disso, as comunidades locais ainda não viram os benefícios tangíveis do ecoturismo. Foi considerado que algum tipo de benefício ou de compensação líquido

devia ser fornecido através da introdução de uma taxa resultante de uso dos recursos.

Essa foi a forma encontrada para estimular a comunidade na conservação e preservação dos recursos naturais, em que, direitos de caças são severamente limitados e garantidos às comunidades locais. Pôde-se constatar a estimulação das atividades econômicas na área que resultaria na diminuição da dependência dos recursos naturais.

Em virtude das elevadas concentração populacional e de fácil acesso, a comunidade de Nhambita foi selecionada e promovida para ser área piloto das atividades de captura de carbono através de agroflorestamento. A atividade foi iniciada no ano 2001, com o envolvimento das organizações não governamentais, da administração do Parque, e a *Envirotrade Ltd.* Tais projetos são conhecidos por sua sigla em inglês como - *Miombo land use and Carbon Management – Nhambita pilot projet.*

4.2. Metodologia de atuação e a participação social

Em resposta à crescente preocupação mundial em relação à mudança do clima e desmatamento nos países tropicais, foram iniciados projetos visando a interferir no uso da terra ou na mudança de uso de terra e nas florestas em países em desenvolvimento sob Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), anterior à adoção do Protocolo de Quioto. Tais projetos foram especificamente chamados de Atividades Implementadas em Conjunto (AIJ), permitindo a cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Tais projetos AIJ e outras iniciativas ocorridas desde o começo das discussões sobre a implementação do Protocolo envolveram parceiros com variados atores, entre investidores internacionais e organizações conservacionistas, governos nacionais, gestores de projetos e investidores privados.

Neste contexto, a geração do carbono se dá por duas vias nos países em desenvolvimento, pelo seqüestro, através do plantio e regeneração de árvores; e pela emissão evitada, através da conservação de área florestada. “E a sua quantificação/monitoramento é realizada periodicamente mediante uma combinação de sensoriamento remoto baseado em fotos áreas e imagens satélites, com posterior checagem e mensuração em campo” (YU, 2000, p. 179).

É neste âmbito que o projeto de carbono florestal de Nhambita iniciou a agricultura familiar de agroflorestamento em 2001. É uma agricultura que se baseia no

uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças. Isso permite que se restaure o solo sem uso de fertilizantes minerais e que se cultive sem uso de agrotóxicos. Este método busca manter a estrutura e a produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza. A sua prática coincide com a preocupação pela preservação dos recursos naturais. É uma agricultura sustentável, que garante a preservação do solo, dos recursos hídricos, da vida silvestre e dos ecossistemas naturais, e ao mesmo tempo garante a segurança alimentar. “Diferentemente do que se vincula na agricultura moderna, que resgata e incorpore os conhecimentos, marginalizando dos agricultores locais” (GUIVANI, 1997, p. 2). A realização deste tipo de agricultura na comunidade de Nhambita tem demonstrado mesmo em seu microcosmo, potencial de tecnologia social e cultural, colocando a vida como valor supremo, proporcionando, assim, o equilíbrio do ser humano com a natureza.

A comunidade de Nhambita, localizada na zona de transição do Parque Nacional de Gorongosa, está organizada em associação, fundada em 2001, e as suas terras foram sido legalizadas³² no ano 2003. A Associação possui uma sede própria, local onde são realizadas reuniões, com uma periodicidade quinzenal, entre os membros das comunidades para definir como eles devem atuar conjuntamente, a fim de obter benefícios mútuos. Com base nas entrevistas com atores locais, porém, constatou-se que pouco tem sido feito em benefício comum. A preocupação central é o reflorestamento, como ilustra a (tabela 1). É uma disparidade de benefícios entre os investidores e as comunidades locais, ocupando as suas vastas terras ancestrais.

Tabela1. Áreas plantadas, Nhambita, 2004-2007.

Ano	Nº. de agricultores	Área Plantada/há	Árvores plantadas
2004-2005	62	58	4.000
2005-2006	307	356	26.000
2006-2007	120	135	90.000
Total	489	549	120.000

Fonte: Elaborado pelo autor 8/01/2008

A empresa executora do projeto investiu na produção de mudas, de espécies de pomar e é gerido pela Associação dos Agricultores. As mudas (figura 3) segundo o relato de gestor do projeto, contêm uma grande variedade de árvores nativas, com

³² Legalizada – direito atribuído por órgão competente no uso e aproveitamento da terra pela comunidade.

elevada capacidade de fixação de carbono e nitrogênio, selecionado para maximizar o sequestro de carbono e melhorar a fertilidade do solo. Tendo em conta que a atividade agrícola está sendo colocada como um possível vilão do aquecimento global.

Figura 3 - Viveiro de muda de árvore plantas nativas



Fonte: Foto de Nguiraze, janeiro/2008.

O projeto de captura de carbono de Nhambita foi o primeiro projeto do tipo em Moçambique, e sua implementação previa envolvimento de parcerias com variados atores, entre investidores e organizações conservanistas, governos nacionais, gestores de projetos, investidores privados e a comunidade local afetada. Estes participam nos tais projetos com a perspectiva de que os certificados de redução de emissão de carbono poderiam ser eventualmente negociados nos mercados globais como “créditos” comercializáveis. Esperava-se também que tais marcos de referência se tornassem modelos para projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)³³ e fossem ratificados. Do mesmo modo, acredita-se em resultados positivos mais amplos, retribuindo para as comunidades rurais de baixa renda afetadas, aos executores, os financiadores, assim como para à sociedade global (SMITH e SCHERR, 2003, p. 4). É neste contexto que as nações desenvolvidas deviam pagar pelo reflorestamento aos países em desenvolvimento, por serviços prestados por suas árvores em sequestro de carbono atmosférico, na proporção de 50 pés de árvores/120,00 USD anuais, no período de sete anos vegetativo.

³³ MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo visa a criar condições para que os países que emitem gases poluentes participem na redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE).

Para começar a produzir, os executores do projeto partiram da metodologia de transformação social que consistiu em co-responsabilização de diferentes atores envolvidos no processo, atuando como protagonista em propósito de (re) construção social e replicando uma nova concepção de mundo, de relação de trabalho e da lógica do mercado. Nas palavras do gestor do Programa, responsável e catalisador da mudança, ficou evidenciado que a política é de ajudar o trabalhador a se manter e não assisti-lo sistematicamente, pois:

[...] se você ajudá-los a fazer alguma coisa, como produzir excedente de culturas, haverá um sentimento de orgulho e de responsabilidade, e que o investimento é sustentável. Você não pode simplesmente dar ajuda material para estas pessoas que não têm qualquer respeito por ele, e se der dinheiro que ele vai gastar em alimentação e cerveja e depois não faz nada, mas apenas aguarda a próxima caridade para passar e fazer o mesmo.

Nesta perspectiva, pôde-se constatar uma etapa preliminar de sensibilização e educação ambiental dos agricultores locais para a compreensão de uma lógica possível dentro de uma economia excludente, tratando-se de um processo de reflexão-ação, característico dos processos de comunicação marcados pela participação dos sujeitos envolvidos e pela valorização dos saberes locais que se interrelacionam com o saber científico.

Para viabilizar as ações previstas, foram considerados quatro fatos adicionados aos projetos como decisivos no desenrolar do processo e fundamentais para sua sustentabilidade: a organização de base da comunidade, realização de contratos; a legalização do uso e aproveitamento da terra e o mapeamento geográfico das machambas (roças) para evitar os possíveis conflitos de terra. E a fase seguinte foi de distribuição das mudas e dos insumos agrícolas, dentro da elaboração do planejamento participativo, além de definir plano de capacitação dos agricultores envolvidos para a vivência e fortalecimento de trabalho coletivo, tendo como filosofia as práticas associativas.

Na pesquisa do campo, percebeu-se que o uso de metodologia participativa possibilitou o ato comunicativo, aquisição de conhecimento numa visão complexa e sistemática da realidade, favorecendo a promoção da dignidade humana e da cidadania. Mais uma vez, constatamos que a metodologia de implementação do projeto de carbono florestal permitiu maior apropriação por parte dos grupos dos contextos em que se encontram inseridos, além de contribuir para uma formação política numa perspectiva

freirena. A opção metodológica aponta para resultados positivos de processos educativos ao trabalhar as contradições do mundo contemporâneo, desenvolvendo competências e habilidades individuais que os instrumentalize para utilizar conhecimento e habilidades que respondem necessidades da sociedade e às exigências de um mundo globalizado, inclusive aos padrões impostos pela globalização do mercado.

Não há dúvida de que a participação é um elemento importante para promover mudanças, desde que ganhe autonomia, capacidade de proposta e de pressão no sentido de orientá-las em direção aos interesses da maioria. Yu (2000, p. 128) ressalta que “além de participação, o desenvolvimento sustentável com justiça social requer condições sociais democráticas conducentes a ela, para que possa viabilizar de forma efetiva e autônoma”; no entanto, a mitigação do efeito estufa através do mecanismo do sequestro de carbono, cujos princípios residem principalmente na compensação de um dano já causado, tem um papel de intervenção claramente remediador e paliativo, pois é, em si, insuficiente. Uma política ambiental preventiva requereria que os recursos naturais fossem protegidos e utilizados com cuidado e parcimônia e induzisse à substituição de tecnologia agressiva ao meio ambiente. Na discussão das medidas de mitigação no Protocolo de Kyoto, a prevenção corresponderia à redução das emissões na fonte através da utilização de fontes energéticas que não contribuam para o aquecimento global, introduzindo mudanças técnicas nos processos de produção, e mudando radicalmente o padrão de consumo.

O projeto de carbono florestal foi concebido com a finalidade de promover a conservação e a recuperação florestal com espécies nativas em áreas públicas protegidas, no entorno do Parque Nacional de Gorongosa. Esse era o componente principal a ser realizado em parceria com a Universidade de Edimburgo, com agências dos governos estadual e federal, entretanto, em razão à ausência de uma robusta institucionalização as atividades planejadas em parcerias não se materializaram. Isto restringiu os objetivos do projeto à reflorestamento, pesquisa e aos componentes sociais.

O objetivo do projeto consiste em desenvolver e implementar um mecanismo inovador, equitativo e sustentável capaz de compensar as emissões de gases de efeito estufa por meio da captura de carbono em ecossistemas terrestres. Inicialmente, o projeto protegeu o estoque de 50.000 tonelada de carbono (tC) por ano, e com a provisão de 100.000 toneladas de CO₂ até 2010. O projeto quer contribuir para absorção de carbono e para evitar desmatamento por meio de atividades de promoção da

consciência ambiental e distribuição de mudas (figura 4) para a associação dos agricultores locais. À época de pesquisa de campo, estavam em andamento esforços para apoiar atividades de geração de renda e emprego sustentável que se calcula em 140 empregos diretos e indiretos, além da introdução de atividades de apicultura pela distribuição de colméias, criação de carpintaria e a formação de 12 pessoas para proteção contra queimadas florestais.

Figura 4 - Membros da associação cuidando mudas.



Fonte: Foto de Nguiraze, janeiro/2008

O projeto esperava que, elevando a consciência ambiental, também pudesse contribuir com benefícios da captura do carbono, tanto aumentando o plantio de árvores como reduzindo o desmatamento. O impacto dessas atividades de conscientização nos estoques regionais de carbono é indireto e difícil – senão impossível de mensuração.

Para os executores e investidores parecem apresentar bons resultados no concernente ao crescimento geométrico do projeto, mas o trabalho de campo (2008) revelou que em geral esse projeto apresenta muitos problemas e vários são descontínuos porque não foram bem estruturados. Isso é comprovado pelos benefícios mútuos e justos entre os executores, os doadores e os atores sociais das comunidades afetadas usufruem poucos benefícios mútuos sem sustentabilidade em longo prazo dos micro-projetos implantados. De modo similar, outros autores têm destacam que “os mercados de carbonos podem resultar numa distribuição injusta dos benefícios entre os seus participantes” (BROWN e CORBERA, 2003, p. 8).

Os benefícios do projeto previstos pelas comunidades locais incluem a titulação da terra e o manejo florestal sustentável, com os quais se espera estimular desenvolvimento local ao gerarem renda suficiente para pagar despesas de saúde e

educação. Depreende-se dessa análise que a maioria das ações sociais empreendidas é do cunho indireto, como a conscientização e a capacitação para melhorar as condições de vida da comunidade local. O processo de conscientização pode induzir no médio e longo prazo, tanto ao uso mais sustentável dos recursos locais e, portanto, uma redução da pressão humana sobre as áreas florestais do Parque Nacional de Gorongosa (PNG), quanto à recuperação das propriedades dos agricultores. Este foi o argumento principal para estabelecer parceria entre o Ministério de Coordenação do Meio Ambiente (MICOA) e os executores do Projeto. Também são considerados pontos fortes do projeto a provisão de recursos para a comunidade em um contexto de governo local fraco e de comprovada habilidade dos gerentes do projeto para se adaptarem a realidade local e estabelecer parceria reconhecendo as prioridades locais.

Uma particularidade desse projeto está nas implicações de políticas de clima organizacional, particularmente em relação a questões de transparência, legitimidade e equidade entre participantes locais e globais. Para May *et al* (2006) a equidade social é destacada como elemento-chave do desenvolvimento sustentável, associada ao “empoderamento” e à efetiva participação dos cidadãos e das suas comunidades na tomada de decisões. Acrescentam que, “apesar de conceito de desenvolvimento sustentável incluir a atenuação da pobreza como uma condição fundamental para atingir a sustentabilidade, muito frequentemente os grupos mais pobres são deixados para trás” (Ibid. p. 4).

Para tanto, os executores e os doadores desses projetos passaram a entender que era necessário adotar um papel quase governamental em regiões marginais onde se desenvolvem tais projetos. Contudo May *at. al* (2006), ainda criticam dizendo que “a experiência de tais parcerias, entretanto, destaca que a visão corporativa corrente tem enfatizado o ganho financeiro imediato em detrimento de benefícios sociais de longo prazo”. Os projetos que estão sendo implementados em Moçambique (Nhambita, Inhaminga e Quirimbas) consideram-se malsucedidos na tarefa de prover de modo eficiente serviços sociais às comunidades locais. Muitas são as razões que constatamos nas entrevistas: a falta de experiência em desenvolvimento social; os serviços foram entendidos pelos participantes como despesas sociais sem garantia de retorno (isto é, eles não podem justificar as despesas sociais para seus acionistas); fracas contribuições deles as capacidades institucionais entre os grupos locais; ausência de interesse em treinar as habilidades e competências locais para uma sustentabilidade duradoura, a ponto de solicitar a pesquisa dos acadêmicos da Universidade de Edimburgo, enquanto

no país existem cerca de 16 (dezesesseis) instituições do ensino superior. Para isso, a construção de capacidade implica o investimento de recursos para formação pessoal para tentar tratar questões como desenvolvimento de inventário, pesquisa e observação sistemática, educação, treinamento e conscientização pública e transmissão de informações relativas à implementação, inclusive dos projetos Certificados no âmbito do MDL. Vale ainda observar que a boa compreensão destes tratados é tarefa difícil e, portanto, investimentos na capacitação de recursos humanos para entender e interpretar estes compromissos e mecanismos deveriam constituir verdadeira prioridade. Neste contexto, vale introduzir a componente participação cidadã, se bem que a capacitação é absolutamente necessária para que as populações potencialmente atingidas pelos mecanismos celebrados pelos tratados internacionais possam expressar suas demandas e necessidades, com maior conhecimento das prováveis implicações trazidas por estes mecanismos.

Como consequência, esses projetos ainda se defrontam tanto com a falta de envolvimento adequado dos interessados na tomada de decisões adotando sistemas de tomada de decisões injustos, e sem oportunidades de mudanças reais são tomadas a partir de avaliação imprópria dos impactos sociais ou pela falta de representação sólida local. Na pesquisa do campo, observamos ausência de mecanismos decisórios participativos, contradizendo a justificativa do projeto, que previa sua legitimidade e equidade, podendo afetar a sua sustentabilidade. Os projetos do reflorestamento para o seqüestro de carbono, no entanto, oferecem também oportunidades valiosas para aprendizagens sociais úteis, tais como a educação ambiental, emprego direto e indireto, além de que as práticas agroflorestais oferecem amplo espectro de vantagens socioambientais, particularmente nos solos degradados da bacia hidrográfica do rio Púngué e preservação da umidade nos mananciais.

O projeto de carbono florestal está concebido para contribuir na mudança do clima em termos de quantidade de carbono absorvido. Para os objetivos de manter e restaurar a biodiversidade, a distribuição de mudas pode ser um meio muito efetivo para se reduzir a pressão em florestas nativas. A distribuição de mudas, contudo, passa por critérios técnicos em relação à diversidade de espécies e ao uso de árvores nativas, como o caso de *miombo*, para concretizar seu objetivo de reparar os ecossistemas danificados.

A existência do mercado do carbono sinalizaria a relevância econômica da proteção de áreas florestais e de outros serviços ambientais, como a gestão das bacias

hidrográficas (pelo controle de enchentes ou purificação das águas, e ainda globais de regulação do clima), de biodiversidade ou ecoturismo. As propostas de políticas alternativas para o meio ambiente são atraídas por essas opções, nas quais há a necessidade de se harmonizar os objetivos a distribuição fundiária com a conservação da natureza. “Atualmente existe uma verdadeira procura de incentivos econômicos e instrumentos inovadores que possam motivar os agricultores a adotarem usos da terra e práticas sustentáveis” (PAGIOLA *et al.*, 2005, p. 37).

4.3 Participação e *empowerment* dos atores

Durante as entrevistas fio possível se entender que a participação social no projeto florestal ainda está no estágio funcional, pois se encontra no limiar de beneficiar os próprios participantes, desde que os projetos sejam também do interesse dos participantes, tomando-se em conta, que ela otimiza os objetivos destes. Esta participação abre espaço para a porte do conhecimento local na identificação dos problemas, bem como de suas resoluções, tornando-os mais aderentes à realidade local, e, conseqüentemente, com maior chance de sucesso. Além disso, contribui para quebrar as resistências locais eventualmente existentes em relação às atividades ou objetivos dos projetos. É comum a agência, como é o caso da executora *Enviro Trade* em Nhambita, exigir a participação funcional como contraparte dos beneficiários para reduzir custos. “Este tipo de participação pode eventualmente abrir espaço para pequenas decisões, desde que as principais já estejam definidas” (PRETTY *apud* YU, 1995, p 117).

Observam-se em Gorongosa que muitos projetos de desenvolvimento comunitário incorporado algum processo participativo na implantação das atividades como uma bandeira para denotar o grau de preocupação social, mas que não propõem mais do que uma participação passiva, que consiste em criar instâncias de participação, mas limitá-la quantitativa e qualitativamente, restringindo os convocados e seu peso nas decisões, servindo para formalizar a participação e legitimar ações. Faltam condições de cidadania – direito à formação e informação - comumente acompanhante da pobreza, que favorece este tipo de manipulação, de forma que para evitá-la são necessárias ações específicas para qualificar a população, para cuja viabilização o Estado tem um papel fundamental a desempenhar. Participação conduz, necessariamente, no entanto à melhoria da qualidade de vida, à sustentabilidade local ou à transformação social mais profunda, como sucedeu no projeto de Pingo D’ Água.

Na comunidade de Nhambita notamos o nível de participação de membros da comunidade foi limitado, mesmo quando os interesses (tais como os representantes eleitos locais) eram articulados e tinham capacidades de comunicar e impor demandas aos proponentes do projeto.

A captura de carbono florestal permanece, em larga medida, técnica e obscura para os interessados, que raramente se engajam na discussão sobre a natureza dos projetos. Quando os debates ocorrem, as populações e as comunidades afetadas são historicamente excluídas, uma vez que, geralmente, a elite local domina não se pautando, neste caso, pela liberdade de ação e escolha para alcançar aquilo que o indivíduo preza ter e ser. Em consequência, parece necessário buscar objetivamente as opiniões dos atores interessados locais e procurar garantir que a concepção do projeto se torne transparente para todos desde a sua inserção e avaliação.

Uma das características primordiais desses projetos, comentada pelos seus responsáveis e por observadores locais, foi o aumento do protesto das comunidades locais em razão dos riscos percebidos e da ausência de benefícios locais ou de falta de engajamento cívico dos interessados, apesar dos empregos imediatos e diretos de geração de renda. Embora a Convenção em seu artigo 4, parágrafo 5 (e ainda nos parágrafos 7, 8 e 9) do Protocolo de Kyoto, evidencie que “ partes de países desenvolvidos devem adotar todas as medidas possíveis para promover, facilitar e financiar, conforme o caso, a transferência de tecnologias e de conhecimentos técnicos ambientais saudáveis, ou acesso aos mesmos a outras partes, particularmente às partes de países em desenvolvimento, a fim de capacitá-las a implementar as disposições desta convenção embora, “ a fonte de financiamento para isso não seja claramente mencionada.

Teoricamente, o desenvolvimento local está bem claro, mas a sua sustentabilidade pouco se efetiva. O quadro 5 resume os principais grupos beneficiários, as atividades e os resultados observáveis destes benefícios.

Quadro 5: Resultados sociais do projeto florestal de carbono de Nhambita

Projeto	Grupos Beneficiários	Atividades	Resultados observáveis
CARBONO FLORESTAL DE NHAMBITA	Comunidade de Nhambita	Sistemas agroflorestais e transferência de tecnologia social	1 Agricultor (0,5 das famílias) adotou com sucesso o modelo de sistema agroflorestal para os padrões do projeto. Um pequeno número de tentativas mal sucedidas e algumas em andamento.
		Geração do emprego e renda	Aproximadamente 140 empregos direto e indireto na comunidade. 12 controladores de incêndios florestais.
		Titulação da terra e organização socioespacial comunitária	O fato de o projeto ter apoiado o processo de transferência de direitos sobre acesso e uso das terras pode ter exacerbado conflitos locais pré-existentes. Como resultados, os direitos de propriedade ficaram indefinidos, levando à necessidade de governo local e a lideranças comunitárias assumirem novos papéis e responsabilidades na resolução destes conflitos.
		Financiamento para à produção de colméias para a prática de atividades de apicultura	A iniciativa consistia em transformar parte dos membros das comunidades em criadores de abelhas. Uma vez que aqueles insetos são inimigos do fumaça, e a comunidade faria grande esforço para eliminar qualquer foco de incêndio para proteger as suas colméias.
		Distribuição de mudas da floresta nativas e espécies de pomar.	Observam-se efeitos educacionais positivos, pela introdução de educação ambiental.
		Cursos de capacitação e treinamento	Treinamento e motivação para implementação de sistemas agroflorestais.

Fonte: Yu, 2000.

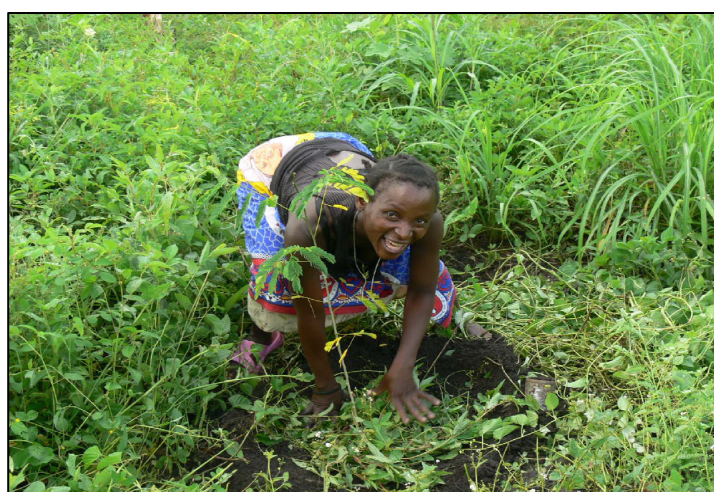
É importante ressaltar que a Educação Ambiental cumpre uma atividade importante na implementação do projeto. Esses programas ambientais almejam atingir prioritariamente os professores e os estudantes da escola pública.

A construção dos viveiros e a subsequente distribuição de mudas para produtores familiares e membros da comunidade em geral são uma atividade fundamentais do projeto de carbono florestal.

A distribuição de muda (figura 5) tem caráter educacional, ao buscar contribuir para ampliar a apreciação para o plantio de espécies nativas. É necessário, porém aliar à

distribuição de mudas a outros aspectos, que incluem a coleta de sementes e a produção de mudas, o treino em práticas de plantios (em especial em técnicas agroflorestais), além de assistência técnica permanente e monitoramento de operação de silvicultura (índice de sobrevivência, desenvolvimento das plantas, acúmulos de biomassas etc.); baixos índices de sobrevivência, causados pela escolha inadequada de espécies locais, tais como de *Umbilia*, *Chafúta*, *Panga-panga* e *Muoamba*; época de plantio ataques de pragas e outros problemas agronômicos (ervas daninhas e doenças etc.), tudo isto pode levar a que apenas uma pequena percentagem de mudas se transforme em árvores, reduzindo assim drasticamente a formação de uma nova floresta.

Figura 5 - Membro da associação plantando muda.



Fonte: Foto de *Envirotrade* /2007.

Juntamente com essas questões técnicas, é fundamental que tais projetos de carbono busquem apoiar a comercialização dos produtos obtidos em sistemas agroflorestais, assim como o carbono em si, um dos maiores pontos de estrangulamento para esse tipo de uso de terra, e o mel produzido por produtores rurais, agregando valor para o mercado local e regional.

No caso em estudo, o processo resulta, fundamentalmente, em aproveitar as experiências locais, com o objetivo de superar a resistência e incorporar os conhecimentos locais. A falta de assistência técnica qualificada, contudo, é tão grande que frequentemente há receptividade substancial às novas técnicas, pois os executores não conhecem a cultura local. Segundo relatos, isto aconteceu, no início da implantação do projeto, no qual a aceitação de uma nova tecnologia ocorreu em virtude da provisão de assistência técnica de qualidade providenciada pelos acadêmicos da Universidade de Edimburgo e do respeito ao produtor local.

A participação das comunidades do projeto é fundamental para o sucesso destes, mas necessita um apoio técnico de rede institucional para iniciar em boas condições uma emancipação das estruturas políticas até uma autonomia completa.

Figura 6 - A comercialização do mel sem agregar valor



Fonte: Foto de Nguiraze/2008

A criação de empregos, o mais visível e o mais imediato benefício para a comunidade local, é inexistente. Há, porém, uma clara percepção de que a geração de emprego está relacionada à provisão dos serviços ambientais e ao desenvolvimento local. Estas preocupações surgem quando há maior necessidade de trabalho à época do estabelecimento da floresta em relação às demandas menores durante o período de crescimento e manutenção. “Os efeitos sazonais incluem uma necessidade de trabalho durante a estação chuvosa (plantio) maior do que período de seca (manutenção e colheita). O projeto com esses perfis deveria prever investimentos na capacitação e treinamento em geração de renda alternativa para os períodos de baixo emprego” (YU, 2000). (figura 6)

O financiamento de pequenos projetos de geração de renda pode se tornar uma importante forma de estimular iniciativas locais, particularmente relacionadas com a utilização de produtos locais, agregando renda aos usos tradicionais, como por exemplo, o apoio produção de colméia pela Associação de carpintaria para a prática de atividades de apicultura pelos membros da comunidade em Nhambita. Outro ponto claro na experiência do movimento da conta da associação comunitária, onde é depositado o dinheiro do carbono florestal, é que se tornou necessário tanto levar em consideração os potenciais fluxos da movimentação da conta e o contexto político e cultural local, como

garantir às organizações dos gastos e o controle sobre a gestão deste bem público. Ainda, segundo os relatos dos entrevistados, as interpretações sobre a propriedade dos recursos gerados se era dinheiro “do projeto” ou “da comunidade” ou mesmo “como é que contribui para a melhoria de qualidade de vida de cada membro da comunidade”. Para isso, entrevistamos o membro da comunidade de Nhambita, que responde por Xico Francisco:

[...] a associação tem muito dinheiro no banco, mas este dinheiro não vale nada por que não está beneficiando a ninguém [...]. Eu queria comprar a minha bicicleta e meu rádio, mas não tenho como fazer. [...]. Agente trabalha dia e noite, mas, não vemos nada a melhorar a vida da gente.

Depreende-se desses relatos ser importante que os executores dos projetos percebam os anseios e desejos coletivos, mas também individuais, para constituir uma confiança mediante um desempenho conforme o prometido e uma comunicação aberta e honesta sobre esse desempenho. Outra maneira de as empresas adquirirem confiança e construírem uma sólida reputação é reagir rapidamente a erros e reconhecer sua responsabilidade sobre eles.

O potencial que o Projeto *Envirotrade* tem de produzir efeito multiplicador nas comunidades adjacentes é diretamente correlacionado ao nível de contratação de serviços, geração de emprego, renda e impostos entre as populações locais. Ao menos no período inicial, este impacto geralmente foi maior do que o esforço dedicado a apoiar o treinamento, a capacitação e a geração de fontes de renda alternativa.

As melhorias, entretanto, não se limitam aos produtores proprietários de terra, pois pessoas da vizinhança também são beneficiadas pelo projeto. Como já expressa a mão-de-obra exigida para o plantio é intensa e muitas vezes é necessária, para dar conta da plantação, pedir ajuda dos produtores externos a famílias que recebem uma quantia por dia trabalhado, evitando, assim, o êxodo rural, pois agora essas pessoas possuem ocupações no próprio campo.

Resta constatado, também, que as taxas sobre os serviços (ISS), coletadas pelo Município de Gorongosa, particularmente durante a fase de implementação do projeto, podem ensejar receitas adicionais significativas para o Município, aumentando a sua capacidade de investimento em serviços sociais que beneficiam em especial os segmentos mais pobres da população.

Esse projeto de carbono florestal é caracterizado por altos custos de transação por várias razões. Inicialmente, regras restritas do mercado de carbono limitaram o

interesse por projetos que incorporaram esforços para evitar o desmatamento. A incerteza persiste com respeito a outros aspectos, incluindo preocupações tais como a utilização de área legalmente protegida como sumidouro de carbono e o estabelecimento de critérios, definindo a contribuição esperada do projeto quanto ao desenvolvimento sustentável. Essas dúvidas levaram investidores e executores do projeto, sendo este pioneiro em Moçambique, a enfrentar custos adicionais, obrigando-os constantemente a repensar suas estratégias no curso da implementação do projeto.

Buscaremos identificar suas implicações para as políticas de clima, particularmente no que diz respeito à preocupação com as instituições, o direito de propriedade, definição correta de propriedade, introdução de padrões e capacidade.

Princípios de legitimidade e transparência visam a garantir a participação de grupos locais na concepção e no processo de realização dos projetos. Para que isso ocorra, é necessário que as empresas investidoras, os executores dos projetos e o Estado se apresentem de forma transparente. O setor corporativo precisa concentrar esforços em diversas áreas, incluindo valores corporativos, políticas e estratégias para investimentos em MDL, tais como identificar e ter consciência do código de ética existente. Os executores de projetos necessitam concentrar esforços para antecipar riscos, tais como problemas associados aos direitos de propriedade (quem é o proprietário das árvores e dos créditos de carbono) e como isso influencia as parcerias entre as instituições públicas e privadas, os produtores locais ou os trabalhadores autônomos. Outra recomendação é adotar instrumentos de monitoramento de impactos socioambientais similares àqueles adotados na certificação de manejo de florestas naturais, nas quais os requisitos impostos têm se tornado mais severos ao longo do tempo³⁴.

A existência de redes de entidades dotadas de função proativa no ambiente e no desenvolvimento local tende a potencializar os benefícios gerados. O projeto de carbono estabelecido no contexto dessas redes apresenta maiores chances de “replicabilidade” e de que surjam outras associações.

Alguns atores sugerem que projetos de MDL de pequeno escala representam uma forma capaz de proporcionar benefícios às comunidades de baixa renda, desde que os direitos de propriedade estejam claros, as organizações estruturadas e que os projetos complementem atividades de desenvolvimento (BOYD *et al.*, 2005). Entre esses

³⁴ Para mais detalhes ver www.fsc.org.br

projetos, sistemas agroflorestais (SFS) são promovidos tanto como um dos meios mais promissores para o uso sustentável de ecossistemas tropicais como para captura do carbono, particularmente em projetos que envolvam pequenas propriedades. Entre suas principais vantagens, pela maior diversidade e a conseqüente redução de risco, aponta-se a utilização de florestas perenes associadas a cultivos anuais destinados a assegurar a longevidade do sistema.

Segundos relatos dos moradores existem dificuldades de acesso ao crédito de longo prazo, bem como a não-disponibilidade de assistência técnica a pequenos produtores e problemas relacionados com a colocação no mercado de certos produtos agroflorestais, como o acesso aos mercados urbanos e a falta de uma política sólida de comercialização nas zonas rurais moçambicanas. “No uso dos sistemas agroflorestais (SAFS) é fundamental localizar e tentar utilizar as experiências locais já existentes, buscando-se solucionar as fontes de resistências e incorporar o conhecimento local” (MAY, *et al.* 2005, p.42,)”.

Há consideráveis dificuldades, tais como o acesso a linhas de crédito adequadas ao longo de período de crescimento até a colheita dos produtos florestais. Potencialmente, o mercado de carbono poderia servir como garantia de crédito para pequenos produtores que poderiam se tornar parceiros do projeto. O financiamento por meio do carbono também poderia garantir recursos para o estabelecimento inicial de sistemas agroflorestais de pequena escala entre as associações de produtores. A incerteza desse mercado, contudo, implica que o produtor não pode dispensar a necessidade de que tais práticas, antes de tudo, evidenciem sua lucratividade, incluindo canais de mercado para seus produtos. Ressaltar mas que com a participação ativa e interativa das comunidades locais, em todas as etapas do processo, possibilitaria o seu “empoderamento” do processo de desenvolvimento local e tornaria as instituições públicas mais eficazes, através de capital intangível institucional consolidada pelos seus atores e agentes engajados.

4.4 Capital intangível institucional

A proposta inicial do projeto estava concebida para uma parceria entre instituições. O Ministério de Coordenação de Meio Ambiente (MICOA) - órgão ambiental federal, responsável pela coordenação ambiental, Fundação Carr e o Parque Nacional de Gorongosa seriam responsáveis pela preservação da biodiversidade da fauna e flora, assim como pela regeneração e reflorestamento dentro do Parque Nacional de Gorongosa. E a *Envirotrade*, a executora do projeto de reflorestamento, é uma ONG vocacionada em educação ambiental e promoção de alternativas sustentáveis em comunidades rurais, que seria responsável pela componente social. No decorrer do projeto, porém, alguns compromissos foram sendo alterados e outros não consolidados institucionalmente. As parceiras previstas com as instituições ambientais são pouco visíveis.

Uma das lições fundamentais extraídas da pesquisa é a de que os projetos requerem um arranjo institucional para garantir a sua sustentabilidade. Os riscos precisam ser antecipados e os executores dos projetos necessitam ter a suficiente compreensão do contexto da história e da política locais, assim como de *tradeoff*³⁵ entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais associados. O MICOA, como instituição federal, apenas apóia fortemente atividades de educação ambiental que fomentam a conservação, mas não manifesta a mesma convicção quando se trata do fortalecimento de ações que resulta em formação de conselhos comunitários em apoio à gestão e ao manejo das áreas, de forma sólida.

No projeto, em virtude da fragilidade das políticas locais, faltaram regulação orientadora, capacidade organizacional e mecanismos de tomada de decisão apropriados. O baixo nível de comprometimento dos atores sociais chave foi uma das causas do resultado negativo oriundo da centralização da tomada de decisões. Por exemplo, no início, experimentaram certo nível de conflito ligado às diferentes prioridades e interesses com as autoridades tradicionais locais, comunicação fraca e falta de colaboração política local.

Essas habilidades institucionais podem ter implicações para os direitos de propriedade e dos créditos do carbono. Os créditos gerados nos projetos de carbonos florestais pertencem ao proprietário da terra ou a quem detenha a posse legal do pacote

³⁵ Para o mercado do carbono, a palavra em inglês *Tradeoff* significa a relação de gasto/benefício ou vantagem/desvantagem, na base dos quais decidimos se vale a pena tomar uma atitude perante a situação de aceitar ou não no empreendimento.

de direitos e responsabilidades que estejam contidos no título legal. Se o investidor não é proprietário da terra, são necessárias algumas garantias dos direitos dos créditos de carbono sob a forma de acordo contratual assinado pelo investidor e pelo proprietário da terra, público ou privado, antes de o projeto ser apresentado à aprovação da autoridade nacional designada. A ausência de título da terra de muitos pequenos produtores e do sistema de hereditariedade africano de terra poderia representar uma barreira intransponível para o estabelecimento de projetos de carbono na suas terras, dada a incerteza dos investidores.

Os direitos sobre os créditos de carbono também se tornam um assunto nebuloso, quando as terras de onde os créditos se originam são propriedades públicas e se considera justo que o Estado aja em nome das comunidades locais que tenham direitos de usufruto sobre tais terras. Por outro lado, a introdução do assunto espinhoso dos créditos de carbono nas comunidades pode ensejar expectativas que não podem ser atendidas em razão das incertezas do mercado.

Geralmente, a parceria entre os atores locais, as empresas privadas e as instituições do governo em projetos de carbono precisa ser formalizado por acordos interinstitucionais. Atividades e responsabilidades compartilhadas, assim como contribuições orçamentárias esperadas, devem ser claramente definidas desde o início para se assegurar a transparência e o engajamento dos interessados locais. Os direitos sobre a terra e sobre os produtos dos pagamentos por serviços ambientais requerem adequada definição legal e contratual antes da implementação dos projetos. A questão que nos aparecia durante a pesquisa do campo era: Existe um *tradeoff* plausível entre a quantidade de carbono capturado e a relativa priorização das atividades de desenvolvimento social? O projeto-piloto de Nhambita é mais focalizado no plantio de árvores e no conseqüente acúmulo de carbono do que em aspectos de desenvolvimento local. Eles entendem que os esforços para fornecer alternativas de geração de renda às comunidades vizinhas ou para incorporar pequenos produtores nos seus planos de plantios dificilmente seriam cumpridos de modo eficaz. Nesta concepção, o Estado deve definir o que as comunidades afetadas podem esperar dos investidores e dos executores para minorar os impactos, garantir benefícios e aceitação local, perspectiva esta que, embora errônea, é generalizada entre segmentos empresariais.

Apesar da aprovação de projetos de MDL basear-se em critérios e indicadores de responsabilidade do governo, os critérios de avaliação também podem ser utilizados pela sociedade civil, visando a aconselhar investidores em potencial com respeito aos

critérios e indicadores de avaliação que considerem prioritários para a aprovação de projetos. Os investidores podem ou não acolher essas sugestões, mas sabem desde logo que o processo de escrutínio público desses projetos pode-se tornar mais tranqüilo se houver respostas para tais preocupações.

Constatamos também que o desenvolvimento local poderia ocorrer em uma espécie de emparelhamento institucional para aprimorar o funcionamento dos mecanismos de desenvolvimento local. As práticas sociais estariam direcionadas para adequarem a um arranjo institucional que seja condizente com o melhor grau possível de funcionamento da gestão social, partindo do fato de que o desenvolvimento local se apóia nos atributos e práticas sociais locais. A capacidade de organização social e política de uma região é o elemento essencial do desenvolvimento endógeno, que permite potencializar os recursos tradicionais (incentivos fiscais e investimentos privados, ONGs), ocasionando efeitos sinérgicos e transformando crescimento em desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que a concepção original de conceber um arranjo institucional de modo a envolver muitos parceiros, incluindo o próprio governo seria uma proposta de grande envergadura. Alis o papel do governo, é fundamental para o sucesso do aproveitamento de MDL, tanto para a conservação quanto para o desenvolvimento local, uma vez que o Estado possui estruturas de ação bem mais abrangentes, além de constituir uma instância importante de representação das demandas sociais.

4.5 Capacitação para a inclusão social

Na proposta original, o projeto baseava-se nas ações de educação ambiental, por meio de dois canais principais: a primeira, a rede escolar existente na região e, segundo, atividades dirigidas à comunidade em geral. Entre as principais ações empreendidas dentro da educação ambiental, foram o treinamento e a capacitação de professores das escolas do posto administrativo mediante de elaboração conjunta de cartilha de educação ambiental; a implantação de viveiros para a produção de mudas, sendo que atualmente foi repassado diretamente para a administração da Associação dos Agricultores, construção de escola (figura 7), e distribuição de insumos agrícolas aos membros da associação dos agricultores.

Figura 7 - Escola da comunidade recentemente construída



Fonte: Foto de Nguiraze, janeiro/2008.

As mudas são distribuídas de formas assistemáticas durante as palestra sobre educação ambiental dirigidas a comunidades, alunos e professores. Não se efetua registro sobre a distribuição.

Além da educação ambiental, o projeto-piloto de Nhambita oferece outras formas de capacitação. A primeira é focalizada na educação para o desenvolvimento de comunidades locais envolvidas com o projeto. O desenvolvimento do capital humano em Moçambique registra os maiores *deficits* nas áreas rurais e em lugarejos distantes das principais cidades. Projeto de carbono que busca incorporar o aspecto social como um componente relevante deveria ter como pilares, de suas estratégias de parceria o treinamento e a assistência técnica, visando a novas opções à geração de renda. É necessário ficar atento em relação tanto ao número de pessoas capacitadas quantos à qualidade do emprego gerado. Outro tipo de capacitação refere-se ao reforço à

compreensão dos temas ligados à mudança de clima, tais como a conscientização acerca da existência de mercados de carbono. No projeto de Nhambita, a capacitação técnica foi proporcionada aos líderes, a pessoas situadas em diferentes níveis do governo em ONGs. A conscientização ficou restrita aos atores diretamente associados, ao projeto e aos alunos das escolas primárias da região, por serem os jovens mais abertos e receptivos a idéias novas e são os maiores divulgadores destas para os membros adultos de suas famílias e em seus raios de influência. Embora importante para a cultivação de boa vizinhança, ela adicionou pouca consciência sobre o potencial desses mercados na transformação do meio de vida nas áreas afetadas.

Baseada em informações fornecidas pelo Régulo da comunidade, foram realizados cursos de treinamento sobre agrofloresta com três eixos temáticos: alternativa de cultura, geração de renda e conservação. Para Yu (2000) a experiência dos participantes no curso deverá servir de demonstração a fim de ampliar a prática para um número maior de participantes noutro momento.

Os projetos localizados próximos às áreas das comunidades afetadas deveriam incluir em seus componentes sociais ações destinadas a essas comunidades. Em virtude da histórica negligência dos países em desenvolvimento em relação às populações indígenas, os projetos deveriam buscar estabelecer parcerias com tais grupos, visando a reforçar suas atividades tradicionais, assim como a estimular novas opções à sua sobrevivência.

Idealmente, os projetos deveriam buscar a aprovação dos parceiros locais por meio de mecanismos de tomadas de decisões e colaborar com as pessoas afetadas, buscando estabelecer um objetivo comum. Isto pode significar dar apoio aos esforços da comunidade para que ela obtenha a titulação da terra. Garantir a titulação da terra, no entanto, às comunidade indígenas requer habilidades técnicas e considerável capacidade de resolução de conflitos, as quais precisam ser contabilizadas no desenho e orçamento do projeto. Conectar os processos de captura de carbono à titulação de terras locais pode abrir uma caixa de Pandora de conflitos entre os atores, tanto históricos quanto contemporâneos, conflitos que permanecem sem solução, criando, assim, problemas em lugar de soluções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na gestão de novas interações sociais e políticas, emerge a questão da aprendizagem dos atores locais e institucionais para a gestão compartilhada e socialmente participativa. Mais do que instrumentalizar os agentes, é requerida uma capacitação envolvendo valores, símbolos, atitudes relacionais, capacidades dialógicas e de protagonistas cooperativos. Todo o processo político de desenvolvimento territorial parece complicar-se caso não tenha, como componente intrínseco, a aprendizagem entendida, também, como desconstrução-construção de padrões culturais na gestão dos recursos.

O novo paradigma de gerenciamento de um conjunto de dinâmicas sociais e políticas representadas pela perspectiva do desenvolvimento local sustentável deve-se apoiar de forma central na participação direta da comunidade. Sua principal forma está em conceber os membros de uma comunidade como sujeitos do próprio destino e dos rumos tomados pela localidade em que vivem; mesmo que, como demonstrado pela pesquisa, a política vigente se caracterize pela burocratização e falta de interesse no processo participativo, dando continuidade à mesma atitude dominante e autoritária.

O poder político já não é o único responsável pela elaboração de novas políticas voltadas para o desenvolvimento local, pois surge outra metodologia para a consecução dos objetivos relacionados com a viabilidade do desenvolvimento sustentável, nas suas diversas facetas, capazes de garantir um presente e um futuro melhor para a atual e a futura gerações. Para a sua implementação, porém, como visto nos resultados, é necessária uma mudança de postura, de mentalidade, de forma a permitir e estimular a participação da comunidade na supressão de seus próprios dilemas; e também a capacidade de uma sociedade lidar com sucesso com os seus problemas e dificuldades está relacionada com a criação de condições políticas morais e éticas para uma atuação responsável e de acordo com as exigências locais, regionais e nacionais.

Na pesquisa, foi unânime o pensamento de que a mudança de paradigma da gestão agregou novos sistemas de produção, integrou às atividades tradicionais, contribuiu para mudar o perfil produtivo local, ensejando novos postos de trabalhos, agregando rendas aos membros das comunidades, mas deixa a desejar na questão da sustentabilidade do desenvolvimento local, especificamente na participação consciente e ativa dos atores chaves na tomada de decisões para a conquista do próprio destino.

Observam-se em geral as organizações e o Poder Público articulam-se de forma

ainda muito incipiente, haja vista que as ações por elas desenvolvidas não garantem a sustentabilidade recomendada pelas literaturas nacional e internacional, faltando para muitas delas a cultura da sistematização das atividades, assim como do acompanhamento das tendências sobre as melhores práticas de gestão social.

As pessoas em situação de vulnerabilidade precisam de parceiros que compartilhem o compromisso, sobretudo, de encontrar alternativas juntas, sem formatação pronta e técnica, mas fruto do respeito mútuo e do reconhecimento intersubjetivo das potencialidades e limites que a própria cultura explicita, pois a experiência de uma participação social faz parte de todas as relações do ser humano. Os programas nacionais de enfrentamento à pobreza ainda não investiram na descentralização responsável, impedindo a construção de bases seguras para o maior envolvimento e compartilhamento de metas entre as esferas de governo.

A participação social implica a dimensão das relações estabelecidas entre os diversos agentes da gestão social, da confiança interpessoal e geralmente entre tais parceiros, da capacidade de associativismo, do grau de civismo e dos valores éticos predominantes. A confiança entre pessoas e no interior das organizações tem relações com suas experiências histórica locais, com o seu esforço em melhorar, com agentes externos que facilitem ou dificultam tal processo, porém, acontece que essas peculiaridades culturais e as condições naturais já existem neste território, apenas falta agregar competências e assumir o processo de desenvolvimento local.

Adicionalmente, é preciso ressaltar a importância da dimensão comunitária e compreender não somente a realização de investimento em projetos sociais, mas também o desenvolvimento de atividades de relacionamento comunitário associadas aos objetivos dos negócios. No caso de responsabilidade social das empresas, o processo de concepção de suas políticas de investimento social privado deve apropriar-se de conhecimentos inerentes à gestão social, buscando envolver nas ações sociais, através da participação cidadã, seus colaboradores. Para isso, o resultado só será perceptível na subjetividade das pessoas, famílias e comunidade, ou seja, em valores intangíveis que vão além dos dados contábeis. O caminho táctico é descobrir a forma de contribuir a partir do seu próprio espaço de convivência. A capacidade de uma comunidade lidar com sucesso com os seus problemas e dificuldade está relacionada com a criação de condições políticas éticas e morais para uma atuação responsável e de acordo com exigência locais, regionais e nacionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS 2003.

_____. Para uma teoria de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M. (org); LATTUDA, M. (Org). **Dessarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territories. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ALBAGLI, S; & MACIEL, M.L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H.M.M. et al.. **Pequena Empresa**: Cooperação e Desenvolvimento Local. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2003.

ALBUQUERQUE, Lúcia; LUBICH, Chiara. **Responsabilidade social para o desenvolvimento humano**: a importância das alianças estratégicas. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, V. 1, n.2, maio. 2008.

AMARAL Filho, J.de. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 27.,1999...Belém, PA. 7 a 10 dez.1999.

_____. **É negócio ser pequeno, mas em grupo**. Desenvolvimento em debate 3: painéis do desenvolvimento brasileiro – II (BNDS), p. 85-118.dez./2002.

_____. Capital Social como fator de desenvolvimento. IN: VERGA Patrício (org) **Desenvolvimento endógeno**: um novo paradigma para a gestão local e regional – Fortaleza, IADH, 2004.

_____. **Território e Inovação**: o Arranjo produtivo Pingo D' Água. Campinas Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANDER Egg. **Metodologia y práctica del desarrollo de la comunidad**. Colección Política, Servicios y Trabajo Social. Buenos Aires, 2003.

ARAÚJO, A. M. Matos & FUCK.S. C.F. Uma Leitura Geográfica de Mudança Cultural no Semi-Árido Provocadas Por Mudanças Técnicas. In: n: **Revista de Casa de Geografia Sobral**, V. 2/3 n.1, 2000.

ARMARIN, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão dos Projetos sociais” Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In Santos, Boaventura de Sousa (org) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BAESSA, Silvestre. **O desenvolvimento em Moçambique**. Canal de Moçambique, Maputo, 29 out. 2007. n.435 p. 2.

BANCO MUNDIAL, **Médio ambiente y desarrollo em América Latina y el Caribe** D.C.; World Bank, 1992, 2005

GREGÓRIO, Barembliitt,. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes.** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora. Rosa dos Tempos, 1994.

BEDUSCHI, L.C. Filho, Participação e aprendizagem Social em Processos de Desenvolvimento territorial Rural: Evidências de dois estudos de casos no Brasil. In: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 2 Jun. 2007.

BMU – **Ministério Alemão do Meio Ambiente**, Berlim, 1992.

BOGDAN, R.R.C.; BIKKLEN,S.K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BOISIER, S. **Sociedade e território.** Lima: Ecie, 1993

_____**Conversaciones Socieales y Desarrollo Regional.** Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz **O que é a participação**, Editora brasiliense, 160, São Paulo, 1983 e 1994.

_____**A comunicação como ferramenta do desenvolvimento sustentável.** Texto apresentado no Seminário sobre Comunicação para o Desenvolvimento realizado em Maputo, organizado pelo ICS, em 1998.

BORGES FILHO, Álvaro O. **Estrutura de referência aplicada à gestão estratégia capaz de promover o desenvolvimento regional sustentável na região de Guarapuava- PR.** 2005. 225. (f) Tese (Doutorado em engenharia de produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BOURDIEU, P. **The forms of capital.** Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Ed. J. Richardson. N.Y., Greenwood. 1986.

BOYD, E. GUTIERREZ, M; e CHANG, M. **Adapting small-scale CDM sinks projects for low-income communities.** Tyndall Working Paper 71, 2005. Disponível em: <http://www.tyndall.ac.uk/publications/working_papers/working_papers.shtml>. Acesso em 12 de Maio 2007.

BRANDÃO, C.R. Saber de classe e saber popular. In: **O ardil da ordem.** 2.ed. Campinas: Papirus, 1986.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Roteiro do Brasil.** Diretrizes Políticas. Ministério do Turismo, Brasília, 2004.

BREDE, D.; RAMOS, L. **Desenvolvimento organizacional participativo – fortalecimento de organizações de base.** GTZ/ Organipool: Recife, 2004.

BROKENSHA, D., WARREN, D. M. & Werner, O. (eds.) **Indigenous Knowledge Systems and Development**, University Press of America 1980.

BROWN, K. e CORBERA, E. Exploring equity and development in the new carbon economy. **Climate Policy** 3. Supp1, 2003.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAPRA, F. **A teia da vida** – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Cultrix – Amaná –key, 1996.

CASAGRANDE, Jr. E.; WELFORD, R. The big brothers: Transnational corporations, trades organizations and multilateral financial institutions. In: WELFORD, R.(Eds.) **Hijacking environmentlism**. Corporate response to sustainable development. London: Earthscan Publications, 2000.

CELATS. **Revista Accion Crítica**, nº. 8. Lima, CELATS, 1985.

CEZNE, Irene Dias de Oliveira. **Conhecendo melhor os camponeses**. Ensaios de Sociologia rural. Maputo, 1994

CHAMBERS, R. Pacey A. & Thrupp. L.A. (eds) **Farmer First**. Intermediate Tecnology Publications, London, 1989.

_____ **Challenging the profissions**: Fronteirs for rural development. Intermediate technology Publications Ltd. London, 1993.

_____ **Whose Reality Counts**: Putting the First Last. Intermediate technology Publications Ltd. London, 1997.

CHIANCA M.. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações/ Rio de Janeiro: Elservier, 2.ed. 2004- 8ª Reimpressão.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COHEN, E. & FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993

COLEMAN, J. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. **American Journal of Sociology**. Cambridge, man: Harvard University. 1988.

_____ **Foundation of Social Theory**. Cambridge, man: Harvard University, 1990.

COLLIER, P. **Social capital and poverty**. Washington: The World Bank, 1998 (mimeo).

COVRE, Maria de L. Manzini, **o que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DANIEL, Celso. Gestão social e a participação da sociedade civil. In: **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Polis, 1994.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: UFC. 1987. 176 p.

_____. **Participação é uma conquista**: noções da política social participativa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Avaliação Qualitativa**. Coleção Polêmicas do nosso tempo. 5 ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 1995 e 2000.

DURKEIM, E. **A ciência social e a ação**. Lisboa, Portugal: Bertrand, 1975, 303 p.

EVANS, P. **Government ation, social capital and devolpement**: reviewing the evidence on synergy. *World Development*, v.24 n.06, 1996.

FARRINGTON, J. ; BEBBINGTON A. Wellard, K. & LEWIS, D. J. Relutant Partners? Non Governmental organizations, the state and sustainable. **Agricultural Development**. Routledge, London, 1993.

FERRARI, A. T. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Mac-Hill do Brasil, 1981.

FISCHER, Tânia. “Gestão social do desenvolvimento e interorganização”. **Anais do XII Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: UFBA, 2002, 2006.

FOX. J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. **World development**. v.6, n.24 p. 1089-1103, jun.1996.

FRANCO W. Capital social e desenvolvimento: o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. In: SEMINÁRIO “OS DISTRITOS INDUSTRIAL E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA TERCEIRA ITALIA EM QUESTÃ: PERSPECTIVAS PARA OS PROGRAMAS XINNGÓ E ZONA DA MATA DO NORDESTE”, 2001, Maceió. Anais. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, , 44ª Edição, 1981.

FROELHLICH. J. M. O local: na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paraná. Desenvolvimento**, Curitiba, n.94, maio/dez 1998.

FRY, Petter (org) **Moçambique ensaio**. Editora UFRJ, 2001.

FUKUYAMA, F. **Social and civil society**. Mimeo trabalho apresentado na IMF. Conference on second gerenation reforms. 1999.

FUKUYAMA, F. Social and civil society. In: IMF CONFERENCE ON SECOND GERNATION REFORMS, April 2000. (IMF working paper WP, n. 74). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ff/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso em 20 jun.2001.

GARDNER, K & LEWIS, D. **Anthropology**. Development and the post-modern Challeng Pluto Press, London, 1996.

GEFFRAY, C. **A causa das armas**: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique, Porto, 1991.

GODOY, W. I. *et al.* **Feiras livres**: valorização de um sistema local de comercialização. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora/MG, Cd-Roan, 15p. 2003.

GUIVANI, J.S. Heterogeneidade de Conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável, **Cadernos de ciências & Tecnologia**, Brasília, V. 14, n. 3. p. 411- 447, Set./dez. 1997/1998.

HADDAD, P.R. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. UNIJÍ, 2002.

HAUFF, Volker **Combinar a democracia representativa**: Desafio do governo local Grever, 1987.

HIRSCHMAN, A. O. Against parsmyoy: three easy ways of complicating somes categories of economics discourse. **American economic review**, Gambetta ed, trust 1984.

HOWEEL, D. & CONVERY, I. **Community Forestry Component**: Nhambita Community Project GERFFA, Mozambique, December 1997.

_____. **Sócio-Economic Study**: Nhambita Regulado. GERFFA, Mozambique, 1997a.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília-DF. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 74 p.1999.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 3 Ed. Ministério das Finanças, Maputo, 2007.

INE e DINAGECA. Instituto Nacional de Estatística e Direção Nacional de Geografia e cadastro, 2.Ed Maputo.

INJOSA, Rose Marie. **Construindo futuro**: transitoriedades e redes de compromisso social. In: Gestão sócia, estratégicas e parcerias, redescobindo a essência da administração brasileira de comunidade para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva. 2006.

JACOB, C.A.A. *at el.* **Projeto Conexão Local** - Anexo II; Projeto Pingo D'Água – Quixeramobim – Ce. Centro de Estudo em Administração Público e Governo GV. Pesquisa. S. Paulo, 2006.

JANE, Tomás J. **A experiência de Moçambique no uso dos meios para a educação das comunidades rurais**. Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, maio de 1998. Disponível em: <www.eca.usp.br/nucleos/nce/pdf/156.pdf> Acesso em 14 de Fev. 2007.

JARA C. Capital Social e desenvolvimento local sustentável. In: FORUM CONTAG de cooperação técnica, 2. , 1999, S. Luis Anais ... São Luis; CONTAG, 1999.

KIGGUNDU, M.N. **Maniging organizations in development countries**; Kumarian Press, Inc. USA 1989.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura**: chaves esquecidas desenvolvimento. Brasília, Unesco, 2003.

KÜSTER, Angélica. **Democracia e Sustentabilidade**: Experiência no Ceará, Nordeste do Brasil. Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, Expressão Gráfica e Editora, 2003; 230p.

LIMA, C.J. A teoria do Capital social na análise de políticas,. In: **Revistas Políticas e trabalho** 17, Setembro/2001.

LIMA, Luiz, Cruz, **Reestruturação socioespacial**: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. (Org.) São Paulo, Annablume, 2006.

LUNDIN, B. I.; **Projeto ‘Autoridade’, poder tradicional: documento de Pesquisa**. Universidade Eduardo Mondlane (DDA). Maputo, Agost. 1992.

MACHEL, Graça. Na África Austral. *Boletim de Notícias*, The África-America-Instituto, Maputo, n.82 maio & jun., p. 1-11, 2008.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATOS MACEDO, M. Planejamento e policy networks. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, (85), maio –ago. 1995.

MATTOS, C. A. **La descentralización la descentralización: una nueva panacea para enfrentar el subdesarrollo regional?** Caracas: IICA, 1989

MATUS, C. & ADEUS, **Senhor Presidente**: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris, 1989.

MAY, Peter *et al* Incorporando o desenvolvimento sustentável aos projetos de carbono florestal no Brasil e na Bolívia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Abril 2005, Rio de Janeiro, vol. 13, no 1, 5-50. ISSN 1413-0580.

_____. **Corporate roles and rewards from promoting sustainable development: lessons learned from camisea.** Working Paper ERG-99-1, Energy and Resources Group of the U. of California-Berkereley, 2006. Disponível em: <http://www.Socrates.Berkeley.edu/erg/wp_98.html>. Acesso em: 08 de Janeiro de 2008.

MAZZOTTI A. & J. GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências naturais e Sociais:** Pesquisa Qualitativa e Quantitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

MEHMET, O. **Westernising the third word:** The Eurocentricity of Economic Development Theories. Routledge, London, 1995.

MILKKELSEN, L. **Methods for Development work and reseach:** A Guide for Practitiones Sages Publications, London, 1995.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de Atividades 2001:** o compromisso social da EMATER-MG. Belo Horizonte, EMATER-MG, 2002.

MORIN, André. **Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica:** Uma Antropopedagogia Renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NEVAES, C. Ricardo **Desenvolvimento sustentável a escala, revista de sociologia e política** n. 22, Unicamp, São Paulo, 2008.

NGUIRAZE, A.C. A gestão participativa dos recursos naturais em Moçambique, In: SEBERRA, Giovanni (org). **Terra:** Mudanças ambientais globais e soluções locais, editora Universitária da UFPB, João Pessoa, Paraíba, 2008.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change, and economic performance,** New York: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Identidade negada e o rosto desfigurado do povo africano** (Os Tsongas) – São Paulo: Universidade Católica de Goiás, 2002.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Sociedade civil e democracia:** novos processos de participação e transformação social, Rio de Janeiro, 2006.

OSBORNE, David; GALBLER. **Reinventando o governo,** 2. ed. Carformia, 2000.

PAEHLKE, R. **Environmentalisms and the future of progressive politics.** New Haven and London: Yale University Press, 1989.

PAGIOLA, *at al* **Mercados para os serviços de ecossistêmicos;** Instrumentos econômicos para a conservação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Rebraf. 2005.

PAULA, J. **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada:** Expo Brasil – Desenvolvimento local. Ed. 2004.

PARPA - **Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta**, 2001-2005, Governo de Moçambique. Maputo.

PARPA - **Plano Estratégico de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta** 2006-2009, Governo de Moçambique 2006.

PENNA FIRME, T. **Avaliação em rede**. [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 24 de Março de 2007.

PINSK. J. & BASSANEZI. **História de cidadania**, 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Fundação João Pinheiro. **Desenvolvimento Humano e condições de vida**: Indicadores brasileiros. Brasília: Pnud, 1998.

PRETTY, J. **Participatory learning for sustainable agriculture**. World Development, Washington Dc, 23. n. 8, mai/jan 12-26, 1995.

PUTNAM, Robert D. The prosperous community: social capital and public life. In: **The American prospect**. n.26, mai/jun, 1993.

_____. **Comunidade e Democracia**: a experiências da Itália moderna. (Making democracy work: civic traditions in modern Italy), com Roberto Leonard e Raffalla Y. Nanetti, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

_____. **Comunidade e Democracia**: a experiências da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. The Prosperous community: **The American Prospect**, v.4, n.13 March, 1993. Disponível em: < <http://www.prospect.org> > Acesso em: 14 jul. 2000.

RATTER, H. Prioridade: **Construir o Capital social**. Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Liderança, São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/Rattner/Download/Prioridade_construirocapital1.doc>. Acesso em: 19 março. 2008.

REIS, Márcio Carneiro dês, **Desenvolvimento local e espaços ampliados**. f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

RIAND, Remy. **Projeto Pingo D'Água** – Relatório Parcial das Atividades. Julho/1999. (Prefeitura Municipal de Quixeramobim e Univ. Estadual do Ceará).

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento**: Enfrentemos primeiro a questão do poder para combater junta a pobreza. Documento de Apoio apresentado no International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together. Rio de

Janeiro, 4 a 6 de Set. 2002.

<<http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>>

Acesso em 18 de Março de 2008.

ROSSI, S. R. *et al.* Applications of the transtheoretical model of behavior change to directory fat reduction. **International Journal of Psychology**; 27:628-633, 1992

SACHS, Ygnaci. **Desenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. As cinco dimensões de codesenvolvimento. In: **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **estratégias de transição para o século XXI**: para pensar o desenvolvimento sustentável. Bursztyn, M. (org). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, J. H. dos. Iniciativa e Participação Social. In: **Anais** do Primeiro Congresso de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social. Agosto, 1992, 2002.

SANTOS, M. "O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise.". **Cadernos IPPUR**. Ano XIII. n 2. Rio de Janeiro: IPPUR. 1999

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção – 4. ed. 2. reimpor.- São Paulo: USP, 2006.

_____. **O espaço de cidadão** – 7. ed. – São Paulo:USP, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 26. Ed. Campinas: Autores Associados, 1992. 104p. (Polêmicas de Nosso Tempo).

SEN, A. O desenvolvimento como expansão das capacidades. In. **Lua Nova**. São Paulo, n. 28/29, p. 13-33, 1993.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo, Companhia das letras, 1999; 2000; 2005.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de administração Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 41-54, nov./dez. 1997.

SIEMPRO/UNESCO. **Gestión Integral de Programas Sociales Orientada a Resultados**: Manual Metodológico para la Planificación y Evaluación de Programas Sociales. Disponível em: <<http://www.unesco>> 1999. Acesso em 19/01/2003.

SMITH, and SHERR, S. **Capturing the value of forest carbon for local livelihoods**. World Development, 2003.

SOJA, E. W. **Geografia Pós - Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M.L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para desenvolvimento social. In. **Revista Território**, n. 3, p. 13-36 – julho/Agosto, 2000, 1996, 1997.

TENÓRIO, F. G; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n.4, 101-125, jul/agost. 1997.

TENÓRIO, F.G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.32, n.5, p.7-23, set./out. 1998.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro de mercado**: ensaio de gestão social. 2. ed. Ver. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004.

_____. **Cidadania e desenvolvimento local**/ Rio de Janeiro: FGV; Injuí: Ed. Unijuí, 2007.

TINLEY, K.L. (1971), Sketch of Gorongosa National Park, Mozambique. In: **Proceedings of a symposium on Nature Conservation as a form of land use, Gorongosa National Park**, Mozambique 13-17 September 1971.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: ATLAS. 1987/1992. 175 p.

VALÁ, Salim Cipton. Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural. In: **Jornal Domingo**, nº 833, Maputo, 11 de Jan. de 1998.

VALARELLI, Leandro Lamas. **Gestão do Terceiro Setor**: Uma noção ampliada de captação de recursos. Instituto Ritz: 2001. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 14/05/2004.

VAN GELDER, B. & O'KEEF, P. (1995). **The New Forester**. Intermediate technology Publications, 1995.

VOGT, J. F. MURRELL, K. L. **Empowerment in Organizations**. San Diego, California: University Associate, Inc, 1990.

WORLD BANK, **Conceitos de capital Social disponíveis no site do Banco Mundial**. Disponível em: < <http://www.worldbank.org>> Acesso em set. 2004.

WOOLCOCK, M. **Social Capital and Economic Development**: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework. *Theory and Society*; renewal and critique in social theory. (Vol. 27/2). 1998.

WOOLCOCK, M. NARAYAN, D. **Social capital**: implications for development theory, research and policy (mimeo). 1999.

WOOLCOOK, M.;NARAYAN, D. SOCIAL CAPITAL: implications for development theory, reseach, and policy. **The World Bank Research Observer**, v.15, n.2 p.225-249, Aug. 2000.

WOLFE, D.A. **Social capital and cluster development in learning regions**. Program on Globalization and regional innovation systems, Centre for International Studie, University of Toronto, 2002. Disponível em: <http://www.utoronto.ca/progris/Wolf_Socialcapital.pdf>. Acesso em: 16 ago.2004.

YU, Chang Man. **Seqüestro Florestal do carbono no Brasil**: dimensões políticas socioeconômicas e ecológicas, São Paulo, Annablume; IEB, 2000.

ZAMORA, Maria Helena. Empoderamento e Meio Ambiente. **Revista Ecológica do Século XX**, São Paulo, 2006.

ZAOUAL, Hassan, **Nova economia das iniciativas locais**: Uma Introdução ao pensamento pós-global – Rio Janeiro: DP&A: Consulado geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAPATA, Tânia *et al*, **Gestão participativa para o desenvolvimento local**: projeto de cooperação técnica BNEDES/PNUD, Recife. 2000.

ZOLHO, R. **Effect of fire frequency on the regeneration of *Miombo* woodland in Nhambita, Mozambique**. A dissertation presented for the degree of Master of Science University of Edinburgh, Scotland-UK, August 2005.

Anexos

Anexo I - QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA SEMI-ESTRUTURADA USADA NA COMUNIDADE DE NHAMBITA E NA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE PINGO D' ÁGUA

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Questionário N°. _____

Data: ____/____/____ Tipo de atividade:

Ponto de referência: _____ Área:

Idade _____ Sexo _____ masculino ☐ Feminino ☐

1-QUESTÕES ESPECIFICAM PARA MEMBROS DAS COMUNIDADES

1-Costuma se manter informado sobre as ações que os governos estadual e municipal mais realizam? Sim Não

2- Para você, é importante que o cidadão participe das decisões do governo? E como deveria ser? Sim Não

3- Você tem o hábito de ajudar o próximo, sem esperar algo em troca? Se sim, em que casos? Sim Não

4-você procura observar a sua região de forma crítica, analisando o que falta nela para torná-la ainda melhor? Sim Não

5-Procure conversar com as pessoas trocando idéias sobre os problemas de sua região? Sim Não

6- Você participa como voluntário de alguma ação social? Sim Não

7-Você tem o hábito de trabalhar em equipe, procurando respeitar a opinião da maioria? Sim Não

8- A atuação dos atores envolvidos no desenvolvimento estimula o espírito de auto-estima? E os resultados dos programas governamentais implementados também estimulam a auto-estima? Sim Não

9- Quais os espaços de participação dos membros de comunidades no bairro (na comunidade?) E como ele age? Se sim, como decidem as atividades da organização?

10- Participam de algum conselho, políticas públicas associação, sindicato? Sim Não.

11- Como avaliam essa participação? Sim Não Quais as potencialidades e dificuldades dessa participação? Sim Não

12-Existe a coordenação entre as atividades da comunidade? Sim Não

Se sim: como? Acha importante? Sim Não

Por quê? Tem tido dificuldades? Sim Não

13- Como é que avalia a sustentabilidade dos programas implementados na comunidade? São asseguradas autonomia das ações de assistência social e empreendedorismo social (terá que dar alguns exemplos para que o entrevistado entenda a pergunta). Muito Bom

Bom Mau Suficiente

14-Os gestores apresentam os novos métodos? Sim Não

Estimula a captação de recursos? Sim Não

15-Existe o fortalecimento da ação voluntária e mobilização social e propicia a inclusão social? Sim Não

16-E estimula para o exercício da responsabilidade cidadã? (deixar claro quem deve fortalecer a ação.) Sim Não

15- A atuação dos programas apresenta o caráter sistêmico? Sim Não

16- Existe transparência na gestão dos bens públicos? (em que nível de governo: municipal ou estadual?) Sim Não

17- As normas são estabelecidas pelo consenso? Amplamente gratificante para os seus membros? Sim Não

-As pessoas e as lideranças conversam? Sim Não

2-QUESTÕES ESPECIFICAS PARA AGENTES GOVERNAMENTAIS

- 1-Que estratégias de mobilização da comunidade são utilizadas para a participação no processo de desenvolvimento
- 2-Quais os procedimentos utilizados para envolver as comunidades?
- 3-Quais as estratégias adotadas para a mobilização de parceiros?
- 4-Como mobilizam recursos? E propõem novos projetos e estabelecer parcerias?
- 5-Existem espaços e ambientes abertos para sua participação, tantos nas operacionalidades do modelo do programa quanto na avaliação? Como tem sido feito?
- 6-Como os programas têm contribuído para a construção de pontes e novas relações de colaboração entre diferentes atores e setores da sociedade?
- 7-Em que medida os projetos incentivam e se beneficiam de ações voluntárias?
- 8-Que lições podem ser extraídas das experiências dos projetos para o entendimento da motivação e mobilização de voluntários?
- 9-Em que medida os programas definem suas temáticas e prioridades de ação em decorrência das necessidades e oportunidades da agenda nacional?
- 10-Em que medida as experiências e os resultados dos programas têm influenciam a agenda nacional?
- 11-Como a atuação de cada programa contribui para o objetivo da comunidade solidária? Para o fortalecimento da sociedade civil e auto-estima?
- 12-Que tipo de projeto, atividade, relacionamento ou parceira a comunidade não aceita realizar e por quais razões?
- 13-Quais os valores e princípios considerados inegociáveis?
- 14-Quais as estratégias e procedimentos adotados pelos programas para assegurar a sustentabilidades das ações empreendidas - das ações não do programa como instituição?
- 15-Como desenhar sistemas efetivos de monitoramento e avaliação de resultados e de indicadores?
- 16-Como promover a sinergia e integração entre ações promovidas por diferentes atores no mesmo espaço ou território, construindo processos aglutinadores sem superposição ou desperdício de recursos.
- 17-Como ocorre a prestação de contas ou retorno aos diversos segmentos de parceiros?
- 18-Em que medida o perfil dos agentes envolvidos como parceiros têm evoluído ao longo do tempo? Existem agentes que têm mais protagonismo?

4-QUESTÕES AMBIENTAIS PARA TÉCNICOS DA ÁREA E A COMUNIDADES

- 1- Você se interessa pelas questões sociais e/ ou ambientais?
- 2- Existem comitês da gestão do meio ambiente? Se sim, como são formados? São órgãos independentes do governo? Ou da comunidade?
- 3-Como é feita a gestão do meio ambiente nas comunidades, nestes casos?
- 4-Quem participa estes comitês? Qual é a periodicidade da realização dos encontros?
- 5- Acha importante a preservação de meio ambiente? Por quê?